

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

35

out-dez/2012



**Banco do
Nordeste**

ISSN 18078834

BNB Conjuntura
Econômica

Número 35

**Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2013**

Obra publicada pelo



Presidente

– Ary Joel de Abreu Lanzarin

Diretores

- Fernando Passos
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Manoel Lucena dos Santos
- Nelson Antônio de Souza
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste- Etene

Francisco José Araújo Bezerra (Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Wellington Santos Damasceno (Gerente de Ambiente)

Laura Lúcia Ramos Freire (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)

Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

EQUIPE BNB CONJUNTURA ECONÔMICA

Coordenação Técnica

Laura Lúcia Ramos Freire

Produto Interno Bruto

Allisson David de Oliveira Martins

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão; Jackson Dantas Coelho e George Alberto de Freitas, Francisco Raimundo Evangelista

Emprego e Rendimento

José Wandemberg Rodrigues Almeida e Jacqueline Nogueira Cambota

Setor Externo

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

CONSULTORES AD HOC

Coordenação Técnica e Síntese de Expectativas

Assuero Ferreira

Produto Interno Bruto, Produção Industrial e Emprego e Rendimento

Carlos Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Setor Externo

Inez Sílvia Batista Castro

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Estagiários: Gilvan Farias dos Santos; Isadora Gonçalves Costa

Preparação e Tabulação de Dados:

Elias Augusto Cartaxo, Hamilton Reis de Oliveira e Leonardo Dias Lima.

Ambiente de Comunicação Social

José Mauricio de Lima da Silva

Editor

Ademir da Silva Costa

Normalização Bibliográfica

Paula Pinheiro da Nóbrega

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Deborha Rodrigues

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta

Capitais e regiões metropolitanas 4020.0004

Demais localidades: 0800 033 0004

Os conceitos e opiniões emitidos neste documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 35 (out. - dez. 2012). – Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2013 -

130 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 35

Outubro-Dezembro 2012

1 - A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E DE POLÍTICA EXTERIOR	05
1.1 – Introdução	05
2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS	29
3 - NÍVEL DE ATIVIDADE	35
3.1 - PIB	35
3.2 - Produção Agropecuária	42
3.2.1 - Agricultura	42
3.2.2 - Pecuária	56
3.2.3 - Agronegócio	58
3.2.3.1- Desempenho do faturamento	58
3.2.3.2 - Balança comercial do agronegócio	64
3.3 - Produção Industrial do Brasil.....	70
3.3.1 - Produção industrial do Nordeste	72
3.4 - Desempenho do Comércio no Brasil.....	77
3.4.1 - Desempenho do Comércio no Nordeste	80
4 - EMPREGO E RENDIMENTO	83
4.1- Considerações Adicionais sobre Emprego Formal.....	87
5 - SETOR EXTERNO	91
6 - FINANÇAS PÚBLICAS	107
6.1 - Arrecadação de ICMS	107
6.2 - Fundos Constitucionais.....	110
6.3 - Transferências Voluntárias	113

SUMÁRIO

7.1 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	115
7.2 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino	117
7.2.1 - Empréstimos/financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME.....	119
7.3 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino.....	120
7.4 - BNB: Taxas de Juro, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito	122
7.5 - Conclusão	126

1 – A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E DE POLÍTICA EXTERIOR

1.1 - Introdução

Helena Roraima I.C. Leite¹

As relações de cooperação entre os Estados Nacionais são históricas e se mantêm por diferentes motivações (políticas, geopolíticas, econômicas, financeiras ou culturais)². Nesse contexto, exercida por diversos interesses, a cooperação entre os países passou a representar importante papel dinamizador nas relações internacionais contemporâneas, nas estratégias de desenvolvimento nacional e na política exterior.

Mas nem toda “ajuda” internacional contribui para o desenvolvimento do país receptor.

Tradicionalmente, potências mundiais utilizam a “ajuda”³ externa como instrumento de promoção de seus interesses no exterior, impulsionando o comércio e a internacionali-

zação de empresas nos países menos desenvolvidos. Para isso, com frequência aplicam políticas liberais e de “livre” mercado, aproveitando-se do estabelecimento de acordos bilaterais desiguais, como as “áreas de livre comércio”, de forma a promover um ambiente favorável à instalação e à permanência de suas empresas transnacionais nesses países ou para a obtenção de matérias-primas e a expansão comercial de seus produtos industrializados. O mesmo se pode dizer das organizações internacionais, cujas pautas de trabalho priorizam os interesses dos países mais avançados.

Por outra parte, ainda são poucos os países em desenvolvimento que concebem a cooperação internacional como um instru-

1 Doutorado em Economia Política e Social e Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha (UCM-ES) e UnB, Mestre em Cooperação Internacional pela UCM-ES e Coordenadora de Estudos e Pesquisas do ETENE.

2 Alguns exemplos do século XIX: cooperação educativa brasileira na Faculdade de Direito de Olinda (1828); União Internacional de Telecomunicações (1865); União Postal Universal (1874); cooperação fronteiriça na área de transportes - Tratado de Amizade (1867) dava à Bolívia o direito de, pelos rios brasileiros, chegar com seus produtos até o Atlântico. No Tratado de Petrópolis o Brasil comprometeu-se junto à Bolívia com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré para facilitar o escoamento da produção de borracha e das exportações bolivianas pelos rios brasileiros até o atlântico).

3 Os termos utilizados pelos países mais desenvolvidos, membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação ao Desenvolvimento Econômico/ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE), são Ajudas, Assistências ou Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) ao invés de Cooperação. Mas a diferença vai além da terminologia, principalmente no que se refere aos princípios, propósitos e à forma. Disponível em: <www.ocde.org>.

mento das políticas interna e externa capaz de promover e fortalecer seus esforços nacionais em favor do desenvolvimento.

Além disso, por diferentes motivos, por não estarem devidamente preparados para receber a “assistência” externa, não é raro encontrar países em desenvolvimento aceitando qualquer oferta de cooperação internacional ou de instalação de empresas estrangeiras sem questionar os seus reais benefícios. Em consequência, esse movimento externo pode vir a ser efetivamente depredatório, inviabilizar empreendedores locais e criar oligopólios que manipulam os preços e o abastecimento de produtos conforme a “conveniência de mercado”⁴.

Este fato talvez possa ser explicado porque, após a II Guerra Mundial, a “ajuda” externa teve um fim específico, seguida de conotação ideologizada e de relação de dependência entre os países ricos e pobres, ou de auxílio de países desenvolvidos ou mesmo de organismos internacionais transferindo recursos e técnicas para os países em desenvolvimento (em geral, para as ex-colônias)⁵, transferências essas conhecidas como assistência Norte-Sul⁶.

Felizmente, no caso brasileiro, orientado por sua política nacional desenvolvimentista, o País organizou-se, há décadas, para receber a cooperação técnico-científica que

lhe era oferecida pelos países parceiros e por organismos internacionais.

Com esses dois ingredientes, política e estratégia, o Brasil conseguiu valer-se das modestas ajudas e da cooperação internacional em favor de seus projetos de desenvolvimento nacional e regional nas décadas recentes. Fortaleceu as capacidades humanas dos brasileiros e das instituições nacionais. A partir do intercâmbio, desenvolveu novas técnicas, tecnologias e conhecimentos que permitiram ampliar a cooperação brasileira com outros países em desenvolvimento, diretamente ou através de organismos internacionais como as Nações Unidas.

Atualmente, a Cooperação Técnica Internacional é considerada pelo governo brasileiro como instrumento de política interna e como mecanismo auxiliar de promoção do desenvolvimento socioeconômico do País. A política brasileira combina a cooperação recebida e a cooperação prestada⁷.

De fato, a cooperação técnica internacional, quando bem coordenada e direcionada, constitui-se instrumento privilegiado de promoção do desenvolvimento nacional, uma vez que enseja a transferência de conhecimentos e técnicas, em caráter não comercial, de outros países e de organismos internacionais. Por outro lado, promove também o adensamento das relações – políticas, eco-

4 Entre aspas, para ressaltar o interesse dos “mercados” (interesses exclusivamente externos) ante os interesses da nação ou o bem-estar da população local.

5 Reconstrução dos países atingidos pela II Guerra Mundial, vinculados aos interesses econômicos dos EUA; programas de assistência técnica iniciados na década de quarenta e mantidos pelos EUA e pelas potências coloniais europeias às jovens nações, aos países alinhados e aos novos adeptos do sistema capitalista, em função do enfraquecimento do sistema colonial, dos movimentos de independência e da contenção ao sistema socialista; a criação dos organismos internacionais no pós-guerra, que passaram a dar alguma “assistência” aos países do continente americano e do Caribe, na década dos sessenta; estes são alguns exemplos. Sugere-se a leitura de Corrêa (2010, p. 11-41).

6 Deve-se ter cuidado no uso de expressões que dividem geograficamente o mundo ou países, como se o desenvolvimento fosse algo determinístico e imutável, dependente de sua posição geográfica. Sobre esse enquadramento reducionista, veja-se: Corrêa (2010, p. 86-88).

7 AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Disponível em: <www.abc.gov.br>. Acesso em: 2013.

nômicas e comerciais – com os parceiros da cooperação, facilitando a política externa. E é nesse sentido que será desenvolvido este artigo.

Partindo desta breve introdução, o objetivo deste artigo consiste em estudar como a cooperação pode contribuir com o desenvolvimento dos estados do Nordeste, com inclusão dos nordestinos na distribuição das benesses do crescimento econômico brasileiro. Ou seja, como a cooperação pode ser um instrumento de desenvolvimento regional e de política exterior.

A seção 1 inicia o artigo com um breve histórico das ações cooperativas. Na seção 2 tem-se a análise de como ampliar as iniciativas cooperativas de forma a auxiliar o plano de desenvolvimento socioeconômico regional e expandir as relações internacionais, dinamizando o comércio e o investimento. Na seção 3 abordam-se alguns casos em que a cooperação internacional e o adensamento das relações com outros países possibilitam a internacionalização de empresas e instituições, e como o Nordeste também pode se utilizar desses mecanismos. A seção 4 fecha o artigo com algumas considerações finais e perspectivas.

Histórico

Não se pode esquecer que os primeiros contatos do Brasil com o exterior iniciaram-se no Nordeste do País. Aqui chegaram os primeiros portugueses e espanhóis, depois, os franceses, ingleses, holandeses, africanos, não necessariamente nessa ordem. Foram chegando em diferentes momentos e sob distintos interesses e motivações⁸.

Além desses povos, o País acolheu imigrantes italianos, alemães, japoneses e suecos, os quais também fazem parte da nossa brasilidade, junto com os povos originários brasileiros. Os laços históricos e culturais construídos com esses países, preservados até hoje, favoreceram e incentivaram as relações econômicas (comércio e investimento) e as ações cooperativas com o Brasil.

As relações econômicas serão objeto de análise na próxima seção. Com referência à cooperação com (e no) Brasil, pode-se dizer, segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), que os parceiros internacionais brasileiros são os tradicionais, os mesmos que vieram há muitos anos.

Pelos dados divulgados em 2006, representados no Gráfico 1, a cooperação técnica recebida pelo Brasil teve origem no Canadá, Alemanha, Japão, França, Itália, Espanha, EUA e Reino Unido.

Já os dados de 2011⁹ evidenciam uma composição reduzida. A cooperação recebida pelo Brasil, contabilizada pela ABC, concentrava-se em apenas quatro países: Japão, Alemanha, França e Espanha. (Gráfico 2).

O anterior pode ser explicado por pelo menos dois motivos: depois do recente desempenho socioeconômico do Brasil e com a crise de 2008, alguns países reavaliaram a distribuição geográfica das suas ajudas externas ao tempo em que o Brasil passou a intensificar a sua cooperação com outros países em desenvolvimento.

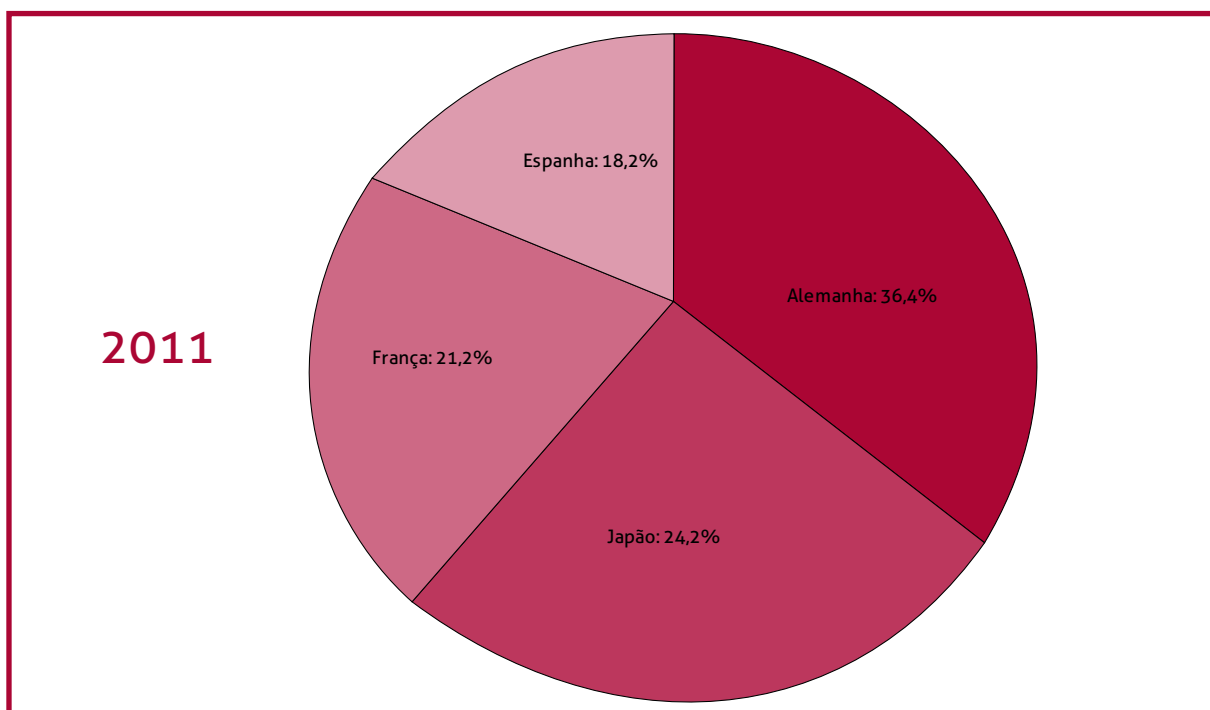
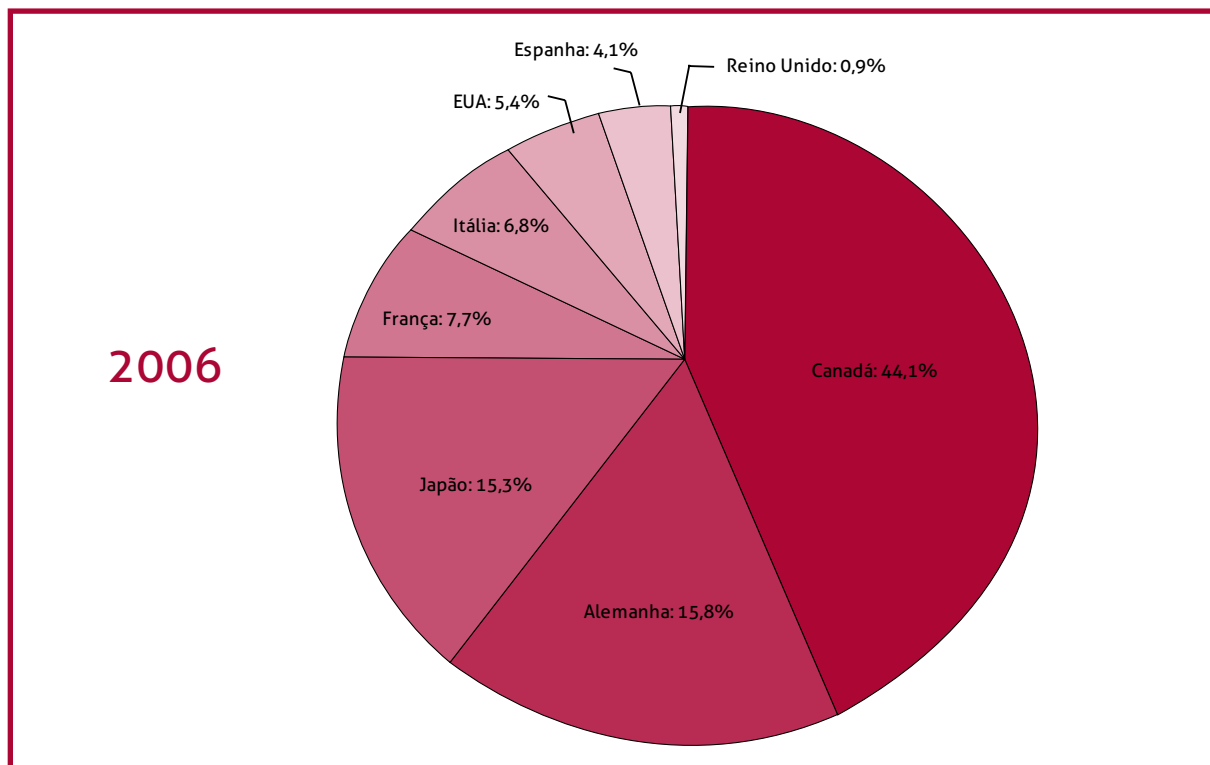
Entretanto, é necessário advertir que não houve rompimento das relações cooperativas

8 Servem de exemplos: a expansão territorial, extração de pau-brasil, plantio de cana-de-açúcar, exploração de ouro e minérios, pedras preciosas, gemas, abertura dos portos brasileiros etc.

9 Último ano disponibilizado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

entre o Brasil e os parceiros tradicionais, se-
nã que estes e mais alguns outros passaram

a colaborar com o Brasil na ajuda a terceiros
países, conforme exibidos no Gráfico 3.



Gráficos 1 e 2 – Projetos de Cooperação Técnica Recebidos no Âmbito da ABC, Participação por País (2006 e 2011)

Fonte: Brasil (2013a).

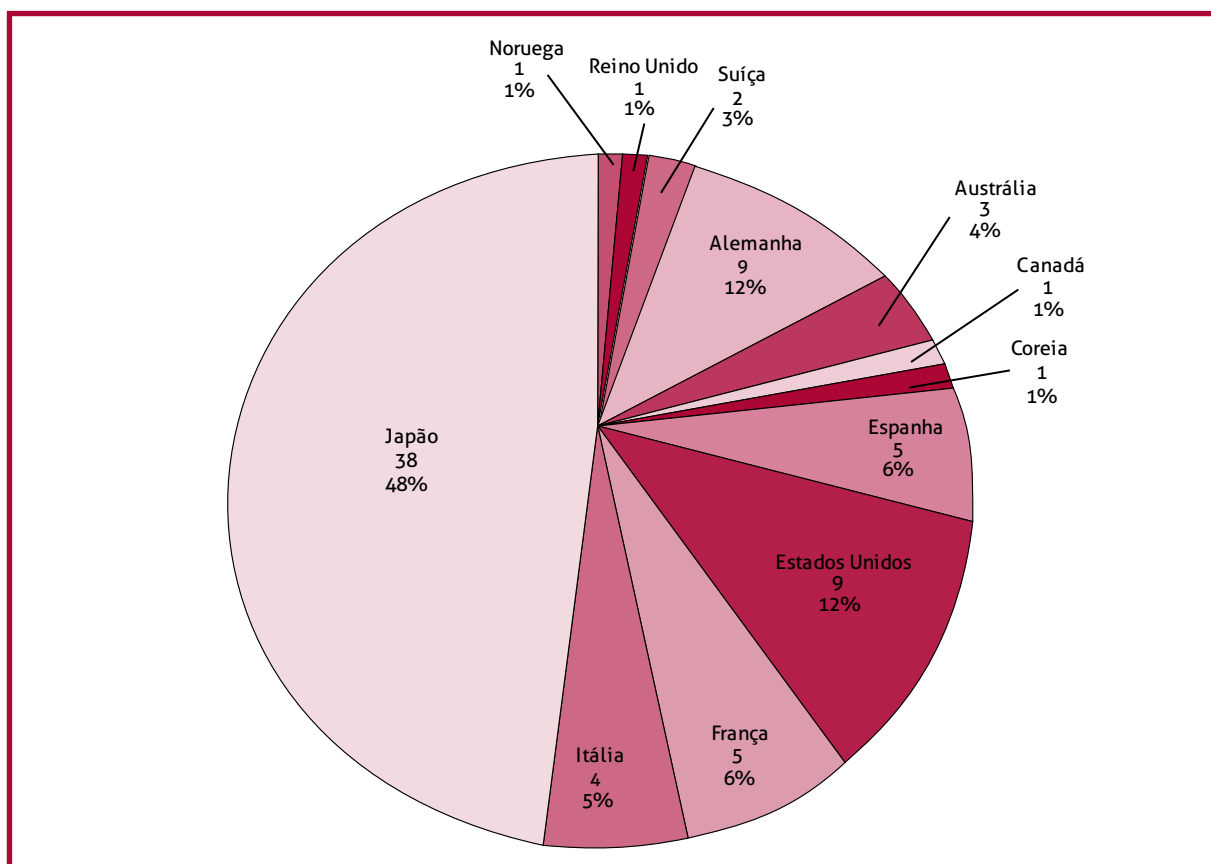


Gráfico 3 – Número de Projetos e Participação dos Países Colaboradores em Projetos Brasileiros de Cooperação Técnica em favor de Terceiros Países, no âmbito da ABC, em 2011

Fonte: Brasil (2013b).

Nesse Gráfico 3, observam-se novas parcerias brasileiras: Noruega, Coreia, Austrália e Suíça. Igualmente, nota-se que se manteve e se ampliou a cooperação com os tradicionais parceiros.

Como dito anteriormente, as recentes transformações promovidas pelo Brasil nos âmbitos social e econômico, auxiliadas pela estratégia de ação da diplomacia brasileira, despertaram a atenção da comunidade internacional e deram visibilidade ao País e às soluções criadas e desenvolvidas internamente. A curiosidade pelas políticas públicas e práticas de sucesso adotadas pelo Brasil incitou a que vários países solicitassem a cooperação brasileira.

Os dados divulgados pela ABC em 2011 indicam que 81 países beneficiam-se da co-

operação técnica brasileira, entre eles, 38 fazem parte do continente africano, 18 da América Central e Caribe, 11 da América do Sul, 12 da Ásia e Oriente Médio e 2 da Europa (Leste).

Esses dados são importantes para a discussão da seção seguinte, quando se constata que os parceiros da cooperação internacional são os principais parceiros comerciais do Brasil e do Nordeste, da mesma forma que os novos parceiros da cooperação brasileira representam uma oportunidade de aproximação para a Região mostrar-se e ampliar suas parcerias econômicas.

Outro ponto interessante, o qual abre oportunidades para o Nordeste brasileiro, é que, se em anos anteriores, o Brasil priorizava a cooperação prestada em detrimento

da recebida, no governo da presidenta Dilma Rousseff, a cooperação recebida volta a ganhar relevância dentro de um contexto de intercâmbio de conhecimento em áreas estratégicas da ciência, tecnologia e inovação e em outros segmentos, como o de desastres naturais e intercâmbio educativo.

Com respeito às ações cooperativas internacionais com o Nordeste brasileiro, estas remontam ao período do Brasil-Império¹⁰. Desde então, países como Portugal, Alemanha, França, Itália, Espanha, Reino Unido, Países Baixos e os países africanos nutrem certa

aproximação e inter-relações com a Região. O estreitamento dessas relações e o maior conhecimento sobre o Nordeste propiciaram o aumento do fluxo comercial e a colaboração em várias áreas.

Infelizmente não há registros de contabilização histórica dessas ações cooperativas bilaterais. Não obstante, na distribuição regional apresentada pela ABC em 2006, do total dos projetos de cooperação técnica recebidos pelo País, 23% foram destinados ao Nordeste. (Gráfico 4).

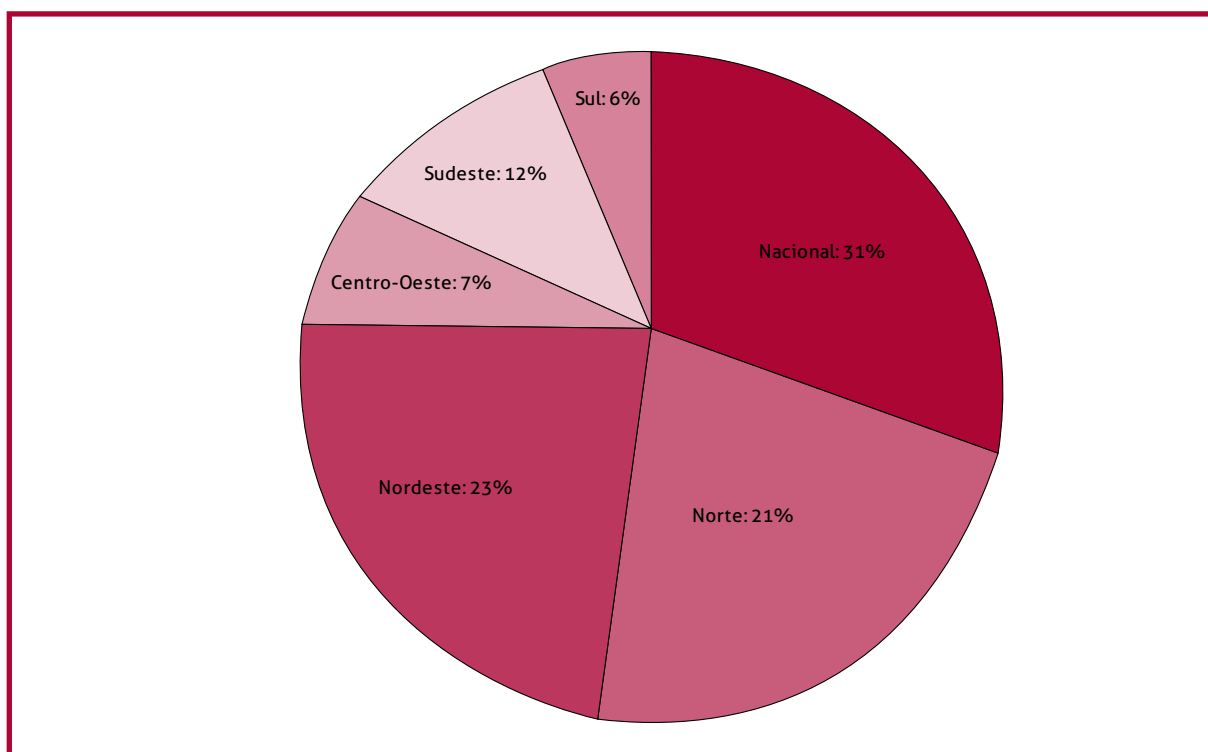


Gráfico 4 – Participação das Regiões Brasileiras nos Projetos de Cooperação Técnica no âmbito da ABC, em 2006.

Fonte: ABC.

10 Alguns exemplos dessa época: cooperação técnica no terreno das comunicações (telegráfica, ferroviária e postal), convenções postais internacionais vigentes no período Brasil-Império (jul/1808 serviço mensal de pacotes entre o porto de Falmouth e os portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, via Ilha da Madeira).

A seguir, descrevem-se alguns casos de cooperação bilateral com o Nordeste brasileiro.

A cooperação de Portugal somente se fez sentir, forçada pelas circunstâncias, com a vinda da família real em 1808, quando se funda o ensino médico na Bahia e no Rio de Janeiro, e se assentam as bases da organização sanitária¹¹. Aos poucos as relações de subordinação, próprias do regime colonial, foram substituídas por relações amistosas entre Estados soberanos. Mais recentemente, a inserção do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) favoreceu ainda mais o entendimento com Portugal. Ambos os países passaram a pensar estratégias e ações de cooperação conjunta para os membros da CPLP. Na área econômica, especialmente quanto ao investimento no setor de turismo, a relação com o Nordeste é marcante.

A cooperação científica entre o Brasil e Alemanha existe há mais de 40 anos. O governo alemão prioriza o Norte e o Nordeste brasileiros. Sua aproximação com o Nordeste se revela com a presença da Casa de Cultura Brasil-Alemanha, fundada em Fortaleza em 1962 e em Recife, em 1990. A Região recebeu diversos programas de cooperação bilateral alemã na área de desenvolvimento regional: combate à desertificação, fortalecimento da economia rural (certificação de produtos agrícolas e produção orgânica). Mais recentemente, estabeleceu programa que passou a se articular com diversos projetos de desenvolvimento social existentes. Ainda sobre a Alemanha, um em cada três empregos naquele País depende das exportações, por isso lhe interessa o intercâmbio comercial com o Brasil.

Com o Japão não é diferente. O estreito diálogo com o País ultrapassa os 50 anos. Embora a concentração de japoneses esteja em São Paulo, os japoneses cooperam com o Norte e o Nordeste há anos. No setor agropecuário, por exemplo, há uma cooperação técnica de US\$ 3 milhões na região de Alexandria (RN) que dá apoio a pequenos produtores de biodiesel e ração animal a partir do plantio de girassol e pesquisas com pinhão manso. No setor de agroflorestas e em regime de cooperação tripartite, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) mantém programas de treinamento de especialistas. Também treina profissionais africanos e sul-americanos no cultivo e manejo de hortaliças na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do Distrito Federal. Em Cruz das Almas (BA), treina e ensina técnicas de plantio e conservação genética da mandioca, para citar alguns casos.

A Espanha, depois de um período de distanciamento, retomou com força as relações com o Brasil após a inserção internacional de empresas espanholas no fim dos anos noventa. A Agência Espanhola de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (AECID) tem como prioridade o atendimento às áreas geográficas do Norte e Nordeste do Brasil. São vários os projetos espanhóis na Região, muitos deles via governo federal. Há uma boa articulação entre a AECID e os entes públicos nordestinos estaduais. Essa reaproximação com o país ibérico não se ateve ao diálogo político-diplomático, ao investimento direto e à cooperação internacional, mas também impulsionou as relações comerciais bilaterais, onde, na balança comercial, o Nordeste e o Brasil são superavitários.

11 Palestra de F. Borges Vieira realizada sob os auspícios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na Biblioteca Municipal, sessão de 27 de janeiro de 1949. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000500004&script=sci_arttext>.

Os franceses também são amigos na cooperação. O governo francês tem incentivado a cooperação bilateral entre os entes subnacionais¹². Recentemente, a França emitiu um edital, juntamente com a Subchefia de Assuntos Federativos da presidência da República (SAF) e a ABC, sobre a cooperação descentralizada, apoiando o intercâmbio entre os governos estaduais e municipais brasileiros e seus pares franceses¹³.

O governo italiano centra sua cooperação internacional em governança democrática e desenvolvimento territorial. A Itália é conhecida por seus modelos de associativismo, arranjos produtivos locais, distritos industriais e cooperativas de produção. Possui vários acordos comerciais com o Brasil. É uma grande parceira em projetos de cooperação subnacionais. Mantém com o governo brasileiro, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), o programa Brasil Próximo, o qual desenvolve projetos em várias cidades do País. A experiência italiana de desenvolvimento social traz ao Nordeste e a outras partes do Brasil projetos e discussão sobre turismo sustentável, agricultura familiar e ações para a juventude com geração de emprego e renda em atividades culturais. Os dois países mantêm acordos que preveem atividade de colaboração e intercâmbio em torno da questão do desenvolvimento territorial e regional. Essas últimas ações estão

sob a coordenação do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)¹⁴. O setor cultural, a música e arte, possui também espaço importante na agenda de cooperação Brasil-Itália e Nordeste-Itália.

De fato, os países europeus desenvolveram relações bilaterais, muitas vezes antigas, com o Brasil. Entre os vinte países representados no Brasil¹⁵, treze têm atividades de cooperação: Alemanha, Áustria, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido e Suécia. Há que somarem-se a esse rol os projetos via Organização Não Governamental (ONG) – um tipo de cooperação privilegiado por vários países europeus – financiados especialmente pela Itália, Portugal, Suécia, Finlândia e Irlanda, e pela Comissão Europeia.

Existem outros países a citar, entre os quais está a Hungria. *A priori* parece uma nação distante da Região, mas é um engano. Nos anos 1970 e 1980, os húngaros trouxeram dezenas de técnicos para ajudarem a desenvolver a vitivinicultura no semiárido, a aquicultura e a melhora da saúde animal, entre outros. Atualmente, a Hungria troca informações no campo da agricultura orgânica e negocia instrumentos de cooperação em desenvolvimento rural, segurança alimentar, educação e intercâmbio estudantil, turismo, promoção de comércio e investimentos, bem

12 Para maiores informações sobre a cooperação descentralizada Brasil-França, sugere-se a leitura de Confederação Nacional... (2013).

13 Exemplos de cooperações descentralizadas existentes entre municípios do Nordeste brasileiro e coletividades locais francesas: Salvador e o Conselho Geral de Charente-Maritime atuam no campo da cultura, ensino e desenvolvimento econômico e o município de Recife, com a cidade de Nantes desenvolvem ações nas áreas da cultura, saneamento, educação, meio ambiente e economia popular e solidária. (CITÉS UNIES FRANCE, 2009; RECIFE, 2013; CONFEDERAÇÃO NACIONAL..., 2013).

14 Há vários projetos italianos em municípios localizados em torno do parque Nacional da Serra das Confusões e Canto do Buriti no Piauí. Há também projeto com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para fortalecer a base produtiva no setor de apicultura da região de São Raimundo Nonato e em municípios como: Cristino Castro, Santa Luz, Canto do Buriti, Caracol, Guaribas e Jurema. A Associação de Apicultores, Embrapa Meio Norte, Federação das Associações Apícolas do Piauí, Companhia Nacional em Propriedade Industrial (Conapi) e Região Emilia Romagna são os parceiros da Codevasf nessa iniciativa.

15 Aqueles que possuem representações diplomáticas no Brasil: embaixadas ou consulados.

como em atividades desportivas. Entretanto, esse país não aparece entre nossos principais parceiros comerciais¹⁶.

A Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI/CIDA) é outro sócio regional. Para o período de 2005-2010, lançou em Brasília e em três capitais do Nordeste o Programa de Intercâmbio de Conhecimentos para a Promoção da Equidade, que objetiva fortalecer a capacidade de organizações parceiras brasileiras com potencial para contribuir com o aumento da equidade e fortalecer as relações bilaterais entre os países. O programa tem como foco geográfico principal a região Nordeste, e como focos secundários, a periferia de áreas metropolitanas e iniciativas em nível nacional. Governança, saúde e o mundo do trabalho são suas áreas de concentração. As questões de gênero e meio ambiente são temas transversais, que deverão permear os projetos apresentados. Apesar da ACDI/CIDA haver fechado sua representação no País, ainda mantém o elo com o Brasil, sendo sócia, agora, mais na cooperação brasileira a terceiros países.

Dos países nórdicos, a Suécia é o país com quem o Brasil tem uma relação econômica mais intensa. As relações diplomáticas Brasil-Suécia também não são de hoje, foram estabelecidas em 1826. E os primeiros imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909 foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos suecos no Brasil co-

meçaram com a pioneira Ericsson em 1924. Aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde em 1953 foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira. Há presença de mais de 200 empresas suecas no Brasil. A Suécia possui acordo de cooperação econômica, industrial e tecnológica com o País. Ademais, os volumes do comércio bilateral e dos investimentos suecos no território brasileiro, assim como o fluxo crescente de turistas suecos conferem grande visibilidade às relações Brasil-Suécia. No setor de turismo, o Brasil ocupa o quarto lugar no *ranking* de destinos mais procurados pelos suecos, ficando atrás de Tailândia, Emirados Árabes e Egito. Cerca de 350 mil suecos viajam para a Tailândia por ano, quase mil por dia¹⁷. A cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, é um dos principais destinos dentro do Brasil. Os suecos almejam uma cooperação maior com o Brasil no setor de energia, mais especificamente o interesse reside no etanol¹⁸. A parceria não termina aqui, há grande entrosamento na área da ciência e educação que produzem resultados efetivos. Citando um caso recente: em outubro/2012, a imprensa divulgou uma experiência importante feita por um grupo de cientistas do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ICE-UFRN), em colaboração com cientistas da Universidade de Uppsala, na Suécia. Trata-se do funcionamento de mecanismo da memória que pode ajudar na elaboração de medicamentos para a cura do

16 Em novembro de 2012 reuniu-se, em Brasília, a Comissão Mista Brasil-Hungria com o propósito de buscar expandir o intercâmbio comercial de bens e serviços, projetos cooperativos de interesse para o desenvolvimento e a competitividade dos dois países. Pretendeu também tornar-se catalisadora de programas voltados para a economia do conhecimento, novo paradigma no relacionamento com a Hungria e a Europa Centro-Oriental. (LIMA, 2012).

17 Oportunidade para alavancar o turismo no Nordeste brasileiro.

18 O Governo sueco recentemente prometeu auxiliar na entrada de etanol no país e na União Europeia, reduzindo o imposto interno sobre as importações do produto e as barreiras que limitam a entrada do etanol brasileiro na zona euro. (SWEDECHAM, 2013).

mal de Alzheimer e da esquizofrenia, entre outras doenças.(GIRALDI, 2013).

Portanto, assim como esses países, há outros mais com os quais o Nordeste poderá ampliar o diálogo político-diplomático e expandir suas relações sociais, econômicas e de cooperação.

Para ter-se ideia do volume de recursos movidos pela “ajuda” internacional, apresenta-se no Gráfico 5 a distribuição da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento mundial, bilateral, multilateral e de ajuda humanitária, de 2000 a 2008¹⁹, em bilhões de dólares, dos 22 países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE.

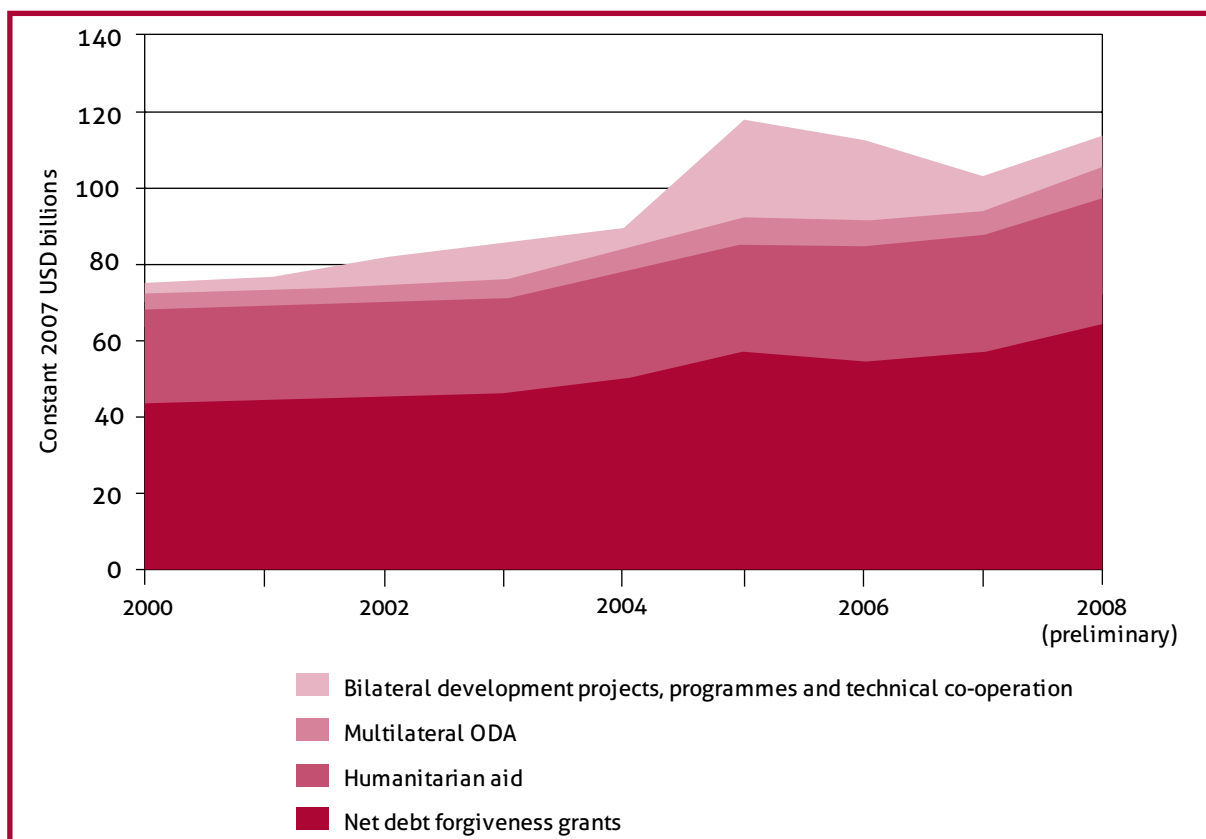


Gráfico 5 – Distribuição da AOD Mundial: Bilateral, Multilateral e Ajuda Humanitária, 2000-2008 (US\$ Bilhões)

Fonte: OECD.

Em 2008 o montante era de US\$ 121,9 bilhões, dos quais 56,5% oriundos dos países da União Europeia, valor que corresponde a 0,42% do total do PIB daquela zona. Em 2011, esses valores representaram US\$ 134 bilhões, segundo estatísticas da OCDE²⁰.

Além dos países membros do CAD, há muitos outros que se lançam à cooperação internacional. Alguns são chamados pela OCDE de “Não-CAD”²¹ e “Outros doadores”²². A Organização frequentemente divulga as cifras de AOD desses países, como mostra a Tabela 1 a seguir:

19 2008 é o último ano que se dispõe de cifras oficiais consolidadas. A divulgação pela OCDE feita em 30/03/2009 encontra-se no site. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/35/0,3343,en_2649_37413_42458595_1_1_1_1,00.html>.

20 Disponível em: <<http://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=TABLE1>>.

21 República Checa, Estônia, Hungria, Islândia, Israel, Polônia, Eslováquia, Eslovênia, Turquia.

22 Bulgária, Taiwan, Chipre, Kuwait, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Malta, Romênia, Rússia, Arábia Saudita, Tailândia e Emirados Árabes.

Tabela 1 – AOD dos Países do CAD/OCDE, dos Não CAD/OCDE e Outros Doadores, 2000-2001 e 2007-2011, em US\$ Milhões

Países	2000/2001 (média)	2007	2008	2009	2010	2011
OCDE-CAD						
Alemanha	5.010	12.291	13.981	12.079	12.985	14.093
Austrália	930	2.669	2.954	2.762	3.826	4.983
Áustria	536	1.808	1.714	1.142	1.208	1.111
Bélgica	843	1.951	2.386	2.610	3.004	2.807
Canadá	1.638	4.080	4.795	4.000	5.209	5.457
Coreia	238	696	802	816	1.174	1.328
Dinamarca	1.649	2.562	2.803	2.810	2.871	2.931
Espanha	1.466	5.140	6.867	6.584	5.949	4.173
Estados Unidos	10.692	21.787	26.437	28.831	30.353	30.924
Finlândia	380	981	1.166	1.290	1.333	1.406
França	4.151	9.884	10.908	12.602	12.915	12.997
Grécia	214	501	703	607	508	425
Irlanda	260	1.192	1.328	1.006	895	914
Itália	1.502	3.971	4.861	3.297	2.996	4.326
Japão	11.677	7.697	9.601	9.467	11.021	10.831
Luxemburgo	131	376	415	415	403	409
Noruega	1.305	3.735	4.006	4.081	4.580	4.934
Nova Zelândia	112	320	348	309	342	424
Países Baixos	3.154	6.224	6.993	6.426	6.357	6.344
Portugal	270	471	620	513	649	708
Reino Unido	4.534	9.849	11.500	11.283	13.053	13.832
Suécia	1.732	4.339	4.732	4.548	4.533	5.603
Suíça	899	1.685	2.038	2.310	2.300	3.076
TOTAL CAD	53.324	104.206	121.954	119.787	128.466	134.038
dos quais Países CAD-EU	25.832	61.538	70.974	67.211	69.661	72.080
OCDE Não-CAD						
Eslovênia	..	54	68	71	59	63
Estônia	1	16	22	18	19	24
Hungria	..	103	107	117	114	140
Islândia	12	48	48	34	29	26
Israel (1,2)	190	111	138	124	145	206
Polônia	57	363	372	375	378	417
República Checa	53	179	249	215	228	250
República Eslovaca	19	67	92	75	74	86
Turquia	155	602	780	707	967	1.273
OUTROS DOADORES
Arábia Saudita	357	1.551	4.979	3.134	3.480	5.095
Bulgária	40	48
Chipre (3,4)	..	35	37	46	51	38

continua

Tabela 1 – AOD dos Países do CAD/OCDE, dos Não CAD/OCDE e Outros Doadores, 2000-2001 e 2007-2011, em US\$ Milhões

Países	2000/2001 (média)	2007	2008	2009	2010	2011
Emirados Árabes Unidos	662	2.426	1.266	834	412	737
Kuwait (KFAED)	181	110	283	221	211	144
Letônia	..	16	22	21	16	19
Liechtenstein	..	18	24	26	27	31
Lituânia	1	48	48	36	37	52
Malta	14	14	20
Romênia	123	153	114	164
Rússia	472	479
Tailândia	..	67	178	40	10	31
Taiwan	..	514	435	411	381	381
TOTAL (Não-CAD + Outros)	1.688	6.328	9.272	6.672	7.276	9.725

Fonte: OECD/DAC Statistics.

Mas o CAD não acompanha todos os países que prestam cooperação, sobretudo os da América Latina. Muitos destes não divulgam seus dados e outros só os disponibilizam nas páginas *web* de suas Agências de Cooperação. O Brasil, por exemplo, publicou no fim de 2010 o primeiro levantamento referente a 2005-2009 da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. Nesse período, segundo o IPEA (2010), o Brasil destinou cerca de 2,9 bilhões em valores correntes²³.

Com respeito ao Brasil enquanto receptor da ajuda externa, o volume em termos financeiros é extremamente pequeno em relação ao tamanho da economia brasileira. A ajuda total vinda dos países desenvolvidos e contabilizada pela OCDE oscila ao redor de US\$ 200 a 300 milhões por ano, sendo a metade contrapartida brasileira²⁴. As cifras divulgadas pela OCDE, em fevereiro próximo passa-

do, constam que o Brasil recebeu em 2009, 2010 e 2011, valores correspondentes a: US\$ 337, 661 e 870 milhões, respectivamente. Entretanto, esses valores se destinaram, conforme visto anteriormente, a apoiar a cooperação brasileira com terceiros países.

A Organização igualmente divulgou a previsão dos recursos dos países membros do CAD a serem destinados para a cooperação internacional, para os próximos três anos. Para o Brasil, os valores serão ainda mais reduzidos²⁵: para 2013, US\$ 179.77 milhões; para 2014, US\$ 189.68 milhões; e, para 2015, apenas US\$ 3.53 milhões.

Entretanto, em que pese a pouca significância quanto aos valores, o Brasil soube direcionar essas ajudas ao longo dos anos, estruturar instituições brasileiras fundamentais para o desenvolvimento nacional,

23 Ver dados sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI) 2005-2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

24 O Brasil passou a ser visto no mundo como uma economia em ascensão. Em consequência, os recursos não reembolsáveis para cooperação técnica estão cada vez mais escassos.

25 Disponível em: <http://stats.oecd.org/>.

tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e dar seguimento a vários programas nacionais, que ficaram conhecidos no mundo, como o programa de combate à AIDS. Todos se converteram em referências mundiais. (PEREIRA DA FONSECA, 2008; CERVO, 1994).

Na área de saúde pública e sanitária, há inúmeros casos de cooperação bilateral e particular: médicos e sanitaristas franceses, italianos, alemães e escoceses trabalhando juntos com os profissionais brasileiros no fortalecimento da medicina no Brasil²⁶.

Alguns eventos como visitas e acordos estabelecidos entre os estados nordestinos e outras nações vêm acontecendo nos últimos meses. Isso pode indicar maior interesse por estreitar laços com outros países e potencializar a cooperação ao desenvolvimento da Região e as relações econômicas.

A Cooperação e o Desenvolvimento Socioeconômico

Vários estudiosos destacam que para a promoção do crescimento econômico é relevante investir em infraestrutura e ter um comércio exterior regular para a venda dos excedentes de produção²⁷.

Diversos estudos defendem que as diferenças de crescimento podem ser explicadas pelas desigualdades nos ritmos de investimentos em infraestruturas. Entendem que

os gastos públicos nesse setor repercutem no crescimento econômico, principalmente nas áreas de fundamental importância, que impulsionam a economia, como a energia, o transporte e a comunicação. Ou seja, o comércio e os investimentos em infraestruturas produtivas são necessários para atingir-se o crescimento e o desenvolvimento econômico de um país ou região.

Porém, vale recordar que os investimentos externos correspondem a apenas 5% do investimento global e que as exportações mundiais equivalem a entre 17% e 20% da produção mundial. Ou seja, cerca de 80% da produção mundial é comercializada no mercado interno e 95% dos investimentos são domésticos.

Essas duas afirmações, segundo Albuquerque (2001), indicam claramente que a quase totalidade das decisões de investimentos e de políticas comerciais são tomadas nos âmbitos nacional e local²⁸.

Além disso, para países da dimensão do Brasil, a distribuição da produção entre as regiões é tão importante quanto a do comércio internacional. (MAGALHÃES, 2011).

Nesse sentido, mesmo sabendo da importância do mercado internacional para financiar a importação de produtos necessários ao desenvolvimento do País, a revalorização regional abre a oportunidade para o mercado territorial, fazendo diminuir a luta das empresas por ter um lugar no mercado global.

26 Fundação da Sociedade de Medicina e a Academia Nacional de Medicina, no Rio. Na Bahia, desde o 2º reinado, grandes tropicalistas estrangeiros colaboraram nessa área.

27 Crescimento econômico não significa aumento do bem-estar social e de inclusão social. Da mesma forma, a economia nacional é genuinamente heterogênea e possui diferentes formas de acumulação de capital e de desenvolvimento. Nem todas as empresas têm como espaço econômico estratégico o mercado global. Existe um conjunto majoritário de sistemas produtivos locais que se desenvolvem em âmbitos territoriais limitados dentro do Estado e que atuam diferentemente dos mercados globais. Recomenda-se a leitura de Albuquerque (2001).

28 "Estes dados nos levam a pensar que existe uma enorme margem para as políticas econômicas territoriais." (ALBUQUERQUE, 2001).

Feitas essas considerações, analisam-se a seguir as possibilidades de serem ampliadas as relações políticas e as iniciativas cooperativas de forma a auxiliar o plano de desenvolvimento socioeconômico regional, seja compartilhando soluções de problemas sociais com os respectivos pares, seja expandindo as relações nacionais e internacionais, a ponto de dinamizar o fluxo comercial e o investimento.

No que tange à cooperação internacional, esta se faz importante quando se colabora visando ao desenvolvimento das nações nas quais atuam. Porém, para ser efetiva, fazem-se necessárias a convergência e a integração das ações da cooperação internacional com as políticas públicas do país demandante, sejam nacionais ou subnacionais.

É relevante dizer também que, desde o Plano Marshall, são evidentes os efeitos das intervenções da cooperação internacional nos países “beneficiados”, mas nem sempre esses resultados foram positivos e eficazes.

Muitos foram prejudiciais ao país receptor. Por isso, enfatiza-se a importância de se combinar a cooperação recebida com as políticas públicas de desenvolvimento do povo brasileiro.

Da mesma forma que o País, o Nordeste do Brasil vem buscando, nos últimos anos, ampliar, diversificar e melhorar a qualidade de sua inserção exterior. Entretanto, sabe-se que o comércio exterior depende de vários fatores²⁹ e que os investimentos privados geralmente são dirigidos aos mercados com maior competitividade e mais estruturados, que, no caso brasileiro, estão concentrados nas regiões Sudeste e Sul do País.

Ao se falar de fluxo comercial dos produtos do Nordeste brasileiro, há que mencionar os estudos de Haddad e Perobelli (2002) sobre integração nacional e padrão de comércio dos estados brasileiros nos últimos anos da década de 1990; de Fontenele e Melo (2005) sobre o desempenho externo da região Nordeste do Brasil entre 1997 e 2003; de Galvão (1993) sobre o comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil; de Magalhães (2011) sobre o comércio por vias internas e seu papel sobre o crescimento e a desigualdade regional no Brasil; e da recente publicação do estudo de Evangelista (2013) no número 34 desta Revista, que trata sobre as relações espaciais e setoriais da agricultura nordestina.

Os estudos acima mencionados, baseados em diferentes modelos de análises³⁰, revelam algumas características do sistema comercial da região Nordeste. Dos mesmos, foram extraídas algumas observações para fundamentar o presente artigo:

1) “As vendas domésticas superam, em diferentes magnitudes, as exportações internacionais”, evidenciando a importância dos fluxos de comércio interestaduais; (MAGALHÃES, 2011, p. 16)

2) “o futuro de certas regiões do País talvez não esteja intimamente ligado à performance nos mercados internacionais, mas, sim, à sua articulação às demais regiões e, mais especificamente, aos estados, em termos do mercado doméstico”; (MAGALHÃES, 2011, p. 16)

3) [...] “são relevantes as melhorias de acessibilidade e integração dos mercados domésticos nacionais para a eficiência do

29 Inclusive do processo de abertura desse comércio exterior, da forma de inserção no mercado internacional e das políticas exterior e interior.

30 Modelo TERM-Cedeplar; coeficientes de exportações interestadual e internacional; modelo inter-regionais de equilíbrio geral computável (EGC); matrizes de Leontief e outros diferentes indicadores.

sistema econômico e a equidade regional.”; (MAGALHÃES, 2011, p. 131)

4) O fluxo de exportação e importação é centralizado em poucos estados; A concentração em nível de parceiros e a dependência do movimento de suas demandas fragilizam a estrutura do comércio exterior regional. (FONTENELLE; MELO, 2005);

5) Estudos mostram que a integração comercial pode ser um fator de desenvolvimento e crescimento econômico. (MAGALHÃES, 2011);

6) No Nordeste predominam o comércio intrarregional e intraestadual (este, especialmente no setor agrícola) (MAGALHÃES, 2011; EVANGELISTA, 2013);

7) Parece haver evidências de que o comércio intrarregional configura-se relevante para o crescimento da Região. (MAGALHÃES, 2011);

8) O setor agrícola nordestino adquire 66,8% dos insumos intermediários no próprio Nordeste. A vizinhança entre os estados é um fator importante para o destino das vendas desse setor.(EVANGELISTA, 2013);

9) As interações inter-regionais e intrar-regionais favorecem as articulações do comércio interregional;

10) Os investimentos em infraestruturas produtivas viabilizam novos espaços produtivos e redirecionam o sentido dos fluxos comercial e do desenvolvimento regional;

11) A integração comercial heterogênea provoca efeitos diferenciados sobre o desenvolvimento das regiões, especialmente as periféricas.

Ainda que os estudos relacionados não contemplem o mercado externo especificamente, as variáveis poderiam ser as mesmas do mercado interno.

Quando se comparam os principais países de destino das exportações brasileiras ou nordestinas (Tabela 2) com os principais parceiros da cooperação internacional (Gráficos 1, 2 e 3), não se encontram diferenças, ou seja, são os mesmos.

Assim, tal como no mercado interno, as características do sistema comercial do Nordeste brasileiro, no âmbito externo, também predomina a influência quanto aos níveis de interação e de conhecimento do parceiro, onde os fatores proximidade e acessibilidade facilitam o fluxo comercial.

Portanto, não basta dispor de produtos competitivos; é preciso adensar as relações com os parceiros, dar-se a conhecer a outros países, estreitar laços, especialmente com os que importam produtos que também são fabricados no Nordeste.

Historicamente, a Região depende dos tradicionais parceiros internacionais, os mesmos com quem coopera há anos e com quem tem laços históricos e culturais. Assim, seria prudente para os estados do Nordeste estabelecer novos vínculos, como vem fazendo o governo brasileiro no início deste século.

O incremento das relações diplomáticas e da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional³¹ dá visibilidade ao País, evidencia suas competências e oportunidades, além de despertar o interesse dos demais países sobre o que produz. A consequência disso é o aparecimento natural de

31 Também referida como COBRADI. Ver dados sobre o período 2005-2009 no site do IPEA. Disponível em:<www.ipea.gov.br>.

Tabela 2 – Brasil e Nordeste – Exportações: Principais Destinos (US\$ Milhões – Valores Correntes) – 1999, 2004, 2009 e 2011

Exportações do Brasil		1999			2004			2009			2011		
DESTINOS	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	
CHINA	-	-	-	5.440	5,64	4º	20.191	13,2	1º	44.315	17,31	1º	
ESTADOS UNIDOS	10.675	22,23	1º	20.038	20,77	1º	15.602	10,2	2º	25.805	10,08	2º	
ARGENTINA	5.634	11,17	2º	7.373	7,64	2º	12.785	8,36	3º	22.709	8,87	3º	
PAÍSES BAIXOS (HOLANDA)	2.594	5,4	3º	5.917	6,13	3º	8.150	5,33	4º	13.640	5,33	4º	
JAPÃO	2.193	4,57	5º	2.768	2,87	8º	4.270	2,79	6º	9.473	3,7	5º	
ALEMANHA	2.544	5,3	4º	4.036	4,18	5º	6.175	4,04	5º	9.039	3,53	6º	
ITÁLIA	1.845	3,84	6º	2.904	3,01	7º	-	-	-	5.441	2,13	7º	
CHILE	-	-	-	2.546	2,64	9º	-	-	-	5.418	2,12	8º	
REINO UNIDO	1.437	2,99	8º	-	-	-	3.727	2,44	7º	5.230	2,04	9º	
ESPAÑA	1.169	2,44	10º	-	-	-	-	-	-	4.706	1,84	10º	
VENEZUELA	-	-	-	-	-	-	3.610	2,36	8º	-	-	-	
ÍNDIA	-	-	-	-	-	-	3.415	2,23	9º	-	-	-	
FRANÇA	1.200	2,5	9º	2.190	2,27	10º	-	-	-	-	-	-	
BÉLGICA	1.817	3,78	7º	-	-	-	3.138	2,05	10º	-	-	-	
MÉXICO	-	-	-	3.948	4,09	6º	-	-	-	-	-	-	
Exportações do Nordeste		1999			2004			2009			2011		
DESTINOS	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	VALOR	PARTIC. %	ORDEM	
ESTADOS UNIDOS	961	28,65	1º	2.119	26,36	1º	1.962	16,89	1º	2.681	15,34	1º	
CHINA	-	-	-	207	2,57	8º	1.361	11,71	2º	1.970	11,25	2º	
ARGENTINA	391	11,66	2º	784	9,76	2º	967	8,32	3º	1.931	9,62	3º	
PAÍSES BAIXOS (HOLANDA)	306	9,11	3º	487	6,06	4º	935	8,05	4º	1.258	6,17	4º	
ANTILHAS HOLANDESAS	-	-	-	-	-	-	303	2,6	9º	745	3,96	5º	
ALEMANHA	75	2,24	9º	200	2,49	10º	437	3,76	5º	717	3,95	6º	
ESPAÑA	90	2,68	7º	325	4,04	5º	301	2,59	10º	656	3,32	7º	

continua

Tabela 2 – Brasil e Nordeste – Exportações: Principais Destinos (US\$ Milhões – Valores Correntes) – 1999, 2004, 2009 e 2011

ITÁLIA	88	2,62	8º	214	2,66	7º	359	3,09	7º	652	3,27	8º
RÚSSIA	171	5,11	4º	204	2,54	9º	334	2,88	8º	603	3,21	9º
JAPÃO	160	4,78	5º	-	-	-	-	-	-	565	3,11	10º
TRINIDAD E TOBAGO	-	-	-	269	3,35	6º	-	-	-	-	-	-
REINO UNIDO	-	-	-	-	-	-	382	3,29	6º	-	-	-
MÉXICO	-	-	-	555	6,9	3º	-	-	-	-	-	-
BÉLGICA	158	4,71	6º	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FRANÇA	65	1,95	10º	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE/CIEST a partir dos Dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

novos parceiros comerciais, como China, Índia, Rússia, México, Vietnã, países da América Latina e Eurásia na lista dos principais destinos das exportações brasileiras.

Ainda sobre o comércio exterior, o poder executivo deveria olhar e analisar com mais acuidade as estatísticas das balanças e fluxos comerciais internacionais do Nordeste e do Brasil, elaboradas pelos órgãos competentes. Poderia utilizar melhor esses dados para montar uma política de comércio internacional e questionar o porquê de um ou outro país deixar de figurar entre os principais destinos das exportações brasileiras³². Por que está restrito aos parceiros tradicionais? Por que não se amplia a base dos parceiros comerciais? Certamente as respostas não se resumiriam à carimbada palavra “competitividade”, pois a Região consegue vender seus produtos no exterior, inclusive ganhar mercado em outros países. Talvez careça de política exterior mais efetiva, que monte suas estratégias incluindo o adensamento das relações políticas e de cooperação, pois como vimos, não dá para dissociar as relações políticas das relações comerciais.

Portanto, dentro da linha deste artigo, defende-se que se existir uma maior interação entre os estados do Nordeste e outros países, através de aproximação política, estreitamento de laços e maior conhecimento mútuo, será possível ampliar a base dos parceiros comerciais e de cooperação ao desenvolvimento.

Sobre os investimentos, viu-se anteriormente que eles (espontaneamente) se direcionam para as zonas mais dinâmicas, ainda que muitos procurem o Nordeste por outros interesses, em geral, e infelizmente, pelas facilidades fiscais ou econômicas promovidas por algum governo estadual ou municipal.

Para mudar esse cenário e melhorar os parâmetros de atratividade das regiões menos dinâmicas, o governo brasileiro tem aumentado os investimentos públicos, sobretudo no setor de infraestrutura, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Da mesma forma, vem utilizando políticas sociais capazes de aumentar a inclusão social como estratégia para estimular o desenvolvimento³³.

Por outro lado, existem as iniciativas de desenvolvimento locais e endógenas, novas formas de obter crescimento, de ativar o potencial produtivo, de melhorar os fatores de produtividade e competitividade adicionados às novas tecnologias e inovação: ações para diversificar a economia doméstica, para aumentar a produção e comercialização locais; programas de fortalecimento institucional, de formação de lideranças locais, de acesso ao crédito através dos bancos estatais de desenvolvimento, políticas de fomento às micro, pequenas e médias empresas e ao sistema produtivo local, entre outros. (IBAM, 2013).

Em definitivo, há um conjunto de ações que visa constituir o capital econômico, fi-

32 Vejam-se os casos do México, Bélgica, Japão e França. O México que chegou a ser o 3º principal parceiro comercial do Nordeste em 2004, em 2009 e 2011, nem figurou entre os parceiros comerciais da Região. Vale lembrar que em 2002 o Brasil renovou o acordo de cooperação científica e tecnológica de 1974. O mesmo vale para Japão, Bélgica e França que, em 1999, estavam na 5ª, 6ª e 10ª posições no *ranking* dos principais países de destino dos produtos do Nordeste e não mais aparecem em 2004 e 2009. Somente em 2011, apenas o Japão retorna à lista dos dez primeiros parceiros comerciais do Nordeste, na décima colocação e com participação de 3,11%.

33 Casos como o programa de construção de cisternas, permitindo o acesso a água para a população rural, que sofre com as secas; o programa bolsa família, que impulsiona a geração de trabalho e renda para o entorno, dinamizando o sistema e o potencial produtivo local; e da facilidade de acesso ao crédito através dos bancos públicos, por exemplo.

nanceiro e social que possibilite “integrar a esfera de produção, comercialização, consumo e crédito, ao conjunto da população que atualmente vive em condições precárias de alimentação.” (IBAM, 2013). Nessa linha, a cooperação nacional e a internacional poderiam ter presença maior no Nordeste brasileiro, complementando esses esforços.

No âmbito interno, o País dispõe de mais de uma centena de instituições que compartilham conhecimentos e experiências exitosas com outros parceiros nacionais e internacionais, congêneres ou governos³⁴. Portanto, o Nordeste poderia atrair e estimular esses intercâmbios dentro da Região.

Os estados nordestinos, por exemplo, possuem vários casos de sucessos exportados a outros países através da cooperação descentralizada brasileira³⁵, estabelecida em acordos bilaterais subnacionais ou apoiada institucionalmente pela Secretaria de Assuntos Federativos do Governo Federal (SAF) e pela ABC. Em maio de 2007, a SAF organizou um grande evento em Tucumán³⁶, na Argentina, onde participaram os governadores do Nordeste e das províncias portenhas com o fim de identificar as possibilidades de intercâmbio e aproximação bilateral. (ENCUENTRO..., 2013).

De fato, o intercâmbio entre pares permite compartilhar novas visões sobre o desenvolvimento socioeconômico e avançar no diálogo e união sobre temas prioritários.

É notório que o tamanho do Brasil e a heterogeneidade dos indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano regio-

nais são realidades que requerem do País um maior esforço, tanto para continuar crescendo com inclusão social, quanto para diminuir as desigualdades existentes.

Portanto, os governos subnacionais, as instituições brasileiras e as empresas estrangeiras instaladas no território nacional poderiam buscar mecanismos que contribuíssem para o avanço do País e de seus cidadãos. Em síntese, deveriam contribuir mais entre si.

Nesse sentido, seria imprescindível integrar os governos subnacionais e aproximar as instituições públicas para que possam compartilhar iniciativas exitosas e fortalecer o diálogo e o intercâmbio nacionais em todas as áreas. É mais fácil adotar uma política, um modelo ou um caso de sucesso nacional dentro do mesmo território do que adaptar algum modelo vindo do exterior.

No âmbito mundial, a expansão da cooperação entre os países em desenvolvimento decorre do fortalecimento institucional e dos avanços econômicos, políticos, técnicos e tecnológicos alcançados. Essa cooperação, conhecida como Sul-Sul é bastante diferente da cooperação tradicional já citada na introdução do presente artigo.

As relações entre os países em desenvolvimento estão mais fortes e tendem a crescer. Vários temas de interesse comum entraram na pauta internacional devido à união de seus esforços e aos consensos estabelecidos. Criou-se um nível de interação e de formação de identidade que os fazem levantar bandeiras e lograr êxito em foros internacionais. Estão, por fim, se organizando, se apoiando,

34 O BNB faz parte do rol dessas Instituições.

35 O êxito com a redução da mortalidade infantil e neonatal, pelo Governo da Bahia é um exemplo.

36 O evento foi coordenado internamente pela SAF e o BNB. Participaram, além desses, pelo lado do Nordeste, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), antiga e atual Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Codevasf, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e Universidades. (FORO CONSULTIVO..., 2013).

fortalecendo os elos de amizade e identidade para seguir no caminho rumo a um desenvolvimento que inclua o bem-estar da sua população.

Além disso, essas estratégias possibilitaram a internacionalização natural desses países e de suas instituições e empresas, assunto da próxima seção.

A Cooperação e a Internacionalização de Empresas

As relações internacionais cada vez se ilustram menos em “relações entre países” e adquirem características novas, como as que serão vistas na continuação.

A comunicação e a tecnologia favorecem o acesso global, rápido e preciso, permitindo que governos municipais ou pequenas províncias ganhem um espaço social comum, conversem com seus pares e estabeleçam relações internacionais.

O mesmo se pode dizer das empresas e instituições públicas que, em geral, estão mais instrumentalizadas para essa interação. Não é raro encontrar empresas (mesmo pequenas) e instituições públicas cooperando³⁷ e compartilhando conhecimentos e esforços com suas congêneres nacionais ou internacionais, ou mesmo estabelecendo sistemas de redes cooperativas, fusões, parceiras comerciais, entre outras.

Esse movimento vem ganhando força e frequência. É a internacionalização do conhecimento e das parcerias, no mais amplo significado da palavra.

Mas há outra porta para se ganhar visibilidade internacional e para internacionalizar empresas e instituições: a cooperação técnica internacional. E é sobre ela que se discutirá a seguir, com foco somente no caso brasileiro.

Para um melhor entendimento do assunto, inicia-se com um breve resumo do trâmite dos pedidos de cooperação brasileira, porém sem o rigor e detalhamento de todos os processos, mas apenas para pinçar os passos que interessam para introduzir o tema desta seção.

A cooperação brasileira é exercida com base nas demandas e prioridades dos países solicitantes. Essas solicitações podem entrar via representações diplomáticas, reuniões mistas de países, ABC ou mesmo diretamente nos ministérios e outras instituições públicas.

Por lei, essas demandas deveriam chegar ao conhecimento da ABC/MRE, que tem a competência federal para coordenar a cooperação brasileira, mas nem sempre é a prática. Muitas ações cooperativas ficam no âmbito dos ministérios e das instituições, que as coordenam e dão seguimento. As ações podem dar forma a projetos ou programa, dependendo do seu tamanho e abrangência.

As demandas que chegam à ABC passam por uma análise de viabilidade técnica quanto ao seu atendimento e sua efetividade e quanto ao enquadramento nos princípios³⁸ da cooperação brasileira e diretrizes da ABC³⁹.

37 O termo aqui é usado de forma geral.

38 São os mesmos da diplomacia brasileira: de não intervenção, da não indiferença, respeito à soberania e à defesa da autodeterminação.

39 Para mais detalhes consultar a página da ABC. Disponível em: <www.abc.gov.br/abc/coordenacoesCGPDIntroducao.asp>.

Superados esses passos, a Agência Brasileira de Cooperação busca dentre as instituições públicas e estatais aquela com *expertise* no assunto para ser o agente de prestação de serviço do governo federal no exterior, com quem vai participar das etapas de negociação nacional e internacional juntamente com os parceiros e o MRE.

Geralmente, cabe às representações públicas e estatais participarem com doação de horas técnicas dedicadas à transferência ou troca de conhecimento com os parceiros nos projetos, sendo os custos com passagens e hospedagem pagos pela ABC ou pelo país demandante. Não há transferência de recursos financeiros ou equipamentos adquiridos com recursos próprios. Igualmente, não há condicionalidades.

A cooperação prestada, portanto, está baseada na *expertise* da instituição, o que aumenta sua visibilidade lá fora e faz da operante uma referência internacional, facilitando a sua internacionalização de forma natural.

Não se pode esquecer que o objetivo dessa parceria internacional consiste no compartilhamento ou transferência de conhecimentos, visando a resultados positivamente efetivos que promovam o desenvolvimento do país de destino, sem características assistencialistas, sem transferência de recursos financeiros e sem interesses econômicos-comerciais imediatos.

Não obstante, não há dúvidas de que o estreitamento das relações políticas e de cooperação pode se desdobrar em outros negócios, aprendizados e novas parcerias; que a cooperação pode ser um instrumento de desenvolvimento regional e de política exterior e interior.

A cooperação técnica internacional proporciona uma série de oportunidades para as empresas, pois além de disseminar conhecimentos, adensar relações, dar visibilidade a outros países, existe a possibilidade de se conquistar novos mercados e se estabelecer intercâmbios.

Finaliza-se a presente seção, citando algumas empresas e instituições em que a cooperação internacional e o adensamento das relações com outros países facilitaram a internacionalização: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (Ipea).

O Banco do Nordeste (BNB) se soma a esse rol de instituições ao demonstrar um crescente interesse pela cooperação internacional como instrumento de contribuição ao desenvolvimento com valor agregado. O BNB acredita que, através da cooperação e do estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais, pode potencializar sua ação regional, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outros bancos de desenvolvimento e instituições de áreas com características similares à Região nordestina. Além disso, enquanto valor agregado das relações cooperativas, o Banco poderá melhorar suas relações políticas, institucionais e econômicas, aumentar o incentivo conjunto à Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) sobre temas relacionados com os desafios do Nordeste; e até internacionalizar-se. Deve-se ressaltar ainda que o BNB tem se destacado pelo sucesso de alguns de seus programas, pelos quais tem sido convidado, tanto pela ABC como por outros países e instituições internacionais, para expor suas experiências,

principalmente nas áreas de microcrédito e de desenvolvimento rural e local.

Considerações Finais e Perspectivas

Viu-se neste artigo que existem vantagens para os estados, instituições e empresas privadas quando adensam seus relacionamentos políticos, sociais, culturais e de cooperação. Os benefícios se estendem às relações econômicas, não por serem objetivos finais, mas por virem em consequência natural de uma maior interação, aproximação e conhecimento mútuo.

A conjuntura de um mundo globalizado não está cimentada apenas em parâmetros de competitividade e produtividade, mas também no nível de relacionamento e colaboração, que ao mesmo tempo espelham sentimento de unidade, de identidade, de reciprocidade, de ajuda mútua.

Sobre as perspectivas para o avanço da cooperação entre os países em desenvolvimento, esta tende a crescer e se fortalecer, ou até mesmo fazer história nessa área pela forma efetiva de cooperar e fazer jus ao próprio nome: cooperação para o desenvolvimento.

No Brasil, mais de uma centena de instituições do governo federal, entre ministérios e entidades vinculadas, estão hoje direta-

mente envolvidas nas ações de cooperação internacional com mais de 80 países. Disponibilizam *expertise* e soluções criadas internamente em setores diversos, seguindo princípios, diretrizes e prioridades nacionais e internacionais. (IPEA, 2010).

Quanto ao Nordeste, já se conseguem encontrar com mais frequência notícias sobre visitas de países aos estados da Região querendo estabelecer parcerias no âmbito da cooperação técnica.

Espera-se que este artigo tenha contribuído para esclarecer mais sobre a cooperação nacional e internacional, além de alertar aos entes federativos, especialmente aos do Nordeste, sobre os riscos e benefícios do adensamento de laços e do compartilhamento de conhecimentos e boas práticas.

Conclui-se, lembrando que o intercâmbio entre pares permite compartilhar novas visões sobre o desenvolvimento socioeconômico e avançar no diálogo e união sobre temas prioritários, até então excluídos da agenda dos foros internacionais. Ademais, pode vir a auxiliar o plano de desenvolvimento socioeconômico regional e expandir as relações internacionais, dinamizando o comércio e o investimento.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local**: políticas e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **CGCB**: Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral: introdução. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Direcao/CGCB>>. Acesso em: 2013a.

_____. **Setores beneficiados**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoRecebida/Carreira-Projetos>>. Acesso em: 2013b.

CASTRO, N.; CARRIS, L.; RODRIGUES, B. Custos de transportes e a estrutura espacial do

comércio interestadual brasileiro. **Pesquisa e Planejamento. Econômico**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 347-400, dez. 1999.

CERVO, A. L. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. **Revista Brasileira Política Internacional**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 37-63, 1994.

CITÉS UNIES FRANCE. Disponível em: <www.cites-unies-france.org>. Acesso em: 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (Brasil). **A cooperação descentralizada e federativa franco-brasileira**. Brasília, DF, 2009. V. 1. Disponível em: <www.cnm.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc...>. Acesso em: 2013.

CORRÊA, M. L. **Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília, DF, 2010.

ENCUENTRO DE GOBERNADORES DEL NOROESTE BRASILEÑO Y DEL NOROESTE ARGENTINO, 1., 2007, San Miguel de Tucumán. **Agenda de Tucumán...** San Miguel, 2007. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/documentos-oficiais/reunioes-dos-coordenadores-nacionais/copy_of_ii-reuniao-de-coordenadores-do-fccr-pptp-2007/anexo-xi/>. Acesso em: 2013.

EVANGELISTA, F. R. Relações espaciais e setoriais da economia nordestina: as compras e vendas de insumos intermediários do setor agrícola. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, n. 34, p.5-17, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/rcePDF.aspx?cd_rce=38> Acesso em: 2013.

FONTENELE, A. M.; MELO, M. C. P. de. **Desempenho externo recente da região nordeste do Brasil: uma avaliação da competitividade**

e pontencialidades de expansão dos setores exportadores estaduais. [S.l.]: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

FORO CONSULTIVO DE MUNICIPALIDADES, ESTADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL; ENCONTRO DE TUCUMÁN, 2007, San Miguel de Tucumán. **Anais...** San Miguel de Tucumán: Presidencia da República do Brasil, 2007. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul/eventos/encontros-de-governadores/primeiro-encontro-entre-governadores-do-nordeste-brasileiro-e-do-noroeste-argentino/porta_factory/Document/programacao>. Acesso em: 2013.

GALVÃO, O. A. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPEC, 1993. V. 1.

GIRALDI, R. Cientistas brasileiros e suecos identificam mecanismo da memória que pode ajudar na cura do mal de Alzheimer. **Agência Brasil**, 11 out. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-10-11/cientistas-brasileiros-e-suecos-identificam-mecanismo-da-memoria-que-pode-ajudar-na-cura-do-mal-de-al>>. Acesso em: 2013.

HADDAD, E. A.; PEROBELLI, F. S. Integração regional e padrão de comércio dos estados brasileiros, In: KON, Anita (Org.). **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

IBAM. **Guia do CONSAD: Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local: versão 3**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/backup/teste/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad/guiaconsadrev3.pdf>>. Acesso em: 2013.

IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009.** Brasília, DF, 2010.

KRUGMAN, P. **Geography and trade.** [S.l.]: MIT Press, 1991.

LEITE, Helena Roraima. **Las relaciones entre España y el nordeste de Brasil: su contribución al desarrollo regional.** 336 f. 2010, Tesina (Doctorado in Economía Política y Social) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, out. 2010.

LIMA, S. E. M. Embaixador do Brasil em Budapeste. **Correio Brasiliense**, 12 nov. 2012. Opinião.

MAGALHÃES, Aline Sousa. **O comércio por vias internas e seu papel sobre o crescimento e desigualdade regional no Brasil.** Fortaleza: BNB, 2011. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 24).

OCDE. **Development aid at its highest level ever in 2008.** [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.oecd.org/development/developmentaidatitshighestleveverin2008.htm>>. Acesso em: 2013.

_____. **OECD.StatExtracts: complete databases available via OECD's iLibrary.** [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=TABLE1>>. Acesso em: 2013.

PEREIRA DA FONSECA, L. H. La visión de Brasil sobre la cooperación internacional. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, Madrid, n. 22, p. 63-77.

RECIFE. Prefeitura da Cidade. **Prefeito assina acordo de cooperação na França.** Recife, [20--]. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/prefeito-assina-acordo-de-cooperacao-na-franca/>>. Acesso em: 2013.

SWEDCAM. **Indústria sueca no Brasil.** São Paulo, [20--]. Disponível em: <http://www.swedcham.com.br/swedishindustry_inbrazil.asp>. Acesso em: 2013.

THRALL, J. F. Brazil attracts increasingly large number of Nordic tourists. **Revista Brazil & Sweden, Brazil&Norway**, Disponível em: <http://www.swedcham.com.br/magazine_article.asp?id=413 e>. Acesso em: 2013.

VIEIRA, F. B. Cooperação internacional e progresso da higiene no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, p. 16-21, 2010. Spe1.

2 – SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

O Fundo Monetário Internacional revisou suas previsões de expansão da economia mundial. Na atualização realizada em janeiro de 2013 da edição de outubro de 2012 do **World Economic Outlook**, constata-se uma leve redução de 3,6% para 3,5% da projeção de crescimento mundial para 2013. Entretanto, essa nova projeção permanece acima da elevação de 3,2% observada em 2012. (FMI, 2013).

A explicação encontra-se, sobretudo, na perspectiva de continuidade do crescimento nos países emergentes, em função da adoção de medidas contracíclicas visando ao fortalecimento das suas estruturas produtivas e dos seus mercados domésticos.

Entretanto, as possibilidades de uma nova retração na Zona do Euro e um ajustamento fiscal excessivo no curto prazo nos Estados Unidos podem comprometer o desempenho da economia mundial na avaliação da instituição. No caso da Zona do Euro, por exemplo, a estimativa de março do indicador Euroframe do Observatório Francês de Conjuntura Econômica (OFCE) (OBSERVATOIRE FRANÇAIS..., 2013) aponta para uma leve recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) da região, após cinco trimestres consecutivos de resultados negativos.

Contudo, o fim da recessão e a retomada do crescimento em bases modestas estão condicionados a uma melhoria das expectativas dos agentes econômicos. Na avaliação da OFCE, o aprofundamento da crise nos países da periferia da Zona do Euro poderá levar a uma nova degradação do cenário macroeconômico, com consequências negativas sobre a produção e o consumo das famílias. Um dos fatores que podem contribuir para o agrava-

mento da crise na região está relacionado com a lógica recessiva das políticas fiscais de curto prazo que visam à redução dos respectivos déficits públicos.

Apesar do cenário de incerteza da economia mundial, as estimativas pontuais resultantes para o Produto Interno Bruto (PIB) total do Brasil para 2013 e 2014 da equipe de conjuntura econômica do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) foram, respectivamente, 3,40% e 3,62%¹. Desse modo, há uma melhoria de expectativas para este e o próximo ano, obviamente, condicionadas a uma ampliação mais adequada dos investimentos, principalmente, naqueles setores com maiores efeitos multiplicadores.

As previsões de crescimento do PIB se apresentam mais favoráveis para o Nordeste, muito embora sejam pequenas as diferenças: 3,70% para 2013 e 3,92% para 2014. Este fato, certamente, está associado aos investimentos em infraestrutura que vêm sendo realizados em estados da Região com maior ou menor expressão, bem como, os melhores desempenhos relativos das atividades comerciais e de produção física industrial na Região em comparação com o agregado nacional. Há, contudo, um fator negativo sub-

1 Acima das projeções de crescimento da economia brasileira para 2013 e 2014, do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 3,03% e 3,50%, respectivamente. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012).

sistente na Região que ainda não foi analisado com a devida precisão, em termos das contas regionais, que diz respeito à instabilidade climática do semiárido.

Se a relação entre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) do Nordeste e do Brasil é uma aproximação aceitável da relação entre o PIB do Nordeste e do Brasil, espera-se que a Região continue a apresentar um crescimento em seu PIB um pouco maior que o crescimento do PIB brasileiro. Nossas estimativas apontam para esse caminho. Espera-se que o ICMS cresça em termos reais no Nordeste, acima dos 5% em 2013.

Alguns resultados no início de 2013 sinalizam para a retomada do crescimento da atividade econômica nacional e regional. Os dados do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), por exemplo, revelaram que a economia brasileira iniciou 2013 em recuperação, com incremento de 1,29% em janeiro frente a dezembro e de 2,73% no confronto com janeiro de 2012.

O crescimento foi influenciado, entre outros fatores, pelo desempenho do setor industrial em janeiro, que assinalou alta de 2,5% no confronto com o mês anterior. Na comparação com igual período de 2012, o aumento de 5,7% interrompeu dois meses seguidos de variação negativa nessa base de comparação. (IBGE, 2013b).

Entre as categorias de uso, o segmento de bens de capital registrou o incremento mais significativo, com elevação de 8,2%. O resultado foi o mais expressivo desde junho de 2008 e interrompeu dois meses consecutivos de queda na produção dessa categoria de uso. A maior produção de bens de capital, em janeiro, juntamente com o dado positivo da Formação Bruta de Capital Fixo, no quarto trimestre de 2012, após quatro períodos se-

guidos de quedas, sinalizam para uma retomada dos investimentos em 2013.

Nessa perspectiva, vale destacar o nível recorde de consultas (60%) e aprovações de novos projetos (58%) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2012 em relação a 2011, apontando para uma intensificação dos investimentos em 2013. (BNDES, 2013).

Adicionalmente, o governo anunciou em 14.03.2013 um plano de inovação tecnológica, que contará com inversões de R\$ 32,9 bilhões, com a finalidade de elevar a competitividade do setor produtivo e a taxa de investimento. O plano Inova Auto terá quatro linhas de financiamentos a atividades de pesquisa desenvolvimento e inovação, com ênfase para o crédito às empresas que contará com R\$ 20,9 bilhões para o biênio 2013-2014. Os empréstimos dessa modalidade terão juros subsidiados concedidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As outras linhas de financiamento são: subvenção econômica a empresas (R\$1,2 bilhão); fomento para projetos em parceria entre instituições de pesquisa e empresas (R\$ 4,2 bilhões); e participação acionária em empresas de base tecnológica (R\$ 2,2 bilhões). Além disso, estão previstos R\$ 4,4 bilhões para as agências reguladoras investirem em projetos de inovação em suas áreas de atuação. (BRASIL, 2013).

No plano regional, constata-se uma recuperação da indústria nordestina nos últimos meses, embalada pelas medidas de incentivos à produção industrial do governo federal que atingem vários segmentos representativos da estrutura industrial da Região. Nesse conjunto, destaque para os ramos intensivos em mão de obra (calçados, vestuário e têxtil), assim como, segmentos vinculados ao setor de bens

intermediários com participação relevante no Valor de Transformação Industrial (produtos químicos, celulose, papel e papelão).

De fato, a produção industrial da região Nordeste registrou em janeiro de 2013 aumento de 0,3% no confronto com o mês anterior, terceiro resultado positivo seguido, acumulando nesse intervalo incremento de 8,0%. No indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a atividade industrial nordestina assinalou uma alta de 4,4%, com dez das onze atividades apresentando variação positiva. As principais contribuições vieram de refino de petróleo e produção de álcool (12,4%), celulose, papel e produtos de papel (28,3%), produtos químicos (2,0%), produtos têxteis (7,3%) e calçados e artigos de couro (9,9%). (IBGE, 2013a).

O bom desempenho da atividade industrial na ponta nos últimos meses engendrou uma diminuição do nível de ociosidade. As informações da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelam que a utilização da capacidade instalada cresceu em janeiro frente a dezembro no nível mais rápido em quase três anos. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) chegou a 84,0% em janeiro, o maior nível desde janeiro de 2011 e incremento de 1,1 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Portanto, os resultados no início de 2013 sinalizam melhores perspectivas de crescimento da indústria. Porém, em termos gerais há de se convir que o setor industrial brasileiro tem se comportado, em termos de dinâmica de crescimento, de modo muito instável com não desprezíveis pressões de baixa. Isto se deve fundamentalmente a não incrementos de produtividade, além de perda de competitividade inovadora num ambiente internacional crítico e de acirramento do protecionismo cambial, além, da agressiva concorrência asiática, particularmente da China.

Nesse sentido, a equipe de BNB Conjuntura Econômica prevê crescimento de 3,3% da indústria brasileira e de 3,2% da indústria de transformação para 2013. Com relação à atividade industrial nordestina, as previsões para o mesmo período são de crescimento de 4,4% para a indústria geral e de 3,4% para a indústria de transformação.

Como se pode destacar, há certa expectativa favorável de crescimento da indústria na região Nordeste vir a ser algo superior ao agregado nacional. Esse fato está associado às medidas de incentivo do governo que atingem setores representativos da matriz nordestina. Na verdade, a expectativa é que esses segmentos aumentem sua competitividade, desencadeando um verdadeiro processo de substituição competitiva de importações. Por outro lado, as perspectivas de crescimento da indústria extrativa nordestina em 2013 não são alentadoras, diante do cenário mundial pouco favorável às exportações de produtos básicos. Vale destacar que a economia nordestina é uma tradicional exportadora de *commodities* metálicas e agrícolas.

Com relação ao setor agropecuário, as previsões concernentes ao desempenho do faturamento do setor agrícola são otimistas. Em relação a 2012, ano cujo crescimento do faturamento foi moderado, espera-se a expansão de 9,8% do Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola, percentual que em termos absolutos representa o incremento de R\$ 20,2 bilhões.

Grande parte da variação do percentual esperado do VBP do setor agrícola (9,8%) deve-se ao aumento da produção de grãos. A previsão é que essa expansão gere incremento de receita bruta na ordem de R\$ 17,7 bilhões. No geral, o agronegócio brasileiro deverá crescer 10,3% em 2013, que em valor absoluto representa uma receita adicional de R\$ 32,6 bilhões, comparado ao ano anterior.

O VBP do Nordeste em 2013 está estimado em R\$ 22,6 bilhões, comparado ao montante de R\$ 18,4 bilhões de 2012. Dentre as mais importantes culturas temporárias, insta mencionar a do feijão (209,6%), a do milho (66,5%) e a da soja (22%). As carnes terão um crescimento médio de 10,5%, impulsionado pelo aumento do VBP do frango (16,2%). Essas estimativas contribuem para que o Nordeste mantenha estável sua participação no cenário nacional (10,5%).

Portanto, as estimativas iniciais para 2013 contemplam um cenário positivo, tanto a nível regional como nacional. Contudo, deve-se ter cautela, principalmente quanto aos valores regionais, pois contrastam com as previsões desfavoráveis de chuva para o ano. O excesso de demanda por grãos em 2012 deverá ser compensado pelo aumento da oferta em 2013, que pode influenciar na estabilização dos preços desses produtos e de outros cuja produção os utiliza como insumos básicos.

Já o consumo das famílias permanece sendo o grande trunfo da economia brasileira, refletindo as condições favoráveis de expansão do crédito e da massa salarial. As operações de crédito com recursos livres concedidas às famílias seguem em patamar elevado em janeiro de 2013 (R\$ 697,7 bilhões), alta de 10% em doze meses. A continuidade do incremento dessa modalidade deve-se, principalmente, à expansão dos empréstimos dos bancos públicos, já que houve desaceleração dos empréstimos concedidos pelas instituições privadas nacionais e estrangeiras.

Outra decisão importante nesse sentido está associada à redução das taxas de juros para empréstimos dos bancos públicos, contribuindo o recuo das taxas médias de juros de empréstimos para pessoas físicas. No crédito às famílias, a taxa média de juros al-

cançou 24,6% em janeiro, com queda de 6,2 pontos percentuais em doze meses.

No Nordeste, a expansão dos depósitos bancários e das operações de crédito, no ano passado, continuou sendo liderada pelo desempenho dos bancos públicos, valendo registrar que para os bancos privados praticamente não houve crescimento para essas duas variáveis. Ademais, os bancos oficiais responderam pela maior parcela dos depósitos (66,8%) e das operações de crédito (74,2%), cabendo à banca privada as parcelas restantes.

A demanda por crédito no Brasil deverá continuar aquecida, influenciada pela retomada da atividade econômica e pela continuação do crescimento do emprego e da massa salarial, esperando-se, contudo, uma leve subida na taxa de inadimplência. No tocante à política monetária, o mercado considera como mais provável que o Banco Central do Brasil (Bacen) deixará estável a taxa básica de juros em 7,25%, ao longo de 2013. Entretanto, a preocupação com a inflação pode antecipar algum aperto monetário.

No Nordeste, o índice de aumento das operações de crédito também deverá manter-se elevado (18,0%), embora menor do que em anos anteriores, em função do crescimento da economia, que deverá superar a média nacional, do emprego e dos salários. A taxa de inadimplência também deverá exibir uma pequena elevação, influenciada pelo aumento da inadimplência para as operações de crédito tomadas pelas famílias. Os bancos oficiais deverão continuar expandindo seus negócios a um ritmo bem superior aos da banca privada.

A expansão do crédito é acompanhada pelo dinamismo do mercado de trabalho. A variação anual da massa salarial habitual-

mente recebida foi de 5,6% em janeiro de 2013. Contribuiu para esse resultado a trajetória de queda do desemprego no País.

Os bons resultados se refletem no volume de vendas do comércio varejista. Em janeiro de 2013, o volume do comércio varejista expandiu-se 0,6% em relação ao mês anterior, o resultado volta a ser positivo após a interrupção do crescimento observada em dezembro. Nas comparações interanuais, constatou-se um aumento de 5,9% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior e de 8,3% no acumulado dos últimos doze meses. Vale destacar que seis dos nove estados nordestinos assinalaram expansão no volume de vendas acima da média nacional no indicador mensal e no acumulado do ano.

As previsões da equipe de Conjuntura Econômica do BNB-Etene indicam que o comércio poderá registrar menores taxas de crescimento, comparados a 2012, para o Brasil no agregado e na média regional do Nordeste, muito embora, ainda, sejam crescimentos expressivos. Ademais, o agregado regional ainda expressa expectativas de crescimentos relativos superiores ao agregado nacional. As projeções para o Brasil para 2013 e 2014 foram, respectivamente, 8,14% e 7,86%. Já para a região Nordeste, as previsões para o comércio se apresentam mais favoráveis: 8,20% para 2013 e 8,12% para 2014.

No *front* externo, o superávit da balança comercial (US\$ 19,4 bilhões) brasileira recuou 34,7% em relação a 2011. Houve queda (-5,3%) das exportações (US\$ 242,5 bilhões) em virtude do desaquecimento da economia mundial e também da queda dos preços de *commodities* expressivas para a pauta de exportação brasileira, como as *commodities* metálicas. No lado das importações (US\$ 223,1 bilhões), o declínio das compras foi de 1,4%.

Na região Nordeste, registrou-se o menor saldo da balança comercial deste século: déficit de US\$ 7,2 bilhões, decorrentes de US\$ 18,7 bilhões de exportações e US\$ 26,0 bilhões de importações. No Nordeste, houve queda das exportações (-0,4%) e crescimento das importações (7,7%).

Não ocorreram grandes alterações na composição da pauta de exportação nordestina entre 2012 e 2011. Saliente-se apenas o crescimento do capítulo embarcações e estruturas flutuantes (US\$ 793,7 milhões) em mais de 12.000%, relativamente a 2011.

O Banco Central do Brasil estima que o saldo da balança comercial brasileira seja de US\$ 17 bilhões em 2013, decorrente de US\$ 268 bilhões de exportações e US\$ 251 bilhões de importações. Para o mesmo indicador, a equipe de BNB Conjuntura Econômica antecipa projeção de US\$ 258 bilhões de exportação e US\$ 250 bilhões de importações, ou seja, um saldo em torno de US\$ 8 bilhões. O anúncio do governo chinês de contenção do crescimento do mercado imobiliário tem contribuído para a manutenção dos preços dos metais em patamares mais baixos em 2013.

Para o Nordeste, constata-se que os estados do Ceará, Maranhão e Pernambuco apresentaram os maiores déficits da balança comercial, com importações concentradas em insumos industriais e combustíveis. Desta forma, as importações nordestinas são de difícil compressão no curto prazo. As exportações nordestinas, por sua vez, estão, no momento, desfavorecidas pelo desaquecimento da demanda mundial e pelo patamar de preços das *commodities* mais reduzido em 2013. Assim, espera-se que a Região mantenha déficit na balança comercial em 2013. Vale ressaltar que, em janeiro, este déficit já ultrapassou US\$ 1,8 bilhão.

Em síntese, as expectativas de crescimento para a economia brasileira e, em particular, para a nordestina são bem mais alvissareiras que as realizadas em 2012, muito embora, restem alguns constrangimentos, particularmente no tocante à expansão mais robusta do investimento produtivo, condições mais favoráveis do comércio exterior e controle de pressões inflacionárias, especialmente nos

segmentos de alimentos e serviços. Essas específicas pressões inflacionárias, vale dizer, se constituem simultaneamente por conta de restrições de oferta e expansão de demanda, cujas políticas fundamentadas em restrições monetárias, inclusive, altas de taxas juros, dificilmente surtirão efeitos positivos e sustentáveis no curto e médio prazos, a não ser aprofundar a recessão e o déficit público.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório focus**. [Brasília, DF], 2013. Disponível em <www.bancocentral.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2012.

BNDES. **Desembolsos do BNDES atingem R\$ 156 bilhões em 2012, alta de 12%**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2013/institucional/20130122_Desempenho12.html>. Acesso em: 2 mar. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Governo Federal lança Inova Empresa**. Brasília, DF, 2013. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=12231>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

FMI. **World economic outlook**. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/update/01/>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

IBGE. **Pesquisa Industrial Mensal: produção física regional**. [S.l.], 2013. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 mar. 2013a.

_____. **Produção Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)**. [S.l.], 2013. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2013b.

OBSERVATOIRE FRANÇAIS DE CONJONCTURES ÉCONOMIQUES. **Prévision, indicateurs & modèles**. Paris, [20--]. Disponível em: <<http://www.ofce.sciences-po.fr/indic&prev/indicateureuro.htm?current=five&sub=b>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

3 – NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 – PIB

A economia brasileira registrou um incremento de 0,6% no último trimestre de 2012, revelando uma pequena recuperação após apresentar quatro trimestres de variação praticamente nula. No confronto com o quarto trimestre de 2011, o aumento foi de 1,4%. No acumulado do ano, o avanço foi de apenas 0,9% (IBGE, 2013a), resultado do aumento de 0,8% do valor adicionado a preços básicos e do crescimento de 1,6% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. Assim, o Produto Interno Bruto (PIB) em valores correntes alcançou R\$ 4,403 trilhões, enquanto que o PIB *per capita* registrou R\$ 22.402,00, mantendo-se praticamente estável (0,1%) em relação a 2011. (Gráfico 1).

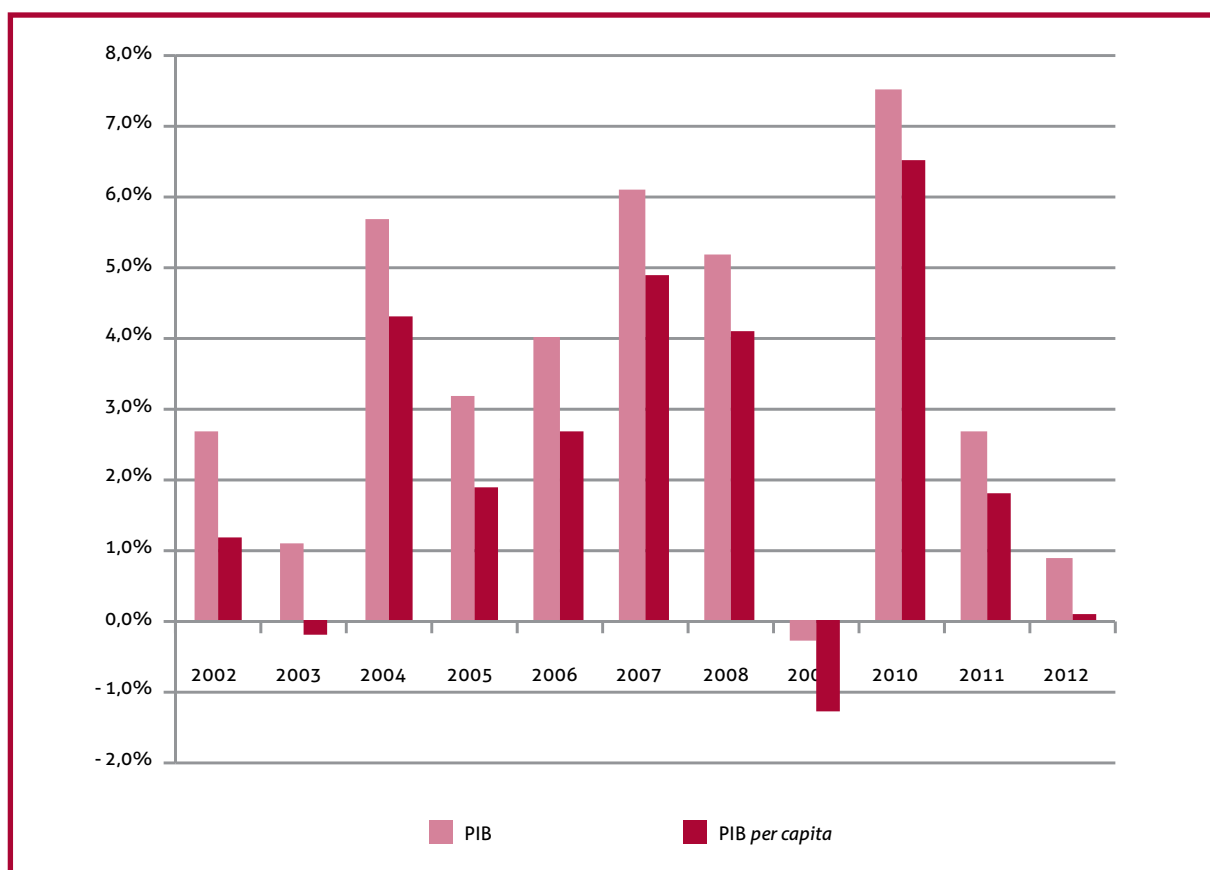


Gráfico 1 – Brasil. PIB e PIB Per Capita – Taxa de Crescimento (2002-2012)

Fonte: IBGE (2013a).

Do ponto de vista da oferta, a alta de 0,6% do PIB no último trimestre em relação ao trimestre anterior resultou principalmente do

desempenho do setor serviços, que registrou crescimento de 1,1%. A indústria também contribuiu positivamente para a varia-

ção positiva do PIB, com acréscimo de 0,4%. O resultado da Indústria no último trimestre de 2012 foi puxado pelo incremento da extrativa mineral de 1,4% e pela atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (1,8%), decorrente da elevação do consumo residencial e comercial de energia elétrica. Por outro lado, as demais atividades industriais apresentaram queda: Indústria de transformação (-0,5%) e construção civil (-0,5%).

Em contrapartida, a Agropecuária registrou queda de 5,2%, em decorrência do fraco desempenho da pecuária e de culturas rele-

vantes da lavoura brasileira que apresentaram queda da produção anual, sobretudo devido às condições climáticas em algumas regiões do País. (Gráfico 2).

No acumulado do ano, o setor industrial assinalou recuo de 0,8%. Dentro da indústria, a extrativa mineral apresentou redução de 1,1% no ano, enquanto a indústria de transformação registrou decréscimo de 2,5%. A redução em volume do Valor Adicionado de máquinas, equipamentos, produtos químicos, aparelhos e materiais elétricos foram fatores determinantes para a redução da indústria de transformação.

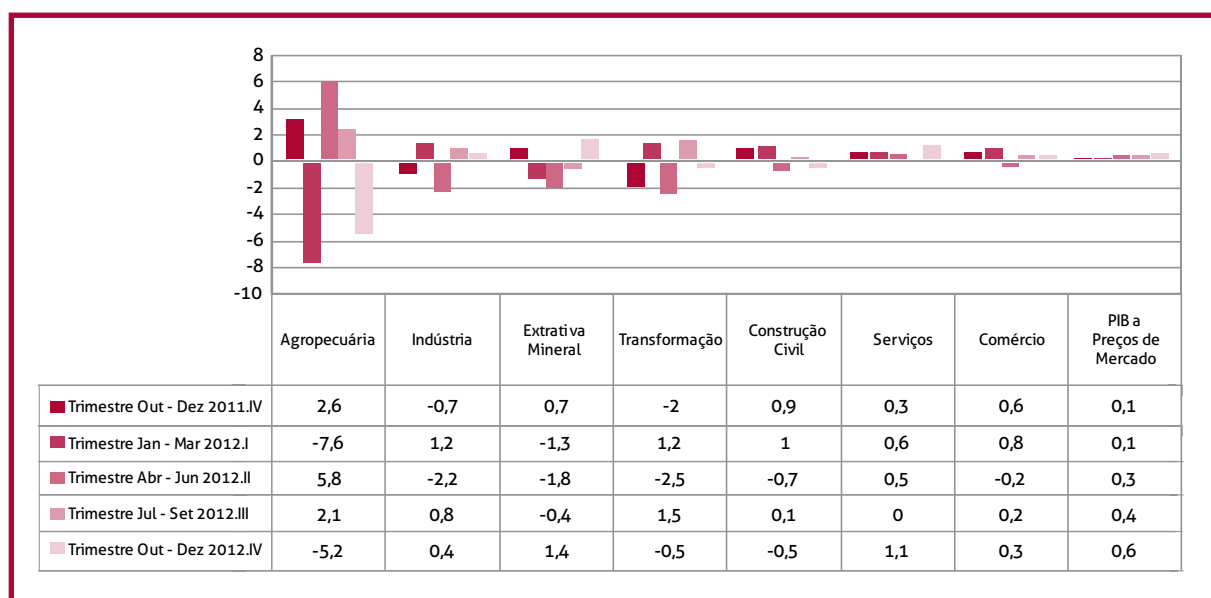


Gráfico 2 – Brasil. Variação do PIB do Ponto de Vista da Oferta – Trimestre/Trimestre Imediatamente Anterior. 4º Trimestre de 2011 ao 4º Trimestre de 2012

Fonte: IBGE (2013a).

Já o setor de serviços apresentou o melhor desempenho entre os componentes de oferta do PIB, com acréscimo de 1,7% no acumulado de 2012. Os destaques positivos foram serviços de informação (2,9%), administração, saúde e educação pública (2,8%) e outros serviços (1,8%). A atividade de serviços imobiliários e aluguel assinalou crescimento de 1,3%, seguida por comércio (1,0%), transporte, armazenagem e correio (0,5%) e intermediação financeira e seguros (0,5%).

No tocante à demanda, constata-se que as variáveis associadas à demanda doméstica assinalaram uma recuperação no quarto trimestre de 2012. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 0,5% entre o segundo e o terceiro trimestres, após quatro trimestres seguidos de variação negativa nessa base de comparação. Entretanto, os resultados ainda são negativos nas comparações interanuais: recuo de 4,5% frente a igual trimestre do ano anterior e de 4,0% no acumulado do

ano. O baixo desempenho da FBCF influenciou negativamente a taxa de investimento,

que ficou em 18,1%, menor do que os 19,3% de 2011. (Gráfico 3).

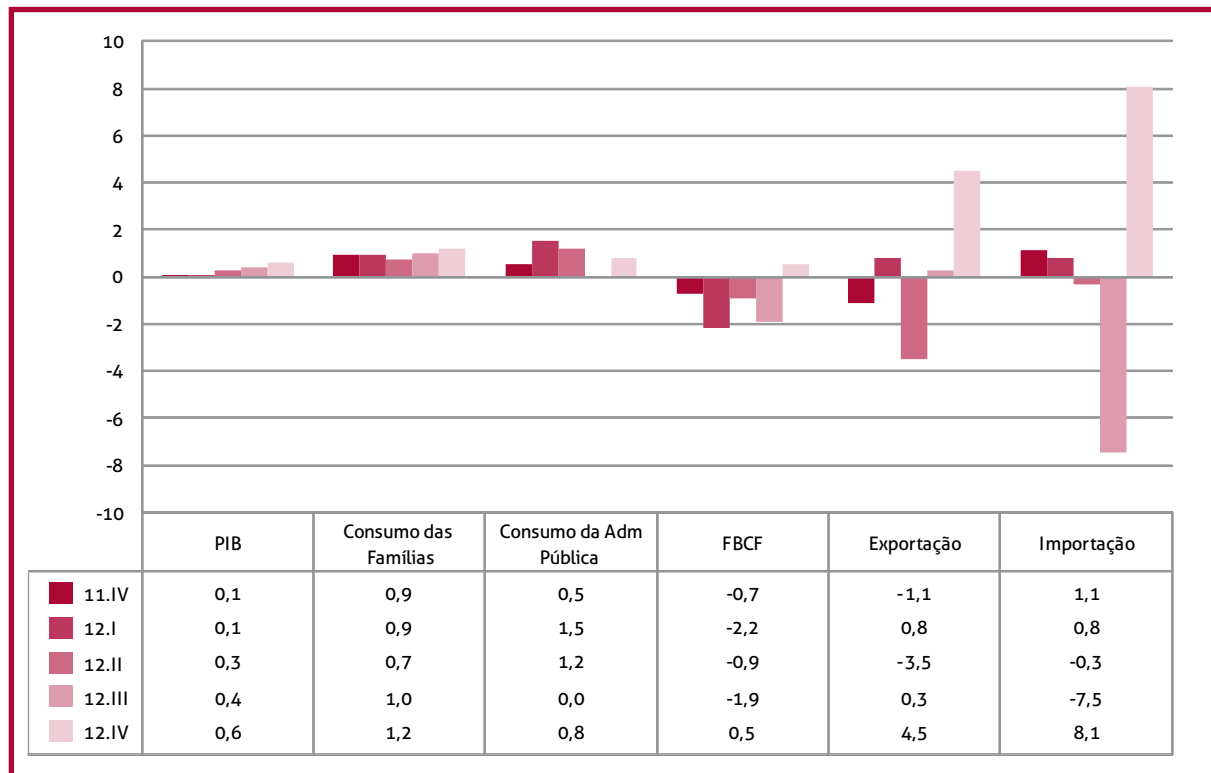


Gráfico 3 – Brasil. Variação do PIB do Ponto de Vista da Demanda – Trimestre/Trimestre Imediatamente Anterior. 4º Trimestre de 2010 ao 4º Trimestre de 2012

Fonte: IBGE (2013a).

O baixo dinamismo dos investimentos, influenciado principalmente pela crise que atinge a atividade industrial, tem repercutido desfavoravelmente na produção nacional de máquinas e equipamentos. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), a produção industrial de máquinas e equipamentos decresceu 11,8% em 2012, repetindo o resultado negativo de 2011. Oito dos nove segmentos assinalaram variação negativa no acumulado do ano, com ênfase para bens de capital-peças agrícolas (-26,4%), bens de capital para construção (-23,0%) e bens de capital-equipamentos de transporte (-13,3%). Vale destacar que a queda expressiva da produção de bens de capital para construção refletiu a desaceleração da taxa de crescimento do setor da construção civil.

O baixo desempenho da FBCF também foi influenciado pelos resultados negativos em termos de importação de bens de capital. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), as importações de bens de capital cresceram apenas 1,4% em 2012. A crise no setor industrial, assim como, o processo de desvalorização da moeda nacional, na segunda metade do ano, foram determinantes para a desaceleração das compras internacionais de máquinas e equipamentos.

Apesar do baixo desempenho do investimento, a expectativa é de retomada do dinamismo em 2013. De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os desembolsos realizados em 2012 atingiram o montante de R\$ 156

bilhões, incremento de 12% comparativamente a 2011. Desse total, 65% foram direcionados para os setores da indústria e da infraestrutura. Do ponto de vista regional, o Nordeste recebeu R\$ 21 bilhões em 2012, alta de 12% em relação ao ano anterior.

As consultas e aprovações de novos projetos pelo BNDES atingiram níveis recordes em 2012, com incremento de, respectivamente, 60% e 58% na comparação com 2011. Esse indicador revela a disposição de investimento do setor produtivo para os próximos anos. No recorte setorial, a indústria foi a grande responsável pelo aumento das consultas, com destaque para os segmentos de extrativo, química e petroquímica, material de transporte e metalurgia. (DESEMBOLSOS..., 2013).

Na região Nordeste, as inversões (anunciadas e em andamento) no setor produtivo e na infraestrutura continuam relevantes, com perspectiva de aceleração nos próximos anos. No setor naval, vale mencionar o anúncio da implantação do Estaleiro Eisa no município de Coruripe, em Alagoas. O empreendimento, que se encontra na fase de licenciamento prévio, terá investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão, com criação de 10 mil empregos diretos apenas na fase de construção. Vale destacar que a Petrobras divulgou no mês de fevereiro do corrente ano a contratação do estaleiro para a fabricação de cinco navios-sonda. (IMPLANTAÇÃO..., 2013).

No Estado do Ceará, a empresa Happy Peixes Brasil. (ESTALEIRO..., 2013) deverá construir, a partir do segundo semestre de 2013, um estaleiro no município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. A fábrica ocupará uma área de 154 mil metros quadrados e produzirá 200 embarcações/ano para diversos usos, com perspectiva de geração de 300 empregos diretos. O investimento total do empreendimento será de R\$ 110 milhões.

No segmento eólico, estão previstos investimentos de cerca 6,5 bilhões no Estado da Bahia até 2014, com possibilidade de geração de cinco mil empregos na fase de implantação, além de quinhentos empregos na operação dos projetos. Vale destacar que com a inauguração do complexo eólico Alto Sertão I em 2012, o maior da América Latina, a Bahia tornou-se um dos maiores fornecedores de energia renovável do País.

Esse desempenho tem estimulado inversões na fabricação de equipamentos eólicos. A francesa Alstom, por exemplo, duplicará sua fábrica instalada no Estado visando atender à demanda de quatrocentos e quarenta aerogeradores da empresa Renova Energia, a partir de 2015. Essa encomenda significará investimentos da ordem de R\$ 2,7 bilhões. Vale destacar que os equipamentos que serão fabricados na unidade da empresa francesa situada no Polo Industrial de Camaçari proporcionarão uma capacidade de geração de energia equivalente à quase totalidade de geração do mercado eólico brasileiro atualmente.

Outros investimentos para a fabricação de equipamentos eólicos estão sendo realizados no Estado. A Acciona está investindo R\$ 13 milhões na sua nova unidade de produção no município de Simões Filho. A fábrica, que entrará em operação no mês de março, produzirá hubs eólicos (peça que concentra as hélices). A Torrebrás também inaugura em abril uma fábrica de torres metálicas em Camaçari, com investimentos aproximados de R\$ 21 milhões.

Já a empresa espanhola Gamesa divulgou inversões de 100 milhões na ampliação de sua unidade de produção em Camaçari para produzir "nacelles" (caixa do rotor do aerogerador). Por fim, a brasileira Tecsis anunciou investimentos de 200 milhões na construção de

sua fábrica baiana. A empresa é especializada na construção de pás para energia eólica.

O consumo das famílias permanece registrando resultados positivos. No indicador trimestre/mesmo trimestre do ano anterior, o crescimento foi de 1,4%. Frente ao mesmo trimestre de 2011, o aumento foi de 3,9%, a trigésima sétima variação positiva desse componente. No acumulado do ano, o consumo das famílias fechou em 3,1%, o nono ano consecutivo de elevação nessa base de comparação.

O resultado satisfatório do consumo das famílias continua refletindo o bom desempenho da massa salarial e da oferta de crédito. A variação anual da massa salarial habitualmente recebida foi de 5,6% em janeiro de 2013. Contribuiu para esse resultado a trajetória de queda do desemprego no País. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) (IBGE, 2013b), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego de 5,4% foi a menor taxa da série para um mês de janeiro. (Gráfico 4).

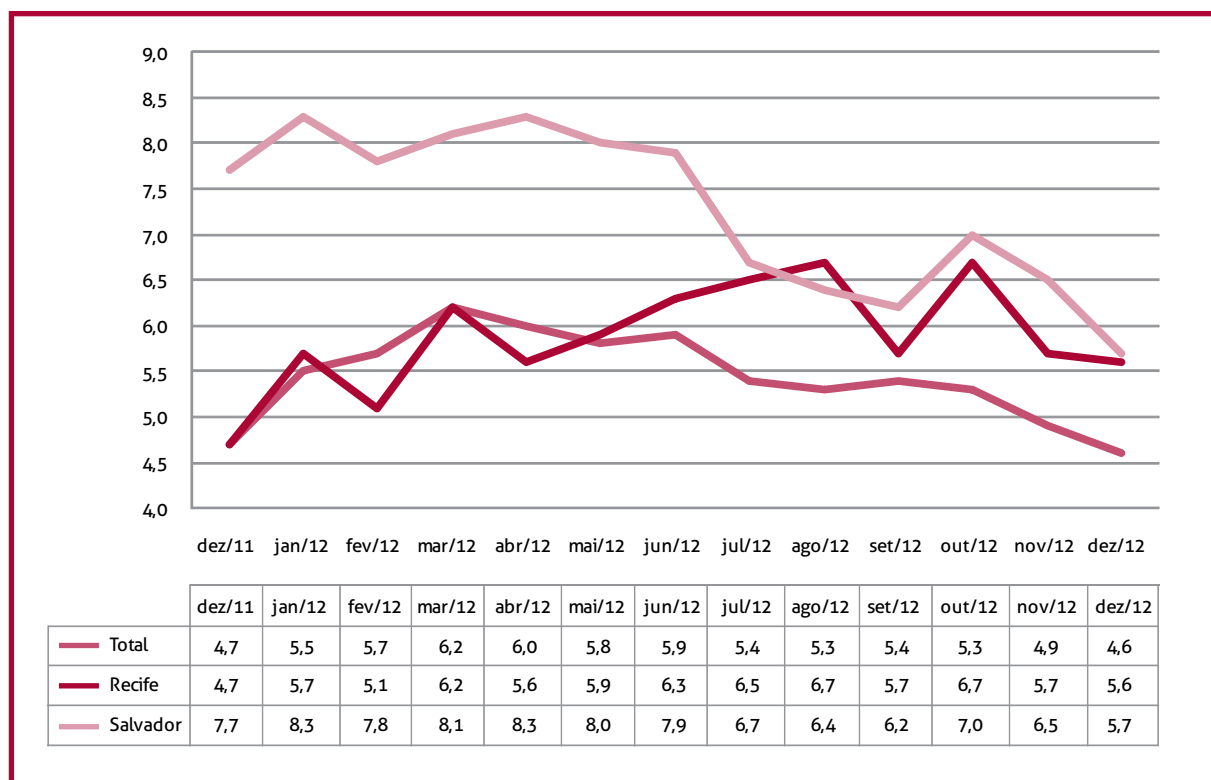


Gráfico 4 – Brasil, Salvador e Recife. Taxa de Desemprego – Dezembro de 2011 a Dezembro de 2012

Fonte: IBGE (2013b).

No que se refere às regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas, Salvador (6,3%) exibe igualmente a menor taxa da série para o mês de janeiro e bem abaixo da observada em igual mês de 2012 (8,3%). Em contrapartida, a taxa de desemprego de 6,3% em Recife é superior à registrada em janeiro do ano passado (5,7%).

Adicionalmente, o rendimento médio real habitual dos ocupados apresentou crescimento de 5,6% em janeiro de 2013, em relação ao mesmo mês de 2012, influenciado fortemente pelo reajuste de 9,1% dos empregados sem carteira assinada no setor privado. Ainda que em menor magnitude, os rendimentos reais dos trabalhadores por

conta própria e no setor privado com carteira também assinalaram aumento, com taxa de variação de 4,4% e 1,3%, respectivamente, na mesma base de comparação. Diferentemente das demais regiões investigadas, Salvador e Recife registraram queda de 10,9% e 0,2%, respectivamente, do rendimento médio real na comparação anual.

Com relação ao crédito, constata-se que o estoque total de crédito do sistema finan-

ceiro totalizou R\$ 2.367 bilhões em janeiro de 2013, assinalando expansão de 16,4% nos últimos doze meses. Esse desempenho elevou a relação crédito/PIB de 48,9%, em janeiro de 2012, para 53,2% em janeiro de 2013. Desse total, destaque para o saldo de R\$ 697,7 bilhões dos empréstimos com recursos livres a pessoas físicas, incremento de 10% em doze meses. (BACEN, 2013a). (Gráfico 5).

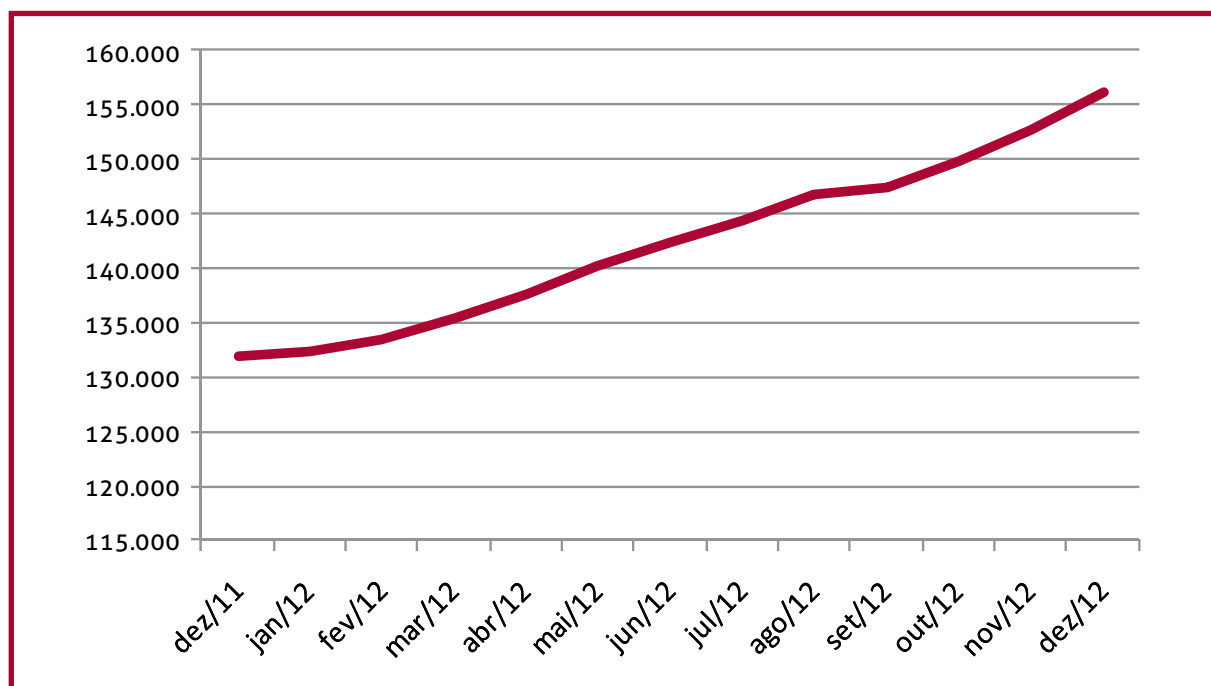


Gráfico 5 – Nordeste. Saldo das Operações de Crédito Direcionadas às Pessoas Físicas – Dezembro de 2011 a Dezembro de 2012 – R\$ Milhões

Fonte: Bacen (2013b).

Na região Nordeste, de acordo com o Banco Central, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 300,4 bilhões em dezembro de 2012, alta de 15,6% em doze meses. Desse total, vale destacar as operações de créditos direcionadas para as pessoas físicas, que somaram R\$ 156,0 bilhões em dezembro de 2012, alta de 18,4% em relação a dezembro de 2011.

A expansão dos empréstimos dos bancos públicos para pessoas físicas foi determinante para manter o consumo das famílias em um patamar elevado em 2012, já que houve desaceleração dos empréstimos concedidos pelas instituições privadas nacionais e estrangeiras. Outra decisão importante nesse sentido está associada à redução das taxas de juros para empréstimos

dos bancos públicos, contribuindo o recuo das taxas médias de juros para empréstimos para pessoas físicas. No crédito às famílias, a taxa média de juros alcançou 24,6% em janeiro, com queda de 6,2 pontos percentuais em doze meses.

No caso do mercado externo, constata-se uma elevação de 4,5% das exportações entre outubro e dezembro na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Vale destacar que o desempenho das vendas internacionais nesse indicador vem alternando variações negativas e baixas taxas de crescimento. Nessa base de comparação, as importações registraram um forte acréscimo de 8,1%, após dois trimestres de retração.

No acumulado do ano, o aumento das vendas internacionais foi ligeiramente superior (0,5%) ao das compras internacionais (0,2%). A desvalorização da moeda nacional ao longo do ano explica o maior crescimento das exportações. Por outro lado, sua pequena variação reflete conjuntura adversa da economia mundial.

As informações da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) confirmam o baixo desempenho do comércio exterior brasileiro em 2012. No acumulado janeiro-dezembro, as exportações registraram queda de 5,3% em relação ao ano anterior, totalizando valor de US\$ 242,5 bilhões. Já as importações registraram recuo de 1,4%, alcançando US\$ 223,1 bilhões. O excedente de US\$ 19,4 bilhões da balança comercial foi o menor verificado desde 2002. (INFORMATIVO BALANÇA COMERCIAL, 2013).

A retração na demanda por *commodities* metálicas e agrícolas afetou significativamente o comércio exterior brasileiro. De fato, os produtos básicos assinalaram um

incremento de apenas 0,9% no *quantum* exportado no acumulado do ano, insuficiente para compensar o recuo de 8,2% dos preços nesse mesmo período.

Enquanto isso, os semimanufaturados e os manufaturados assinalaram retração no *quantum* exportado nesse indicador de, respectivamente, 1,6% e 1,3%. Os preços também registraram recuo em 2012 para essas classes de produtos: 6,2% para os semimanufaturados e 0,3% para os manufaturados. (BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR, 2013).

Os resultados de 2012 da economia brasileira não são nada alvissareiros. A modesta expansão de 0,9% refletiu, sobretudo, os resultados negativos da indústria e da agropecuária. Dentro da indústria, os destaques negativos ficaram por conta da queda expressiva da indústria de transformação e da desaceleração do setor da construção civil. O fraco desempenho desses dois segmentos foi determinante para a contração dos investimentos, tão cruciais para ampliação da capacidade de produção.

Em contrapartida, a reação do investimento no quarto trimestre e os níveis recordes de consultas e aprovações de novos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2012 sinalizam para uma recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo. Outro ponto positivo revelado pelas informações das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE refere-se ao desempenho do consumo das famílias que continua a apresentar resultados animadores, embalados pela expansão da massa salarial e da oferta de crédito direcionado às pessoas físicas. O dinamismo do consumo das famílias foi fundamental para a sustentação das vendas do comércio varejista em um ritmo superior ao da produção industrial.

REFERÊNCIAS

BACEN. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro:** janeiro de 2013: notas para a imprensa. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 3 mar. 2013a.

_____. **Sistema financeiro nacional.** Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 3 mar. 2013b.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR. Rio de Janeiro: Funcex, ano 17, n. 1, jan. 2013. Disponível em: <www.funcex.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2013.

DESEMBOLSOS do BNDES atingem R\$ 156 bilhões em 2012, alta de 12% no 4º Trimestre de 2012. [S.l.]: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/noticia/conteudo/sq_noticia/287>. Acesso em: 2 mar. 2013.

ESTALEIRO deve ir para Caucaia. O Povo, 2 mar. 2013. Economia. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/>

[economia/2013/03/02/noticiasjornaleconomia,3015183/estaleiro-deve-ir-para-caucaia.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/03/02/noticiasjornaleconomia,3015183/estaleiro-deve-ir-para-caucaia.shtml)>. Acesso em: 2 mar. 2013.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais:** 4º Trimestre de 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 mar. 2013a.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego:** PME: janeiro de 2013. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 2 mar. 2013b.

IMPLANTAÇÃO de estaleiro alagoano promete movimentar a economia da região. Disponível em: <<http://economianordeste.opovo.com.br/estados/alagoas/noticias/2013/02/105,4153038/implantacao-de-estaleiro-alagoano-promete-movimentar-a-economia-da-regiao.html>>. Acesso em: 2 mar. 2013.

INFORMATIVO BALANÇA COMERCIAL. Rio de Janeiro: Funcex, ano 3, n. 21, jan. 2013. Disponível em: <www.funcex.org.br>. Acesso em: 3 mar. 2013.

3.2 – Produção Agropecuária

3.2.1 – Agricultura

Segundo o quinto levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2013a), a safra nacional de grãos está estimada em 184,9 milhões de toneladas, acréscimo significativo de 11% em relação à safra 2011/2012, devido ao incremento de 2,6 milhões de hectares na área de soja e de 647,8 mil hectares no milho de segunda safra, somados à recuperação da produtividade das culturas, principalmente no Sul e parte do

Centro-Oeste, regiões prejudicadas na safra passada devido às condições climáticas desfavoráveis.

Estima-se que a área cultivada em todo o País na safra 2012/2013 seja em torno de 53 milhões de hectares, acréscimo de 2,1 milhões (ou 4,1%) em relação à safra anterior. Em área plantada, o maior acréscimo está com a cultura de soja, com aumento de 10%

em relação à safra 2011/2012, ao passo que a maior redução se verifica na cultura do algodão (-30%), motivada pela retração nos preços internos e externos do algodão em pluma, pelos altos custos de produção e pelos preços de mercado melhores para o milho e para a soja.

A participação nordestina no total nacional da área cultivada deve se manter praticamente a mesma entre as duas safras; no entanto, os aumentos previstos para Maranhão (3,6%), Piauí (12%) e Bahia (2%) deverão contribuir para um crescimento de 3,4% na

área plantada no Nordeste. Os demais estados nordestinos não deverão ter variação. A produção de grãos deverá aumentar em todos os estados da Região, levando a um crescimento regional de 27,7%, com recuperação significativa no Ceará (362,4%), Paraíba (442,3%) e Pernambuco (241%), já que a produção na safra anterior foi afetada por uma seca severa. O aumento de produção em maior proporção que o de área deverá elevar a produtividade nordestina de grãos em 23,6%, percentual maior que o nacional (6,9%), passando de 1.700 kg/ha para 2.101 kg/ha.

Tabela 1 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2011/2012 e 2012/2013*

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var. % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var. % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	1.795,9	1.895,6	5,6	2.760	2.812	1,9	4.956,0	5.330,9	7,6
NORDESTE	7.331,7	7.581,8	3,4	1.700	2.101	23,5	12.466,6	15.925,9	27,7
MA	1.533,6	1.588,2	3,6	1.906	2.130	11,8	2.922,5	3.383,6	15,8
PI	1.173,9	1.315,3	12,0	1.947	2.494	28,1	2.286,0	3.280,9	43,5
CE	1.014,6	1.014,6	-	169	783	362,4	171,9	794,8	362,4
RN	17,3	17,3	-	468	769	64,2	8,1	13,3	64,2
PB	79,4	79,4	-	98	533	442,3	7,8	42,3	442,3
PE	442,1	442,1	-	165	564	241,0	73,1	249,3	241,0
AL	69,0	69,0	-	813	917	12,8	56,1	63,3	12,8
SE	243,0	243,0	-	2.510	3.836	52,8	609,9	932,2	52,8
BA	2.758,8	2.812,9	2,0	2.295	2.548	11,0	6.331,2	7.166,2	13,2
CENTRO-OESTE	18.828,9	20.244,0	7,5	3.780	3.662	-3,1	71.170,7	74.130,5	4,2
SUDESTE	4.878,9	4.929,9	1,0	4.051	4.004	-1,2	19.764,7	19.737,0	-0,1
SUL	18.049,8	18.330,6	1,6	3.203	3.812	19,0	57.814,1	69.872,3	20,9
NORTE/NORDESTE	9.127,6	9.477,4	3,8	1.909	2.243	17,5	17.422,6	21.256,8	22,0
CENTRO-SUL	41.757,6	43.504,5	4,2	3.562	3.764	5,7	148.749,5	163.739,8	10,1
BRASIL	50.885,2	52.981,9	4,1	3.266	3.492	6,9	166.172,1	184.996,6	11,3

Fonte: CONAB, fevereiro de 2013. (*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Algodão

Conforme o quinto levantamento para a safra 2012/2013 elaborado pela CONAB (2013d), estima-se uma área cultivada com algodão em 976,6 mil hectares, uma redu-

ção de quase 30% em relação à safra passada. A baixa nos preços internos e externos do algodão em pluma, no período anterior ao plantio, os altos custos de produção e os preços mais interessantes das *commodities*

concorrentes, milho e soja, são fatores que fizeram os produtores reduzirem área, com a consequente redução na produção de algodão no País, que deverá colher 3,7 milhões de toneladas de algodão em caroço, 1,18 milhão de toneladas a menos (-24,3%) que na safra 2011/2012. No entanto, a produtividade deve subir 8,1%, devido ao incremento tecnológico na produção, aliado às

condições climáticas favoráveis nos principais estados produtores, passando de 3.513 kg/ha para 3.796 kg/ha.

Para o Nordeste, a expectativa é de redução de 31,5% na área cultivada, com destaque para a Bahia, que, apesar de ter a segunda maior redução (32%), é o maior produtor, com maior área.

Tabela 2 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var% (b/a)	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var% (b/a)	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var% (b/a)
NORTE	7,5	6,0	-20,0	2.900	3.500	20,7	21,8	21,0	-3,7
NORDESTE	460,4	315,6	-31,5	3.016	3.801	26,0	1.388,8	1.199,6	-13,6
MA	18,6	16,7	-10,2	3.975	3.750	-5,7	73,9	62,6	-15,3
PI	21,3	12,0	-43,7	3.480	3.720	6,9	74,1	44,6	-39,8
CE	1,3	1,3	0,0	170	740	335,3	0,2	1,0	400,0
RN	0,5	0,5	0,0	520	520	0,0	0,3	0,3	0,0
PB	0,2	0,2	0,0	106	760	617,0	-	0,2	-
PE	0,8	0,8	0,0	195	700	259,0	0,2	0,6	200,0
AL	0,2	0,2	0,0	300	320	6,7	0,1	0,1	0,0
BA	417,5	283,9	-32,0	2.970	3.840	29,3	1.240,0	1.090,2	-12,1
CENTRO-OESTE	877,3	626,9	-28,5	3.776	3.800	0,6	3.312,5	2.382,0	-28,1
SULDESTE	46,7	27,8	-40,5	3.651	3.761	3,0	170,6	104,5	-38,7
SUL	1,5	0,3	-80,0	1.439	2.200	52,9	2,2	0,7	-68,2
NORTE/NORDESTE	467,9	321,6	-31,3	3.015	3.795	25,9	1.410,6	1.220,6	-13,5
CENTRO-SUL	925,5	655,0	-29,2	3.766	3.797	0,8	3.485,3	2.487,2	-28,6
BRASIL	1.393,4	976,6	-29,9	3.513	3.796	8,1	4.895,9	3.707,8	-24,3

Fonte: CONAB - Levantamento Fevereiro/2013.

No mercado internacional, as cotações variaram para baixo no último trimestre de 2012, reduzindo-se de US\$ 0,8415/LP, em setembro para US\$ 0,8350/LP, em dezembro, devido ao anúncio do governo chinês de aumentar o preço mínimo para compras internas de algodão, aliado ao elevado estoque de passagem internacional da fibra, que é recorde, de 17,48 milhões de toneladas.

(CONAB, 2012a). A estimativa do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC) para a safra 2012/2013 é de 24,8 milhões de toneladas. (CONAB, 2012b).

Conforme dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro, gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 2013), a exportação

brasileira de pluma, em 2012, totalizou 1,05 milhão de toneladas, com 39% de acréscimo em relação à exportação contabilizada em 2011, com 708,3 mil toneladas.

Segundo dados do Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Cepea), no último trimestre de 2012, o mercado interno iniciou outubro com os preços em baixa, elevando-se até o fim do ano, influenciado pela restrição da oferta de algodão nacional, que foi afetada pela instabilidade dos preços externos.

(CEPEA/ESALQ, 2013a). Em São Paulo, a cotação de fechamento de dezembro foi de R\$ 52,58/@, alta de 2,58% em relação ao mês de outubro e de 1,27% em relação a novembro/2012. Em Rondonópolis (MT), a cotação foi de R\$ 50,19, alta de 2,6% em relação a outubro e de 1,29% em relação a novembro/2012. Em Barreiras (BA) e em Fortaleza (CE), as variações foram as mesmas, com a cotação de dezembro fechando em R\$ 50,74/@, alta de 2,59% em relação a outubro/2012 e de 1,28% em relação a novembro.

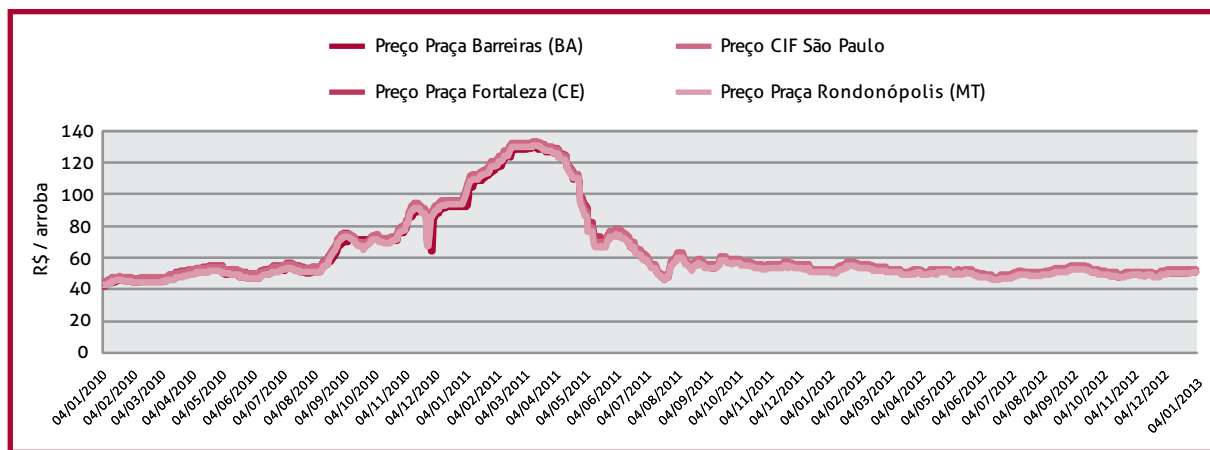


Gráfico 1 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2010 a Dezembro/2012¹

Fonte: Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012).

Feijão

De acordo com o quinto levantamento para a safra 2012/2013 da Conab, estima-se uma área plantada com feijão no Brasil (1ª, 2ª e 3ª safras) em 3,17 milhões de hectares, redução de 2,8% em relação à safra 2011/2012. As boas perspectivas para culturas de soja e milho, a comercialização instável e os riscos climáticos inerentes à cultura do feijão têm derrubado a intenção dos plantadores em todo o País. O mercado está

aquecido e com preços elevados, ocasionados, em parte, pela frustração da safra baiana e pelas intempéries climáticas verificadas no Centro-Sul do Brasil, que afetaram e continuam prejudicando a qualidade e o rendimento das lavouras. A produção total pode chegar a 3,4 milhões de toneladas, um aumento de 16,5% em relação à safra 2011/2012. O rendimento também deve se elevar para 1.072 kg/ha, incremento de 19,8% em relação à safra anterior, em parte pela redução de área. (CONAB, 2013b).

¹ Valores referentes à 28/12/2012.

Tabela 3 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	VAR. % (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	VAR. % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	VAR. % (f/e)
NORTE	158,5	155,8	-1,7	782	863	10,4	124,0	134,6	8,5
NORDESTE	1.503,9	1.508,7	0,3	192	501	160,9	289,3	756,3	161,4
MA	74,7	90,1	20,6	367	461	25,6	27,4	41,6	51,8
PI	230,5	230,5	0,0	158	516	226,6	36,5	118,9	225,8
CE	433,6	433,6	0,0	76	431	467,1	32,9	186,8	467,8
RN	7,2	7,2	0,0	260	439	68,8	1,9	3,2	68,4
PB	36,8	36,8	0,0	79	300	279,7	2,9	11,0	279,3
PE	229,7	229,7	0,0	147	432	193,9	33,8	99,1	193,2
AL	36,1	36,1	0,0	460	525	14,1	16,6	19,0	14,5
SE	28,0	28,0	0,0	702	670	-4,6	19,7	18,8	-4,6
BA	427,3	416,7	-2,5	275	619	125,1	117,6	257,9	119,3
CENTRO-OESTE	342,1	330,4	-3,4	1.762	1.714	-2,7	603,0	566,3	-6,1
SUDESTE	608,1	582,5	-4,2	1.666	1.634	-1,9	1.012,8	952,1	-6,0
SUL	649,5	594,4	-8,5	1.369	1.668	21,8	889,3	991,5	11,5
NORTE/NORDESTE	1.662,4	1.664,5	0,1	249	535	114,9	413,3	890,9	115,6
CENTRO-SUL	1.599,7	1.507,3	-5,8	1.566	1.665	6,3	2.505,1	2.509,9	0,2
BRASIL	3.262,1	3.171,8	-2,8	895	1.072	19,8	2.918,4	3.400,8	16,5

Fonte: CONAB - Levantamento Fevereiro/2013.

Estima-se uma área de 1.508,7 mil hectares para o cultivo de feijão no Nordeste, aumento de 0,3% em relação ao total cultivado na safra 2011/2012. Muito embora os efeitos da seca de 2012 ainda se reflitam na Região, é esperada uma melhoria na produção nordestina de 161,4%, com destaque para os aumentos no Piauí (225,8%), Ceará (467,8%), Paraíba (279,3%), Pernambuco (193,2%) e Bahia (119,3%), este que é o maior produtor e tem previsão de produção de 257,9 mil toneladas, o que deverá melhorar a situação do abastecimento de feijão na Região, que esteve crítica em 2012. (CONAB, 2013b).

Para a safra de 2012/2013, a falta de chuvas nas regiões Nordeste e Sul continuam influenciando o mercado do feijão. Em Barreiras (BA), o preço da saca do feijão tipo

carioca de 60 kg atingiu R\$ 155,00 no mês de dezembro, aumento de 9,2% frente aos R\$ 142,00 praticados no fim de novembro deste ano. Em Irecê (BA), o produto foi cotado a R\$ 170,00 a saca em dezembro deste ano, valor 6,3% maior que o do início do mês de outubro/2012.

Milho

Estima-se que a produção total de milho no Brasil chegue a um novo recorde de 76 milhões de toneladas, motivado pelas boas condições de preço e de clima, nas principais regiões produtoras, consolidadas na safra passada. Na safra 2012/2013, o acréscimo deverá ser de 4,2%, de acordo com o quinto levantamento da Conab. O Centro-Sul é responsável por 90% da produção brasileira, com destaque para os estados do Paraná

2 Valores referentes à 28/12/2012.

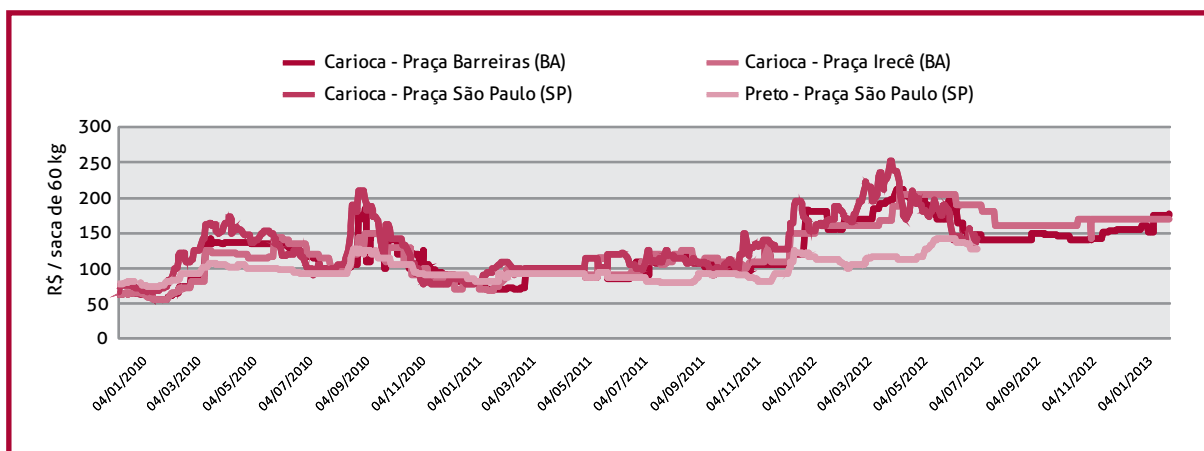


Gráfico 2 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca Tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Ribeirão Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2010 a Dezembro/2012³

Fonte: Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012).

(aumento de 7,9%), com previsão de 18 milhões de toneladas e Mato Grosso (aumento de 6,2%), com previsão de produção de 16,5 milhões de toneladas. (CONAB, 2013b).

A área total cultivada na safra 2012/2013 deverá ser de 15,4 milhões de hectares, incremento de 1,6% em relação à safra anterior, havendo um crescimento relativo maior na macrorregião Norte-Nordeste (2,1%), com aumento apenas no Piauí (12,4%) e Bahia (4,8%) e os demais estados mantendo a área cultivada na safra anterior. Na macrorregião Centro-Sul, o estado com maior crescimento de área foi Mato Grosso (18,6%). (CONAB, 2013b).

No Nordeste, espera-se recuperação na produção de milho deste ano, devendo haver incremento relativo de produção significativo nos estados do Ceará (604,5%), Paraíba (573,8%) e Pernambuco (455,2%), pelo fato destes partirem de uma base de produção muito pequena na safra 2011/2012, prejudicada pela seca severa que assolou a Região. Os maiores produtores (Maranhão, Piauí, Sergipe e Bahia) também deverão registrar aumentos relativos (de 0,3% a 59,5%) na pro-

dução do grão, motivados pelos bons preços alcançados na comercialização.

O mercado internacional continuou com preços em alta no último trimestre de 2012, em razão dos menores estoques mundiais de milho e de estimativas ainda mais reduzidas, por parte do USDA, da produção de milho europeia e norte-americana, projetando uma redução de 4,4% da produção mundial para a safra 2012/2013. A quebra da safra norte-americana e a menor disponibilidade na Argentina e na Ucrânia abriram espaço para o aumento recorde nos volumes de milho exportados pelo Brasil, em outubro e novembro de 2012. No entanto, segundo o CEPEA/ESALQ, os preços futuros na Bolsa de Chicago (vencimento em março de 2013) desvalorizaram 0,6% em novembro, indo para US\$ 7,5275/bushel (US\$ 296,34/t). (CEPEA/ESALQ, 2013b).

O mercado interno também está aquecido. Em Barreiras (BA), a cotação final da saca de 60 kg, em dezembro/2012, foi de R\$ 33,00, aumento de 40,4% sobre a cotação de dezembro/2011 e de 22,2% no trimestre.

3 A CMA não disponibilizou a atualização da série de agosto em diante para o feijão carioca e preto da praça de São Paulo.

Em Fortaleza (CE), a cotação para dezembro foi de R\$ 41,00, 32,3% superior ao mesmo mês de 2011, variando 28,1% no trimestre. Em Cascavel (PR), a cotação para dezembro/2012 foi de R\$ 29,50, superior 11,3% à

cotação de dezembro/2011. No trimestre, o aumento foi de 7,3%. Em São Paulo, a cotação de dezembro de 2012 foi de R\$ 34,00, superior 11,5% à de dezembro de 2011, com variação de 13,3% no trimestre⁴ (Preço CIF).

Tabela 4 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var% (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var% (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var% (f/e)
NORTE	569,5	558,0	-2,0	2.902	2.903	0,0	1.652,4	1.620,0	-2,0
NORDESTE	2.421,5	2.494,4	3,0	1.802	2.338	29,7	4.364,0	5.830,8	33,6
MA	454,6	454,6	0,0	1.609	1.849	14,9	731,6	840,7	14,9
PI	351,6	395,3	12,4	2.239	3.106	38,7	787,2	1.227,9	56,0
CE	520,6	520,6	0,0	142	1.000	604,2	73,9	520,6	604,5
RN	7,6	7,6	0,0	337	650	92,9	2,6	4,9	88,5
PB	39,8	39,8	0,0	106	710	569,8	4,2	28,3	573,8
PE	205,8	205,8	0,0	117	650	455,6	24,1	133,8	455,2
AL	29,7	29,7	0,0	754	893	18,4	22,4	26,5	18,3
SE	206,8	206,8	0,0	2.629	4.192	59,5	543,7	866,9	59,4
BA	605,0	634,2	4,8	3.594	3.439	-4,3	2.174,3	2.181,2	0,3
CENTRO-OESTE	5.291,8	5.708,3	7,9	5.880	5.284	-10,1	31.116,3	30.163,2	-3,1
SUDESTE	2.242,3	2.197,6	-2,0	5.708	5.642	-1,2	12.800,0	12.399,6	-3,1
SUL	4.653,0	4.458,5	-4,2	4.953	5.831	17,7	23.046,8	25.997,4	12,8
NORTE/NORDESTE	2.991,0	3.052,4	2,1	2.012	2.441	21,3	6.016,4	7.450,8	23,8
CENTRO-SUL	12.187,1	12.364,4	1,5	5.495	5.545	0,9	66.963,1	68.560,2	2,4
BRASIL	15.178,1	15.416,8	1,6	4.808	4.930	2,5	72.979,5	76.011,0	4,2

Fonte: CONAB - Levantamento Fevereiro/2013.

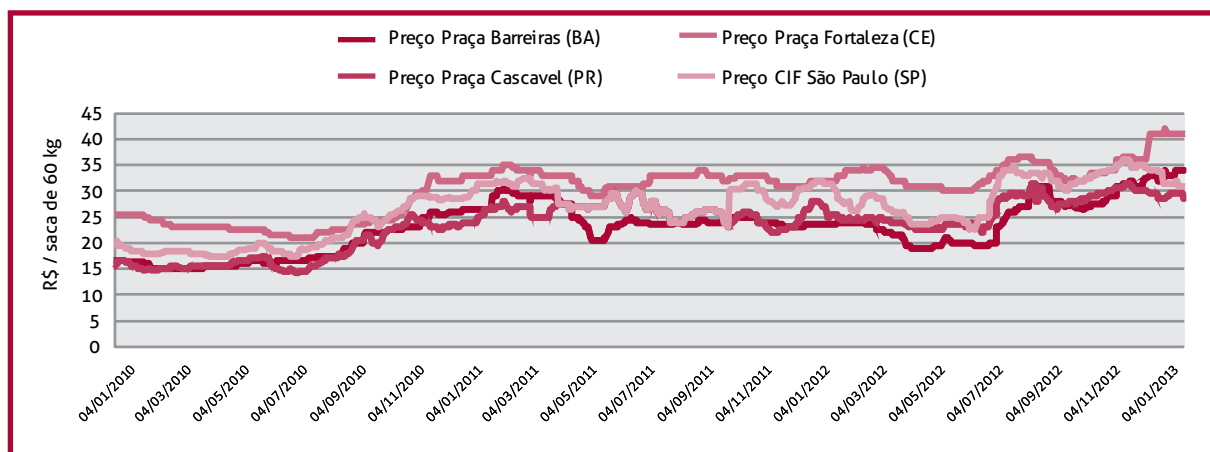


Gráfico 3 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de Janeiro/2010 a Dezembro/2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE - Conjuntura Econômica. a partir dos Dados do CMA (2012).

4 Valores referentes à 28/12/2012.

5 Valores referentes à 28/12/2012.

Soja

A produção nacional de soja para a safra 2012/2013 está estimada em 83,4 milhões de toneladas, acréscimo de 25,7% em relação ao volume produzido na safra 2011/2012. Mesmo os problemas climáticos ocorridos em algumas regiões produtoras não foram suficientes para evitar novo recorde de safra. Estima-se uma área cultivada total de 27,6 milhões de hectares, acréscimo de 10,4% em relação à safra anterior. O incremento significativo (55%) de produção da região Sul, responsável por 34% da produção nacional, está relacionado com o problema climático

ocorrido na safra 2011/2012, enquanto no Centro-Oeste foram plantadas variedades precoces da oleaginosa, num esforço para maximizar a utilização da área com o milho de segunda safra. (CONAB, 2013b).

Para o Nordeste, estima-se um crescimento tanto na área cultivada (15,2%), que deve subir para 2,4 milhões de hectares, quanto na produção (19,5%) do grão, que deve se elevar para 7,2 milhões de toneladas, ambos os segundos maiores incrementos entre as regiões brasileiras em relação à safra 2011/2012, estimulados pela demanda aquecida do grão.

Tabela 5 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 11/12 (a)	Safra 12/13 (b)	Var% (b/a)	Safra 11/12 (c)	Safra 12/13 (d)	Var % (d/c)	Safra 11/12 (e)	Safra 12/13 (f)	Var% (f/e)
NORTE	717,6	836,2	16,5	3.027	3.045	0,6	2.172,2	2.546,3	17,2
NORDESTE	2.117,1	2.438,9	15,2	2.880	2.987	3,7	6.096,3	7.286,2	19,5
MA	559,7	610,6	9,1	2.949	2.950	0,0	1.650,6	1.801,3	9,1
PI	444,6	546,4	22,9	2.841	3.000	5,6	1.263,1	1.639,2	29,8
BA	1.112,8	1.281,9	15,2	2.860	3.000	4,9	3.182,6	3.845,7	20,8
CENTRO-OESTE	11.495,2	12.778,2	11,2	3.036	3.101	2,1	34.904,8	39.627,3	13,5
SULDESTE	1.606,2	1.758,2	9,5	2.899	2.918	0,7	4.656,3	5.131,3	10,2
SUL	9.106,1	9.834,4	8,0	2.037	2.932	43,9	18.553,4	28.833,2	55,4
NORTE/NORDESTE	2.834,7	3.275,1	15,5	2.917	3.002	2,9	8.268,5	9.832,5	18,9
CENTRO-SUL	22.207,5	24.370,8	9,7	2.617	3.020	15,4	58.114,5	73.591,8	26,6
BRASIL	25.042,2	27.645,9	10,4	2.651	3.018	13,8	66.383,0	83.424,3	25,7

Fonte: CONAB - Levantamento Fevereiro/2013.

O clima favorável no último trimestre de 2012 para o plantio da soja gerou expectativas de maior oferta global e de o Brasil se tornar o maior produtor mundial, fazendo os preços caírem, embora ainda estivessem mais elevados em relação ao final do ano de 2011, quando a demanda por soja estava alta. No mercado externo, os contratos de soja em grão finalizaram novembro com desvalorização de 7%, fechando em US\$ 14,39/

bushel (US\$ 31,72/sc de 60 kg), no dia 30. (CEPEA, 2013c). Os contratos de soja para maio de 2013 fecharam o mês de dezembro em US\$ 14,34/bushel (US\$ 31,61/sc). (CEPEA, 2011a). Segundo dados do CEPEA/ESALQ, a saca de 60 quilos foi negociada a R\$ 71,01 em São Paulo, queda de 7,6% no trimestre e alta de 43,5% em relação a dezembro/2011. Em Sorriso (MT), o produto desvalorizou-se 19,9% no trimestre, com

alta de 41,3% em relação a dezembro/2011, encerrando o ano em R\$ 56,50/saca. No Nordeste, o movimento das cotações foi semelhante; em Balsas (MA), a saca foi negociada a R\$ 55,00, redução de 15,4% no trimestre

e aumento de 24,2% em relação a dezembro/2011. E em Barreiras (BA), a cotação ficou em R\$ 67,00, queda de 13% no trimestre e elevação de 63,4% em comparação com dezembro/2011.

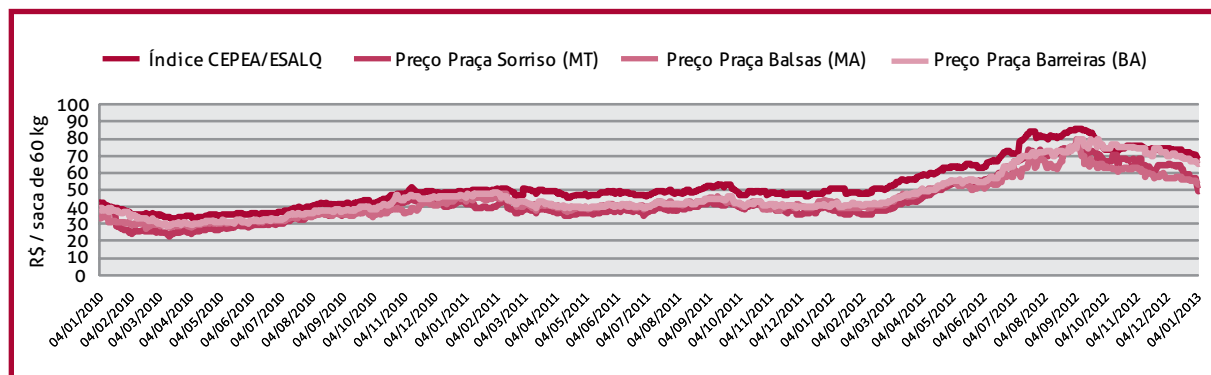


Gráfico 4 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Dezembro/2012⁶

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados da Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012).

Café

Na primeira estimativa da safra 2013 de café, realizada pela Conab, a área plantada no País com as variedades arábica e robusta (conilon) perfaz 2,06 milhões de hectares, acréscimo de 0,8% (ou 17.086 hectares) em relação à safra 2012. Apesar do aumento de área, o fato de ser um ano de baixa bienalidade (que intercala um ano de alta produção com outro de baixa) determina uma redução na produção, que deve ficar entre 46,98 e 50,16 milhões de sacas de 60 quilos do produto beneficiado. (CONAB, 2013b).

Segundo a Conab, os efeitos da seca continuarão afetando a produção do café arábica no Planalto baiano, já que as lavouras se encontram na fase de desfolha e em processo de recuperação. No entanto, o aumento da produção na região do Atlântico deverá com-

pensar essa baixa, gerando um aumento de produção no Estado que deverá ir de até 0 a 6,1%. (CONAB, 2013c).

A cotação mundial do café vem caindo desde abril de 2011, segundo dados da Organização Internacional do Café, reflexo da produção mundial, que se elevou nas últimas três safras (OIC, 2013). Segundo os indicadores da Bolsa de Nova York (ICE Futures), os contratos de dezembro de 2012 estavam em US\$ 1,4973/libra-peso, redução de 17,9% em relação à média dos contratos registrada em julho de 2012.

O departamento de agricultura norte-americano (USDA) estima uma safra mundial recorde, o que não implica elevado excedente do grão, em razão de uma demanda bem próxima da oferta, com necessidade de recomposição de estoques em alguns países. (CEPEA, 2012a).

⁶ Valores referentes à 28/12/2012.

Tabela 6 – Café beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safra 2012 e 2013

REGIÃO/UF	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (mil sacas beneficiadas)										Var. total %	
	Safra 2012	Safra 2013	Var %	Safra 2012			Safra 2013				Total(b)		(b/a)		
				Arábica	Robusta	Total	Arábica	Super.	Robusta		Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.
									Infer.	Super.					
Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.		
Mina Gerais	1.028.425	1.040.966	1,2	26.644	300	26.944	24.248	25.454	293	307	24.541	#####	-8,9	-4,4	
Sul e Centro-Oeste	518.082	525.400	1,4	13.792	-	13.792	11.548	12.122	-	-	11.548	12.122	-16,3	-12,1	
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	168.463	169.794	0,8	6.213	-	6.213	4.700	4.934	-	-	4.700	4.934	-24,4	-20,6	
Zona da Mata - Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	341.880	345.772	1,1	6.621	300	6.921	8.000	8.398	293	307	8.293	8.705	19,8	25,8	
Espírito Santo	450.128	450.846	0,2	2.789	9.713	12.502	3.148	3.480	9.236	9.808	12.385	#####	-0,9	6,3	
São Paulo	175.137	183.893	5,0	5.357	-	5.357	4.000	4.700	-	-	4.000	4.700	-25,3	-12,3	
Paraná	67.177	65.950	-1,8	1.580	-	1.580	1.660	1.820	-	-	1.660	1.820	5,1	15,2	
Bahia	138.213	134.511	-2,7	1.337	741	2.078	1.301	1.382	775	823	2.077	2.205	0,0	6,1	
- Cerrado	12.918	11.859	-8,2	528	-	528	491	522	-	-	491	522	-6,9	-1,1	
- Planalto	100.861	98.474	-2,4	1.071	-	1.071	810	860	-	-	810	860	-24,4	-19,7	
- Atlântico	24.434	24.179	-1,0	-	576	576	-	-	775	823	775	823	34,7	43,0	
Rondonia	125.667	125.667	0,0	-	1.367	1.367	-	-	1.389	1.460	1.389	1.460	1,6	6,8	
Mato Grosso	21.028	21.028	0,0	3	122	124	3	3	122	122	124	124	0,0	0,0	
Pará	10.249	10.249	0,0	-	167	167	-	-	167	167	167	167	0,0	0,0	
Rio de Janeiro	13.225	13.225	0,0	262	-	262	262	262	-	-	262	262	0,0	0,0	
Outros	14.169	14.169	0,0	126	1	127	126	126	1	1	127	127	0,0	0,0	
BRASIL	2.049.738	2.066.824	0,8	38.344	12.482	50.826	34.996	37.473	11.983	12.687	46.978	#####	-7,6	-1,3	

Fonte: CONAB - Levantamento: Janeiro/ 2013.

No mercado interno, os preços dos cafés arábica e conilon também se reduziram, diminuindo também a liquidez no mercado físico brasileiro. O volume de café negociado na safra 2012/2013 esteve consideravelmente inferior ao do mesmo período (julho/dezembro) da safra 2011/2012. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi comer-

cializado a R\$ 270,00 a saca de 60 kg, redução de 14,3% em relação ao mês de outubro/12. Enquanto isso, o preço do Bica Dura T6/7, naquela mesma praça, foi de R\$ 315,00 registrando redução de 11,3%. O café despulpado teve cotação de R\$ 335,00, também registrando redução de 11,8% no mercado de Vitória da Conquista, BA.

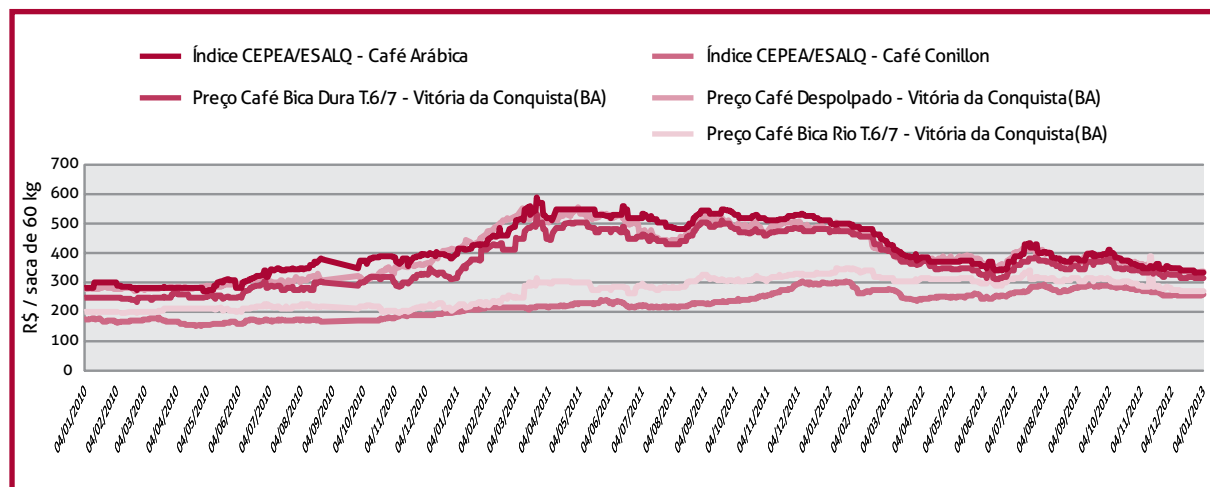


Gráfico 5 – Evolução dos Preços da Saca de 60 Kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despulpado e Índice CEPEA/ESALQ para o Café tipo Arábica e Conilon, de Janeiro/2010 a Dezembro/2012⁷

Fonte: Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil (2012) e CEPEA (2012c).

Cana-de-Açúcar

A Conab, em seu terceiro levantamento da safra 2012/2013, confirma que a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil: a área a ser cultivada para esta safra é de 8,52 milhões de hectares, 2% superior à da safra passada (ou 164.440 hectares a mais). Estima-se uma produção 6,2% superior à safra 2011/2012, totalizando 595,1 milhões de toneladas de cana moída (ou 34,7 milhões a mais). Um maior crescimento é barrado pela renovação das áreas já cultivadas e pela falta de investimento em novas unidades (ou ampliação da capacidade de processamento das já existentes). Ainda assim, a produtividade deverá crescer e ficar em 69.846 kg/ha, in-

cremento de 4,2% sobre os 67.060 kg/ha da safra passada. (CONAB, 2012c).

O aumento do esmagamento de cana para a produção nacional de etanol, na safra 2012/2013, está estimado em 50,5%, com 49,5% destinando-se à produção de açúcar, percentuais que deverão gerar 23,6 bilhões de litros de etanol (déficit de 1,3 bilhão de litros ou 5,2%, em relação à safra 2011/2012) e 37,6 milhões de toneladas de açúcar (déficit de 1,69 milhão de toneladas ou 4,7%, em relação à safra passada). (CONAB, 2012c).

Em 2012, o clima foi adverso à cana-de-açúcar no Nordeste, prejudicando principalmente os canaviais colhidos no fim da safra 2011/2012, que ficaram sem umidade

7 Valores referentes à 28/12/2012.

suficiente para o desenvolvimento da soqueira. A produção deverá cair 10%, de 62,8 milhões de toneladas para 56,5 milhões de toneladas. O maior produtor nordestino, Alagoas, responsável por 41,7% da produção regional, terá redução tanto em área plantada (-3,8%) como em produção (-14,7%), a

cair de 27,7 milhões de toneladas para 23,6 milhões, com conseqüente queda de produtividade (-11,3%). Neste aspecto, destaque para o Ceará, com aumento de 30% (de 60 t/ha para 78 t/ha, muito acima da média nacional, de 69,8 t/ha), embora tenha a menor área plantada e produção na região.

Tabela 7 – Cana-de-açúcar Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/12 e 2012/13

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 11/12	Safra 12/13	Var %	Safra 11/12	Safra 12/13	Var %	Safra 11/12	Safra 12/13	Var %
NORTE	34,4	42,0	22,1	73.522	73.837	0,4	2.529	3.100	22,6
NORDESTE	1.108,220	1.113,5	0,5	56.755	50.825	-10,4	62.897	56.594	-10,0
MA	39,570	41,900	5,9	57.255	53.300	-6,9	2.266	2.233	-1,4
PI	13,910	14,740	6,0	71.312	70.000	-1,8	992	1.032	4,0
CE	2,0	2,150	8,0	60.000	78.000	30,0	119	168	40,5
RN	62,3	59,230	-4,9	47.756	44.025	-7,8	2.973	2.608	-12,3
PB	122,6	124,800	1,8	54.842	47.725	-13,0	6.723	5.956	-11,4
PE	326,1	327,610	0,5	54.099	45.500	-15,9	17.642	14.906	-15,5
AL	463,7	445,710	-3,9	59.755	53.000	-11,3	27.705	23.622	-14,7
SE	35,5	45,140	27,0	53.979	58.100	7,6	1.918	2.623	36,7
BA	42,6	52,230	22,6	60.031	65.975	9,9	2.557	3.446	34,7
CENTRO-OESTE	1.379,4	1.504,1	9,0	66.866	70.645	5,7	92.234	106.258	15,2
SULDESTE	5.221,0	5.248,5	0,5	69.353	73.906	6,6	362.090	387.897	7,1
SUL	613,1	612,4	-0,1	66.240	67.404	1,8	40.615	41.277	1,6
NORTE/ NORDESTE	1.142,6	1.155,5	1,1	57.259	51.661	-9,8	65.426	59.694	-8,8
CENTRO-SUL	7.213,5	7.365,0	2,1	68.613	72.699	6,0	494.938	535.432	8,2
BRASIL	8.356,1	8.520,5	2,0	67.060	69.846	4,2	560.364	595.127	6,2

Fonte: CONAB - 3º Levantamento Dezembro de 2012.

O Brasil exportou, no último trimestre de 2012, 7,52 milhões de toneladas de açúcar bruto, volume 33,6% maior em relação ao mesmo período de 2011, muito embora, no total do ano, o volume tenha sido 3,4% menor que em 2011 (20,15 milhões, em 2011, contra 19,47 milhões de toneladas em 2012). (BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 2013). As receitas geradas pelas exportações do açúcar foram de US\$ 3,68 bilhões no último trimestre de 2012, aumento de 10,4% em relação ao mesmo período de 2011, embora elas tenham sido menores 13,1% no total de 2012 em relação a 2011.

A cotação de dezembro de 2012 do indicador CEPEA/ESALQ do açúcar em São Paulo, em dezembro de 2012 foi de R\$ 49,12/sc, queda de 1,5% em relação ao início do trimestre e de 22,74% em relação a dezembro/2011. Segundo esta fonte, o motivo para o menor patamar de preços na presente safra foi a oferta mais abundante do açúcar, ao contrário do que ocorreu nas três safras anteriores, quando a produção não foi prejudicada pela estiagem no Centro-Sul do Brasil. (CEPEA/ESALQ, 2012a).

Na região Nordeste, a cotação da saca de açúcar de 60 kg também se reduziu: em Pernambuco, fechou em dezembro de 2012 por R\$ 57,98, queda de 7,2% no trimestre e de

3,8% em relação a dezembro de 2011. Em Alagoas, a saca foi negociada em dezembro de 2012 por R\$ 58,21, queda de 8,9% no trimestre e de 6,4% em relação a dezembro de 2011.

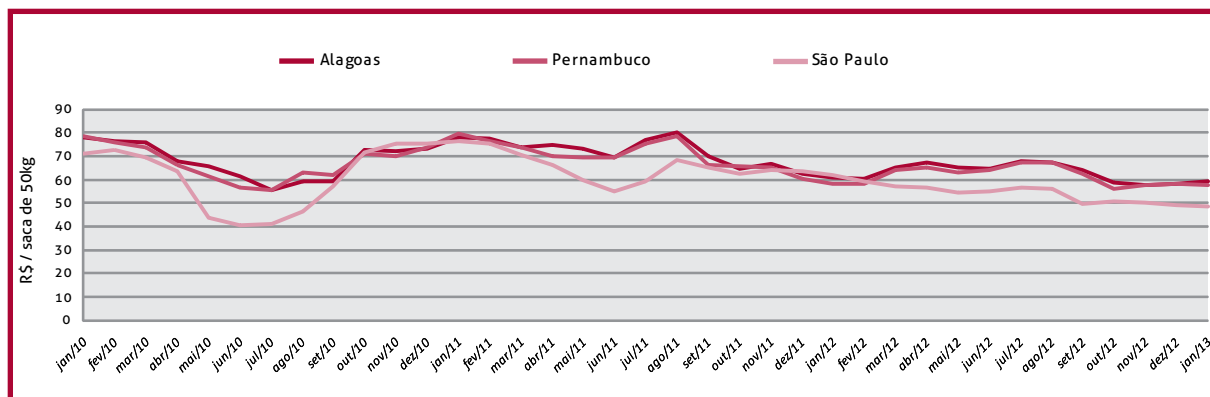


Gráfico 6 – Evolução dos Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Dezembro/2012⁸

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados do CEPEA (2012e).

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, as vendas de etanol foram pequenas nos primeiros meses da safra 2012/2013, mas, com o avanço da safra, o desempenho melhorou, fazendo com que, entre abril e dezembro, fossem exportados 2,81 bilhões de litros de etanol, 71% a mais que no mesmo período de 2011. (CEPEA, 2013d).

No mercado paulista, a cotação do hidratado foi de R\$ 1,1325/l, aumento de 6,6% sobre setembro/2012, em razão do aumento da demanda por parte das distribuidoras para reposição de estoques; para o anidro, o litro do combustível também foi cotado em

R\$ 1,1325, mas com queda de 5,5% em relação a setembro/2012.

Nos principais mercados do Nordeste, as cotações do etanol anidro variaram positivamente, enquanto as do hidratado, tiveram queda. Segundo os indicadores mensais CEPEA/ESALQ, para dezembro/2012, o álcool anidro, em Alagoas, esteve cotado em R\$ 1,5183/l, enquanto em Pernambuco, em R\$ 1,5193/l, com respectivas altas de 1,8% e 2,9% em relação a setembro/2012. O preço do álcool hidratado teve redução de 0,6% em Alagoas (R\$ 1,2035/l) e de 0,3%, em Pernambuco (R\$ 1,1932/l) em relação a setembro/2012.

⁸ Valores referentes à 28/12/2012.

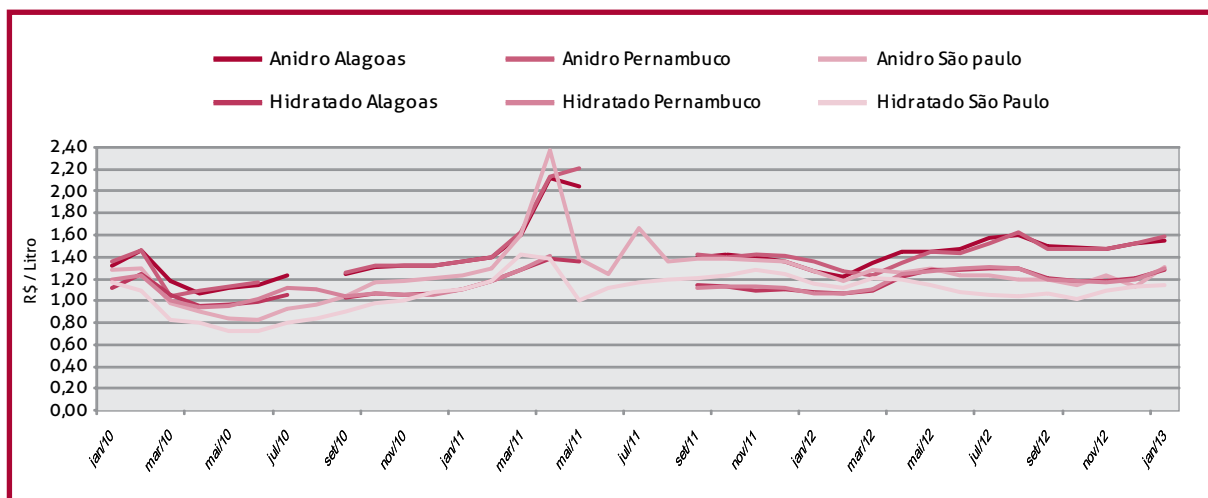


Gráfico 7 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Indicador Mensal CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2010 a Dezembro/2012⁹

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados do CEPEA (2012b).

⁹ Valores referentes à dezembro de 2012.

REFERÊNCIAS

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: algodão. [S.l.]: CEPEA, dez. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/12_dezembro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013a.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: algodão. [S.l.]: CEPEA, nov. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/11_novembro/Algodao.htm>. Acesso em: 19 fev. 2013b.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: café. [S.l.]: CEPEA, dez. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/12_dezembro/Cafe.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013c.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: milho. [S.l.]: CEPEA, nov. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/11_novembro/Milho.htm>. Acesso em: 19 fev. 2013d.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: soja. [S.l.]: CEPEA, dez. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/12_dezembro/Soja.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013e.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: soja. [S.l.]: CEPEA, nov. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/11_novembro/Soja.htm>. Acesso em: 23 jul. 2013f.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro: Agrostat. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://dw.agricultura.gov.br/dwagrostat/seg_dwagrostat.principal_dwagrostat>. Acesso em: 19 fev. 2013.

CEPEA. Indicadores de preços: açúcar. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/acucar/#>>. Acesso em: 20 fev. 2013a.

CEPEA. Indicadores de preços: algodão. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/algodao/#>>. Acesso em: 20 fev. 2013b.

CEPEA. Indicadores de preços: café. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/cafe/#>>. Acesso em: 20 fev. 2013c.

CEPEA. Indicadores de preços: etanol. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/etanol/#>>. Acesso em: 20 fev. 2013d.

CEPEA. Indicadores de preços: milho. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/milho/#>>. Acesso em: 23 jul. 2012e.

CEPEA. Indicadores de preços: soja. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/#>>. Acesso em: 20 fev. 2013f.

CONAB. Acompanhamento de safra brasileira: café, safra 2013: primeira estimativa, janeiro 2013. Brasília, DF, 2013a.

CONAB. Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, safra 2012/2013: terceiro levantamento, dezembro de 2012. Brasília, DF, 2012a.

CONAB. Acompanhamento de safra brasileira: grãos, safra 2012/2013, quinto levantamento, fevereiro 2013. Brasília, DF, 2013b.

CONAB. Conjuntura semanal: algodão: período 24 a 28/12. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_01_03_14_44_51_conjunturaalgodao24a28122012.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2012b.

CONAB. Estudos de prospecção de mercado: safra 2012/2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_09_11_16_41_03_prospeccao_12_13.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2012c.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL. Trading analysis information. São Paulo, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. Dados históricos. [S.l.], [20--]. Disponível em: <http://www.ico.org/pt/new_historical_p.asp?section=Estatística>. Acesso em: 20 fev. 2013.

3.2.2 – Pecuária

O principal indicador do mercado do boi gordo (ESALQ/BM&FBovespa) teve pouca variação ao longo do último trimestre de 2012: a estiagem e a insatisfação dos confinadores com os preços praticados levaram a uma menor oferta de animais em outubro, fazendo este indicador fechar em R\$ 97,21/@, alta de 1,3% em relação ao último dia de setembro

de 2012¹⁰. Em novembro, o movimento foi inverso, com queda de 0,8%, fechando em R\$ 96,42/@, devido a um aumento ainda pouco expressivo na oferta de animais, em razão do aumento da demanda por carne, comum no fim do ano com a liberação do décimo-terceiro salário¹¹. Em dezembro, esperava-se um aumento maior no indicador, mas as ex-

10 Agromensal CEPEA ESALQ (2012).

11 Agromensal CEPEA ESALQ (2012a).

pectativas do mercado terminaram frustradas também com o anúncio de um caso – não comprovado – do mal da “vaca louca”, que teria ocorrido no Brasil em 2010, fazendo o indicador fechar com apenas 0,3% de aumento em relação a novembro (R\$ 96,74/@). No trimestre, a alta foi de 0,8%¹².

O preço bruto do leite pago ao produtor subiu, em outubro, 1,3% em relação a setembro (indo para R\$ 0,8808/l), em função da estiagem que atingiu as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, reduzindo a captação¹³. Houve nova alta no preço bruto pago em novembro (1,6%), com o preço bruto subindo para R\$ 0,8952/l: a alta nesses dois meses do ano é atípica, já que a chegada das chuvas, no Sudeste, tende a aumentar a oferta de leite. Mas o volume mais baixo de precipitações e a alta nos custos de produção limitaram o avanço da oferta, dificultando os

investimentos dos produtores¹⁴. O indicador permaneceu quase estável em dezembro, reduzindo-se em apenas 0,2% (para R\$ 0,8934/l). No trimestre, a variação positiva foi de 2,8%¹⁵.

Para o Nordeste, o preço médio da arroba bovina, segundo dados das Centrais de Apoio Operacional do BNB nos estados, é de R\$ 100,83, tendendo à estabilidade em alguns estados, como na Paraíba, e a se elevarem na maioria dos outros, em razão dos efeitos prolongados da estiagem do ano passado. A média dos preços do litro de leite pago ao produtor é de R\$ 0,92, estável, mas com tendência de baixa em alguns estados (Paraíba e Pernambuco), condicionada ao aumento das chuvas nos próximos dois meses e de alta em outros (como Alagoas, Ceará e Piauí), que ainda sentem o efeito da seca severa ocorrida em 2012.

Tabela 1 – Nordeste – Cotações Médias Atuais para Arroba do Boi Gordo e Litro de Leite Bovino Pago ao Produtor – Janeiro de 2013

UF / Produto	Cotações Médias Atuais	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Pago ao Produtor (R\$/l)
Maranhão	99,75	1,25
Piauí	105,00	1,03
Ceará	88,00	0,85
Rio Grande do Norte	112,50	1,10
Paraíba	100,00	0,82
Pernambuco	100,00	0,88
Alagoas	112,50	0,95
Sergipe	103,00	0,79
Bahia	97,50	0,79
Norte de Minas Gerais	90,00	0,78
Média da área de atuação do BNB	100,83	0,92

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE/Conjuntura Econômica a partir dos Dados de 2013 das Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste.

12 Agromensal CEPEA ESALQ (2012b).

13 CEPEA (2012).

14 CEPEA (2012a).

15 Agromensal CEPEA ESALQ (2012b).

REFERÊNCIAS

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.]: CEPEA, nov. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/11_novembro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 18 fev. 2013a.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.]: CEPEA, out. 2012. a Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/10_outubro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 18 fev. 2013.

AGROMENSAL CEPEA ESALQ. Informações de mercado: pecuária. [S.l.]: CEPEA, dez. 2012. b Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/12_dezembro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 18 fev. 2013b.

BM & FBOVESPA. Cotações on line: boi gordo. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGl.>>> Acesso em: 19 fev. 2013.

CEPEA. CEPEA/Leite: com seca prolongada e custos elevados, leite tem nova alta em outubro. Piracicaba, 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Out_12.doc>. Acesso em: 18 fev. 2013a.

_____. CEPEA/leite: mesmo com aumento no volume, mercado segue firme em dezembro. Piracicaba, 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Dez_12.doc>. Acesso em: 18 fev. 2013b.

_____. CEPEA/leite: preços seguem em alta, mas mercado sinaliza estabilidade para dezembro. Piracicaba, 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Nov_12.doc>. Acesso em: 18 fev. 2013c.

3.2.3 – Agronegócio

3.2.3.1 – Desempenho do faturamento

As previsões concernentes ao desempenho do faturamento do setor agrícola são otimistas. Em relação a 2012, ano cujo crescimento do faturamento foi moderado, espera-se a expansão de 9,8% do Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola, percentual que, em termos absolutos, representa o incremento de R\$ 20,2 bilhões.

Ao contrário do crescimento pujante das lavouras permanentes em 2012, o ano de

2013 promete a recuperação das lavouras temporárias, que deverão crescer 12,5%, enquanto aquelas somente 0,2%. Essa mudança de comportamento dos tipos de lavouras reside no fato de o aumento da produção das culturas temporárias recair sobre aquelas cujo peso relativo é bastante significativo, a exemplo da soja (+20,8%) e do feijão (+23,5%). Ademais, com a demanda aquecida por esses produtos, a tendência é de esta-

bilização dos preços em um patamar no qual gere incrementos de receita ao produtor.

Grande parte da variação do percentual esperado do VBP do setor agrícola (+9,8%) deve-se ao aumento da produção de grãos (+19,2). Não apenas pela sua representatividade e importância, mas também pela demanda insatisfeita proveniente das diversas cadeias produtivas nas quais os grãos se inserem na condição de insumo. A previsão é que essa expansão da produção de grãos gere incremento de receita bruta na ordem de R\$ 17,7 bilhões.

O VBP do setor pecuário também apresenta boas perspectivas. No entanto, ao contrá-

rio do setor agrícola, o aumento do faturamento parece estar mais relacionado ao ajuste de preços, causado principalmente pelo significativo avanço dos custos de produção, do que propriamente à expansão da oferta. Corroborando para essa assertiva o fato de que a estimativa do crescimento médio das carnes (3,4%) e dos seus derivados (2,4%) serem inferiores à expectativa de elevação dos preços (8,0%).

No geral, o agronegócio brasileiro deverá crescer 10,3%, em 2013, que em valor absoluto representa uma receita adicional de R\$ 32,6 bilhões, comparado ao ano anterior.

Tabela 1 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2012 e 2013
R\$ Milhões de Janeiro/13

Produtos	2012	2013	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	205.712	225.912	9,8	20.201
- lavouras temporárias ⁽¹⁾	161.358	181.475	12,5	20.116
- lavouras permanentes ⁽²⁾	44.354	44.438	0,2	84
grãos ⁽³⁾	92.599	110.335	19,2	17.736
outras lavouras	113.113	115.578	2,2	2.465
Pecuários	109.061	121.425	11,3	12.364
- carnes ⁽⁴⁾	86.595	96.628	11,6	10.033
- derivados ⁽⁵⁾	22.466	24.796	10,4	2.331
Total	314.773	347.337	10,3	32.564

Fonte: IBGE, 2010a e b. Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha de caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) bovina, suína e de frango.

(5) leite e ovos.

No Nordeste, após o ano de 2012 – durante o qual se observaram diversas perdas de produção causadas pela estiagem –, o novo ano se inicia com boas perspectivas. Contu-

do, o otimismo pode não se confirmar caso se repitam as condições climáticas desfavoráveis que assolaram a Região no ano passado.

Enquanto para o Brasil a previsão de crescimento é de 12,5% para o VBP das lavouras temporárias, no Nordeste, espera-se o incremento de 23,1%. O mesmo ocorre com as lavouras permanentes: 0,2% para o Brasil e 10,7% para o Nordeste. De fato, o comportamento dessas variáveis é normal e matematicamente explicável.

Os períodos subsequentes aos de grandes depressões das taxas de crescimento (variações percentuais) tendem a apresentar taxas de variação mais acentuadas, tendo em vista que o denominador da base de cálculo é menor.

O VBP do Nordeste em 2013 está estimado em R\$ 22,6 bilhões, comparado ao montante de R\$18,4 bilhões de 2012. Dentre as mais importantes culturas temporárias, insta mencionar a do feijão (+209,6%), a do milho (+66,5%) e a da soja (+22%).

No tocante às lavouras permanentes, destaca-se a evolução do VBP da castanha-de-caju (+244,3%), da borracha (+55,2%) e da

banana (+24,1%). Estima-se que o VBP dessas culturas alcance R\$ 8,7 bilhões em 2013. Mesmo com o crescimento das lavouras permanentes se mantendo estável, a contribuição relativa ao âmbito nacional deve passar de 17,9% para 19,7%. Já a participação das lavouras temporárias no cenário nacional deve passar de 11,4% para 12,5%.

Por fim, a estimativa também é favorável aos produtos pecuários. As carnes terão um crescimento médio de 10,5%, impulsionado pelo aumento do VBP do frango (16,2%). Em termos de volume de receita, porém, a bovinocultura é a que mais gera fluxos de receitas e que em 2013 espera-se alcançar R\$ 7,8 bilhões, o que representa 61% da pecuária nordestina.

A participação do Nordeste na pecuária nacional se manterá estável, apresentando apenas uma leve oscilação de 10,6% para 10,5%. Destaca-se ainda o VBP dos derivados cujas perspectivas também são positivas: leite (+11,3%) e ovos (+12,2%).

Tabela 2 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013

Produtos				Preço (kg)		VBP (mil reais)	
	Unidade	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Lavoura temporária (a)							
Brasil						161.358.391	181.474.799
Nordeste						18.399.089	22.649.224
Abacaxi	Mil frutos	612.899	642.882	1,02	1,04	626.088	668.476
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.408.966	1.180.582	1,45	1,48	2.047.364	1.746.220
Alho	Tonelada	7.959	6.181	4,43	4,51	35.241	27.859
Amendoim (em casca)	Tonelada	5.900	12.191	1,54	1,57	9.099	19.137
Arroz (em casca)	Tonelada	706.740	1.086.397	0,68	0,69	478.045	748.007
Batata - doce	Tonelada	179.076	184.633	0,65	0,66	115.634	121.357
Batata - inglesa	Tonelada	51.485	55.163	0,94	0,95	48.299	52.676
Cana-de-açúcar	Tonelada	72.079.965	70.082.217	0,07	0,07	5.152.474	5.099.378
Cebola	Tonelada	313.408	269.938	0,97	0,99	304.518	266.978

continua

Tabela 2 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013

Fava (em grão)	Tonelada	6.667	16.060	2,67	2,72	17.811	43.672
Feijão (em grão)	Tonelada	288.095	876.356	1,87	1,90	537.402	1.663.995
Fumo (em folha)	Tonelada	17.901	15.836	3,31	3,37	59.314	53.411
Girassol	Tonelada	7	113	0,76	0,77	5	87
Mamona (baga)	Tonelada	23.510	90.299	1,01	1,03	23.843	93.219
Mandioca	Tonelada	6.643.769	8.163.667	0,21	0,22	1.415.896	1.770.966
Melancia	Tonelada	701.213	678.871	0,41	0,42	285.935	281.781
Melão	Tonelada	456.686	468.436	0,77	0,78	351.544	367.046
Milho (em grão)	Tonelada	3.904.692	6.387.132	0,51	0,52	1.986.304	3.307.294
Soja (em grão)	Tonelada	6.095.546	7.306.420	0,74	0,75	4.491.952	5.480.690
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	38.418	191.679	0,40	0,41	15.513	78.787
Tomate	Tonelada	423.570	795.082	0,94	0,95	396.809	758.186
Lavoura permanente (b)							
Brasil						44.353.551	44.437.698
Nordeste						7.920.702	8.768.328
Abacate	Tonelada	9.480	9.022	0,60	0,61	5.645	5.468
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	168	250	1,20	1,23	202	306
Banana	Tonelada	2.427.711	2.960.164	0,58	0,59	1.400.763	1.738.567
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	34.175	52.122	2,65	2,69	90.410	140.357
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	160.209	146.175	5,73	5,83	917.492	852.112
Café (beneficiado)	Tonelada	143.577	147.761	5,93	6,04	851.404	891.906
Caqui	Tonelada	119	119	1,74	1,77	207	210
Castanha-de-caju	Tonelada	81.723	276.399	1,30	1,33	106.458	366.502
Coco-da-baía	Mil frutos	1.542.986	1.683.655	0,48	0,49	737.526	819.175
Dendê (coco)	Tonelada	231.272	215.784	0,25	0,25	57.462	54.574
Goiaba	Tonelada	130.474	151.903	0,80	0,81	104.390	123.711
Guaraná (semente)	Tonelada	2.676	2.772	6,07	6,18	16.255	17.140
Laranja	Tonelada	1.955.573	1.957.934	0,29	0,29	559.694	570.404
Limão	Tonelada	83.859	88.084	0,47	0,48	39.573	42.311
Maçã	Tonelada	415	480	1,09	1,11	451	531
Mamão	Tonelada	1.170.569	1.174.510	0,83	0,84	970.884	991.597
Manga	Tonelada	846.530	877.715	0,53	0,54	449.659	474.573
Maracujá	Tonelada	699.242	671.421	0,91	0,93	638.552	624.125
Marmelo	Tonelada	250	50	1,96	1,99	489	100
Palmito	Tonelada	20.320	20.211	0,54	0,55	10.896	11.031
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.118	4.203	5,31	5,40	21.851	22.702

continua

Tabela 2 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2012 e 2013

Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	173.745	242.793	1,02	1,03	176.376	250.883
Tangerina	Tonelada	41.267	39.486	0,45	0,46	18.734	18.247
Urucum (semente)	Tonelada	2.447	2.433	2,04	2,07	4.985	5.045
Uva	Tonelada	287.050	284.440	2,58	2,63	740.346	746.751
Agricultura							
Brasil						205.711.942	225.912.497
Nordeste						26.319.791	31.417.552
Pecuária							
Brasil						109.060.836	121.424.728
Nordeste						11.545.805	12.783.491
Carne bovina	Tonelada	1.069.234	1.085.049	6,65	7,19	7.113.792	7.799.200
Frango	Tonelada	1.172.280	1.260.645	1,96	2,12	2.303.405	2.676.109
Leite	Milhões de litros	3.579	3.686	0,89	0,96	3.170	3.527
Ovos	Mil cx. De 30 dúzias	9.713	10.089	2,76	2,98	892.478	1.001.496
Suínos	Tonelada	381.579	373.302	3,23	3,49	1.232.960	1.303.159
Agropecuária							
Brasil						314.772.778	347.337.225
Nordeste						37.865.596	44.201.043
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						11,4	12,5
Lavoura permanente (b)						17,9	19,7
Agricultura (c)						12,8	13,9
Pecuária (d)						10,6	10,5
Agropecuária (c + d)						12,0	12,7

Fontes: IBGE (2011a, b) e AgraFNP (2011). Valores a preços de jan/2013.

A análise individual por estado revela que a Bahia (37,1%), o Maranhão (13,4%) e o Piauí (11,1%) deterão maior parcela de contribuição das culturas temporárias do Nordeste, impulsionados pelo grande volume de produção de grãos das regiões de cerrado.

Quanto às culturas permanentes, o Estado da Bahia terá a maior parcela do VBP regional, 57,8%, seguido de Pernambuco (14,3%) e Ceará (13,9%).

A tendência da pecuária nordestina é ser um pouco mais distribuída em relação aos estados mais dinâmicos da Região, porém, é mais concentrada em relação aos demais estados. A Bahia participa com 34,5%, seguido por Pernambuco (17,8%), Ceará (13%) e Maranhão (11,6%). Estes estados também concentram 73,9% da receita bruta de R\$ 36,7 bilhões da agropecuária nordestina.

Tabela 3 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2013
R\$ Milhões Jan/2013

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
MA	3.035	13,4	88	1,0	3.123	9,9	1.480	11,6	4.602	10,4
PI	2.514	11,1	109	1,2	2.623	8,3	871	6,8	3.494	7,9
CE	1.857	8,2	1.221	13,9	3.078	9,8	1.659	13,0	4.736	10,7
RN	805	3,6	255	2,9	1.060	3,4	461	3,6	1.521	3,4
PB	1.099	4,9	215	2,5	1.315	4,2	698	5,5	2.013	4,6
PE	1.912	8,4	1.258	14,3	3.170	10,1	2.271	17,8	5.442	12,3
AL	2.211	9,8	78	0,9	2.289	7,3	463	3,6	2.752	6,2
SE	810	3,6	474	5,4	1.283	4,1	468	3,7	1.752	4,0
BA	8.406	37,1	5.071	57,8	13.478	42,9	4.412	34,5	17.890	40,5
BA+PE+CE+MA	15.210	67,2	7.638	87,1	22.848	72,7	9.822	76,8	32.670	73,9
Demais	7.439	32,8	1.130	12,9	8.569	27,3	2.962	23,2	11.531	26,1
Soma	22.649	100,0	8.768	100,0	31.418	100,0	12.783	100,0	44.201	100,0

Fontes: IBGE (2011a, b) e AgraFNP (2011).

REFERÊNCIAS

AGRAFNP. **Anualpec**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

IBGE. **SIDRA**: levantamentos sistemáticos da produção agrícola municipal. [S.l.], 2012a. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>

[acervo/acervo2.asp?e=v&p=LA&z=t&o=26](#)>. Acesso em: 19 fev. 2013a.

_____. **SIDRA**: produção agrícola municipal 2011. [S.l.], [20--]. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2011/default.shtm>>. Acesso em: 19 fev. 2013b.

3.2.3.2 – Balança comercial do agronegócio

A instabilidade do cenário internacional tem refletido nos resultados do fluxo comercial brasileiro em todas as esferas de análise, excetuando as exportações do agronegócio do Brasil e as importações totais do Nordeste. As exportações e as importações totais nacionais decresceram, respectivamente, 5,3% e 1,4%, denotando que o País absorveu mais poupança externa em 2012 comparado ao ano anterior. Em termos absolutos, entre 2011 e 2012, o saldo comercial recuou em R\$ 10,4 bilhões que em percentual representa uma queda de 34,8%.

O agronegócio brasileiro, entretanto, obteve saldo comercial positivo, impulsionado em grande parte pela redução das importações do que pelo incremento das exportações. Os dados revelaram a redução das importações em 6,2%, enquanto que as exportações cresceram apenas 0,9%.

A comparação entre o fluxo comercial total e o do agronegócio, em 2012, mostra que R\$ 146,8 bilhões (60,5%) são de produtos manufaturados ou industrializados, enquanto que R\$ 95,8 bilhões (39,5%) são do agronegócio. O País é predominantemente exportador de produtos industrializados. No entanto, refazendo essa análise para as importações, constata-se que R\$ 206,7 bilhões (92,6%) são de produtos industrializados e apenas R\$ 16,4 bilhões (7,4%) são de produtos do agronegócio. O saldo comercial de produtos industrializados é negativo em R\$ 60 bilhões, déficit 25,8% maior do que em 2011.

Quanto ao agronegócio, embora suas exportações representem apenas 39,5%, ou seja, R\$ 95,8 bilhões, o saldo comercial desse setor foi de R\$ 79,4 bilhões. Isso significa que o saldo líquido da balança comercial total so-

16 Considera-se que todos os produtos que não façam parte do agronegócio sejam bens industrializados; contudo, sem determinar, dentre estes, os níveis de industrialização (manufaturados, semimanufaturados ou industrializados propriamente dito) e de tecnologia incorporada ao seu processo produtivo.

mente é superavitário (R\$ 19,4 bilhões) em razão do agronegócio, que consegue mais do que compensar o saldo negativo do comércio de industrializados.

Na região Nordeste, as exportações totais recuaram 0,4% e, em 2012, alcançaram US\$ 18,7 bilhões. Todavia, as importações, que já em 2011 superavam as exportações, cresceram mais que proporcionalmente, de US\$ 24,1 bilhões para US\$ 26 bilhões, ou seja, incremento de 7,7%. O saldo total nordestino apresentou déficit de US\$ 7,2 bilhões, que em termos percentuais significou a elevação do déficit em 36,6% comparado ao mesmo período do ano anterior.

O agronegócio nordestino registrou superávit de R\$ 6,2 bilhões, em 2012, 4,1% a mais do que no ano anterior. Entretanto, as exportações desse segmento recuaram 3,8%, acompanhando as importações que recuaram 19,9%, fato que garantiu manutenção do superávit da balança comercial da Região. Quanto à representatividade do setor, as exportações do agronegócio nordestino participaram de 45,7% das exportações totais da Região, resultado relativamente menor do que os 47,4% de 2011. O mesmo ocorreu em relação às importações do agronegócio frente ao total regional que caíram de 12,3% em 2011 para 9,1% em 2012.

Em comparação ao saldo comercial do agronegócio nacional, o Nordeste aumentou a sua representatividade que passou de 7,7% para 7,8%. Ao contrário do que ocorre no Brasil, embora superavitário, o saldo co-

mercial do agronegócio nordestino não teve força o suficiente para reverter o déficit (R\$ 7,2 bilhões) da balança comercial total da Região em 2012.

No tocante aos estados, Pernambuco e Paraíba foram os únicos a apresentar déficit comercial do agronegócio em 2012, de R\$ 179,7 milhões e R\$ 40,4 milhões, respectivamente. Em comparação a 2011, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte tiveram redução do saldo comercial. O Ceará teve forte crescimento da balança comercial, impulsionado pela retração de 26,6% das suas importações.

As exportações do agronegócio nordestino estão concentradas nos estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco; juntos responderam por 80,7% das exportações em 2012.

O complexo soja, os produtos florestais, o complexo sucroalcooleiro, as fibras e produtos têxteis, os couros, produtos de couro e peleteria, e as frutas (inclui nozes e castanhas) continuam sendo os principais produtos do agronegócio exportados pelo Nordeste, participando com 88,6% (US\$ 7,6 bilhões) das exportações desse segmento. O valor exportado apresentou redução de R\$ 299,1 milhões em comparação a 2011. Contribuíram para esse recuo as perdas do complexo sucroalcooleiro (-US\$ 574,9 milhões) e produtos florestais (-US\$ 125,1 milhões). Em compensação, o complexo de soja aumentou significativamente suas exportações em US\$ 389,6 milhões.

Tabela 1 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2011 e 2012
US\$ Milhões Dados de janeiro a dezembro de cada ano.

Região/Estado	2011			2012		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	256.039,6	226.245,9	29.793,7	242.579,8	223.149,1	19.430,6
Brasil - Agronegócio (b)	94.967,6	17.500,0	77.467,6	95.814,2	16.406,5	79.407,7
Nordeste - Total (c)	18.845,4	24.133,8	-5.288,4	18.773,2	25.999,2	-7.225,9
Nordeste - Agronegócio (d)	8.930,2	2.960,9	5.969,3	8.588,0	2.372,8	6.215,2
Alagoas	1.361,3	160,2	1.201,1	1.008,1	111,1	897,0
Bahia	4.687,8	693,2	3.994,6	4.723,7	693,6	4.030,2
Ceará	875,8	651,1	224,8	807,4	478,0	329,3
Maranhão	653,3	133,5	519,7	881,1	125,6	755,5
Paraíba	114,3	339,9	-225,6	108,4	148,8	-40,4
Pernambuco	766,6	853,3	-86,7	517,5	697,1	-179,7
Piauí	158,8	1,4	157,4	218,1	4,1	214,0
Rio Grande do Norte	211,2	65,9	145,3	204,1	58,9	145,2
Sergipe	101,1	62,4	38,7	119,6	55,5	64,0
Varição % 2011/2012						
Brasil - Total (a)				-5,3	-1,4	-34,8
Brasil - Agronegócio (b)				0,9	-6,2	2,5
Nordeste - Total (c)				-0,4	7,7	36,6
Nordeste - Agronegócio (d)				-3,8	-19,9	4,1
Alagoas				-25,9	-30,6	-25,3
Bahia				0,8	0,1	0,9
Ceará				-7,8	-26,6	46,5
Maranhão				34,9	-5,9	-95,3
Paraíba				-5,2	-56,2	106,7
Pernambuco				-32,5	-18,3	70,4
Piauí				37,3	193,1	-86,1
Rio Grande Do Norte				-3,4	-10,6	-66,5
Sergipe				18,2	-11,0	-40,2
Relações (%)						
b/a	37,1	7,7	260,0	39,5	7,4	408,7
d/c	47,4	12,3	-112,9	45,7	9,1	-86,0
d/b	9,4	16,9	7,7	9,0	14,5	7,8

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica: a partir dos Dados de Brasil (2012).

As exportações do agronegócio nordestino estão concentradas nos estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco; juntos responderam por 80,7% das exportações em 2012.

O complexo soja, os produtos florestais, o complexo sucroalcooleiro, as fibras e produtos têxteis, os couros, produtos de couro e peleteria, e as frutas (inclui nozes e castanhas) continuam sendo os principais pro-

duto do agronegócio exportados pelo Nordeste, participando com 88,6% (US\$ 7,6 bilhões) das exportações desse segmento. O valor exportado apresentou redução de R\$ 299,1 milhões em comparação a 2011. Contribuíram para esse recuo as perdas do complexo sucroalcooleiro (-US\$ 574,9 milhões) e produtos florestais (-US\$ 125,1 milhões). Em compensação, o complexo de soja aumentou significativamente suas exportações em US\$ 389,6 milhões.

Tabela 2 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, Janeiro a Dezembro

Produtos	2011			2012			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo Soja	1.970,2	22,3	22,3	2.359,8	27,6	27,6	389,6	19,77
2 Produtos Florestais	1.809,3	20,4	42,7	1.684,3	19,7	47,3	-125,1	-6,91
3 Complexo Sucroalcooleiro	2.041,8	23,1	65,8	1.466,9	17,2	64,5	-574,9	-28,16
4 Fibras e Produtos Têxteis	917,3	10,4	76,2	944,9	11,1	75,5	27,6	3,01
5 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	715,4	8,1	84,2	664,9	7,8	83,3	-50,5	-7,06
6 Couros, Produtos de Couro e Peleteria	466,2	5,3	89,5	453,0	5,3	88,6	-13,2	-2,84
7 Cacau e Seus Produtos	284,7	3,2	92,7	242,9	2,8	91,4	-41,7	-14,66
8 Sucos	141,8	1,6	94,3	163,2	1,9	93,3	21,4	15,12
9 Café	160,9	1,8	96,2	147,8	1,7	95,1	-13,1	-8,14
10 Demais Produtos de Origem Vegetal	131,1	1,5	97,6	137,4	1,6	96,7	6,3	4,81
11 Cereais, Farinhas e Preparações	1,5	0,0	97,7	112,0	1,3	98,0	110,4	7.224,7
12 Pescados	98,6	1,1	98,8	68,6	0,8	98,8	-30,0	-30,41
13 Fumo e Seus Produtos	38,9	0,4	99,2	42,9	0,5	99,3	4,0	10,23
14 Produtos Alimentícios Diversos	35,5	0,4	99,6	33,6	0,4	99,7	-2,0	-5,50
15 Produtos Apícolas	30,4	0,3	100,0	14,3	0,2	99,9	-16,2	-53,12
16 Outros	4,4	0,0	100,0	12,6	0,1	100,0	8,2	186,03
	8.848,1	100,0		8.549,0	100,0		-299,1	-3,38

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

Dos produtos importados do agronegócio, 75,6% (US\$ 1,8 bilhão) está concentrado em cinco grupos de produtos (Tabela - Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, Janeiro a Dezembro). O volume importado diminuiu em R\$ 588,1 milhões

(ou 19,9%), passando de R\$ 2,9 bilhões em 2011 para R\$ 2,3 bilhões em 2012, destacando as fibras e produtos têxteis (-US\$ 327,6 milhões) e o complexo sucroalcooleiro (-US\$ 199,5 milhões).

Tabela 3 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, Janeiro a Dezembro

Produtos	2011			2012			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Cereais, Farinhas e Preparações	1.089,1	36,8	36,8	1.019,5	43,0	43,0	-69,6	-6,4
2 Produtos Florestais	278,0	9,4	46,2	248,9	10,5	53,5	-29,1	-10,5
3 Cacau e Seus Produtos	132,6	4,5	50,7	211,0	8,9	62,4	78,4	59,1
4 Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	228,3	7,7	58,4	197,7	8,3	70,7	-30,6	-13,4
5 Complexo Sucroalcooleiro	316,1	10,7	69,0	116,6	4,9	75,6	-199,5	-63,1
6 Fibras e Produtos Têxteis	438,9	14,8	83,9	111,3	4,7	80,3	-327,6	-74,6
7 Pescados	116,1	3,9	87,8	108,7	4,6	84,9	-7,5	-6,4
8 Bebidas	99,9	3,4	91,2	106,0	4,5	89,3	6,1	6,1
9 Frutas (Inclui Nozes E Castanhas)	96,8	3,3	94,4	104,8	4,4	93,8	8,0	8,3
10 Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	40,4	1,4	95,8	34,0	1,4	95,2	-6,4	-15,9
11 Carnes	47,4	1,6	97,4	27,7	1,2	96,4	-19,7	-41,6
12 Produtos Alimentícios Diversos	17,4	0,6	98,0	21,0	0,9	97,2	3,6	20,7
13 Demais Produtos de Origem Vegetal	10,5	0,4	98,3	15,5	0,7	97,9	5,0	47,8
14 Lácteos	13,8	0,5	98,8	13,2	0,6	98,4	-0,6	-4,7
15 Rações para Animais	8,3	0,3	99,1	9,5	0,4	98,8	1,2	14,3
16 Outros	27,2	0,9	100,0	27,4	1,2	100,0	0,2	0,9
Total	2.960,9	100,0		2.372,8	100,0		-588,1	-19,9

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

Entre os principais produtos importados e exportados simultaneamente, o cacau e seus produtos obteve queda do saldo comercial da ordem de 79%, de US\$ 152 milhões em 2011 para US\$ 31,9 milhões em 2012 (Tabela – Nordeste – Saldo Comercial dos Principais Produtos Exportados e Importados, Simultaneamente, do Agronegócio, Janeiro a Dezembro/ 2011 e 2012). Já em termos absolutos, a maior queda foi a do complexo

sucroalcooleiro, cujo saldo negativo foi de R\$ 375,4 milhões (ou -21,8%).

Ao contrário, o saldo comercial das fibras e produtos têxteis cresceu 74,3%, de US\$ 478,4 milhões em 2011 para US\$ 833,6 milhões em 2012. O saldo comercial total dos principais produtos exportados e importados obteve incremento de 1,5% no período, ou seja, de US\$ 7,1 bilhões para US\$ 7,2 bilhões.

Tabela 4 – Nordeste – Saldo Comercial dos Principais Produtos Exportados e Importados, Simultaneamente, do Agronegócio, Janeiro a Dezembro

Produtos	2011			2012			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo Soja	1.970,2	27,9	27,9	2.359,8	32,9	32,9	389,6	19,8
2 Produtos Florestais	1.531,3	21,7	49,5	1.435,4	20,0	52,9	-95,9	-6,3
3 Complexo Sucroalcooleiro	1.725,7	24,4	73,9	1.350,3	18,8	71,7	-375,4	-21,8
4 Fibras e Produtos Têxteis	478,4	6,8	80,7	833,6	11,6	83,3	355,3	74,3
5 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	618,7	8,7	89,4	560,2	7,8	91,1	-58,5	-9,5
6 Couros, Produtos de Couro e Peleteria	454,5	6,4	95,9	445,2	6,2	97,3	-9,2	-2,0
7 Cacau e seus Produtos	152,0	2,1	98,0	31,9	0,4	97,7	-120,1	-79,0
8 Sucos	141,1	2,0	100,0	161,6	2,3	100,0	20,5	14,5
Total	7.071,9	100,0		7.177,9	100,0		106,1	1,5

Fonte: Elaboração da Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica a partir dos Dados de Brasil (2012).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agrostat**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 19 fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial**: unidades da Federação. Brasília, DF, 2012.

3.3 – Produção Industrial do Brasil

A produção industrial brasileira, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE (PIM-PF), apresentou acréscimo de 2,5% em janeiro de 2013 frente ao mês anterior, após assinalar ligeiro crescimento de 0,2% no mês de dezembro e queda de 1,3% em novembro. Dos 27 segmentos pesquisados, dezoito contribuíram positivamente nesse indicador, com ênfase para ve-

ículos automotores (4,7%), refino de petróleo e produção de álcool (5,2%), máquinas e equipamentos (5,7%), farmacêutica (5,6%) e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (10,5%). Assinale-se que grande parte desses segmentos vinha apresentando fraco desempenho no ano anterior. (Gráfico 1).

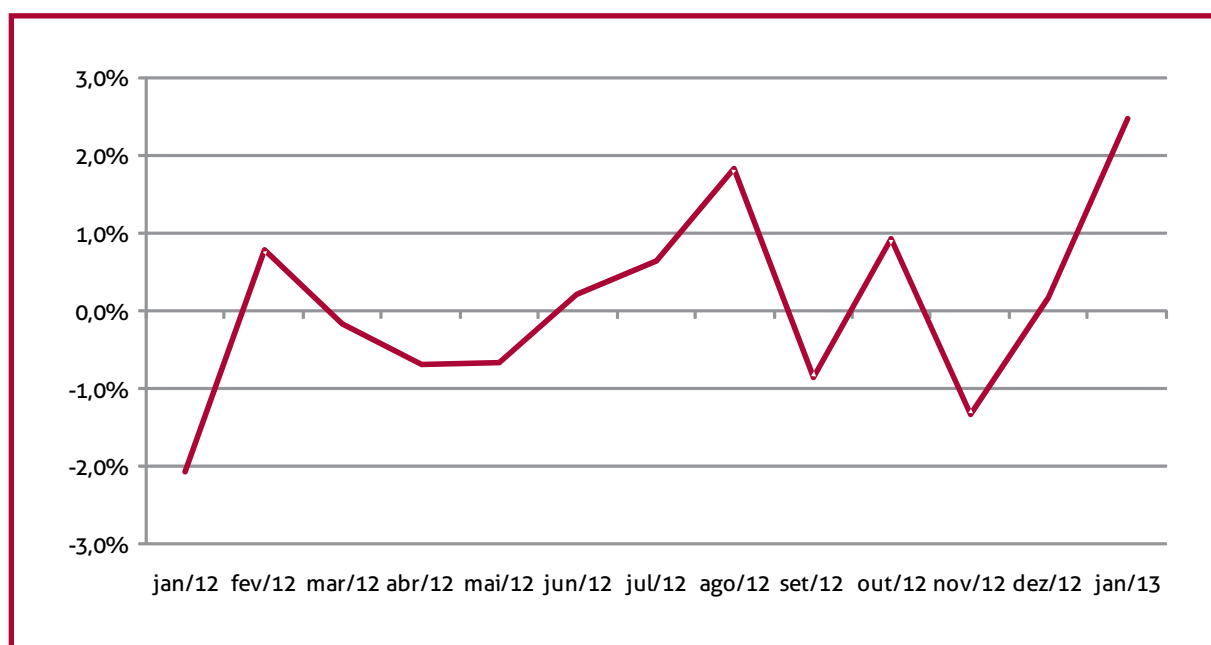


Gráfico 1 – Brasil: Produção Física Industrial, Mês/Mês Imediatamente Anterior. Janeiro de 2012 a Janeiro de 2013

Fonte: IBGE (2013).

Por categoria de uso, cabe destaque o resultado expressivo do setor de bens de capital (8,2%) nesse tipo de confronto, após dois meses consecutivos de recuo. Vale mencionar que essa variação é a mais significativa desde junho de 2008 (8,8%). Os demais segmentos também registraram variação positiva: bens de consumo duráveis (2,5%), bens intermediários (0,9%) e bens de consumo semi e não duráveis (0,2%).

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, verificou-se em janeiro de 2013 uma alta de 5,7% da atividade industrial, o maior incremento desde fevereiro de 2011 (7,5%) nessa base de comparação. Dos vinte e sete ramos analisados, dezoito apresentaram aumento e todas as categorias de uso registraram expansão.

Os bons resultados da indústria brasileira no início do ano parecem sinalizar um pro-

cesso de recuperação da atividade industrial após um desempenho extremamente negativo em 2012. De fato, o setor industrial recuou 2,7% no ano passado, com dezessete dos vinte e sete ramos e todas as categorias de uso assinalando decréscimos.

Nesse cenário de 2012, chama a atenção o forte recuo de 2,9% da indústria manufatureira, o segundo pior resultado da história, superado apenas por 2009. Analisando o resultado da indústria por intensidade tecnológica, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) constatou que o pior desempenho foi observado no setor de média-alta tecnologia, com decréscimo de 5,8% na produção. (IEDI, 2013). Esse ramo foi particularmente prejudicado pelo recrudescimento do protecionismo na América Latina, em especial na Argentina, um dos principais compradores de bens dessa categoria. O déficit comercial da "média alta tecnologia" chegou ao valor recorde de US\$ 54,5 bilhões.

No segmento de alta tecnologia, a queda foi de 1,5% na produção no período. O resultado só não foi mais decepcionante em função dos bons resultados da indústria aeronáutica que teve alta de 18% em 2012. O dinamismo das exportações desse segmento permitiu um superávit de US\$ 765 milhões de sua balança comercial. Em contrapartida, o déficit da "alta tecnologia" chegou a US\$ 29,3 bilhões.

O segmento de média-baixa tecnologia assinalou a menor retração entre as categorias: queda de apenas 0,4%. Na avaliação do IEDI, os desempenhos das categorias de produtos de petróleo e construção e reparação naval, influenciadas pelas atividades da Petrobras, foram decisivos para abrandar o recuo na produção. A pequena queda na produção foi acompanhada por um déficit de US\$ 7,8 bilhões na balança comercial, o terceiro ano seguido de saldo negativo.

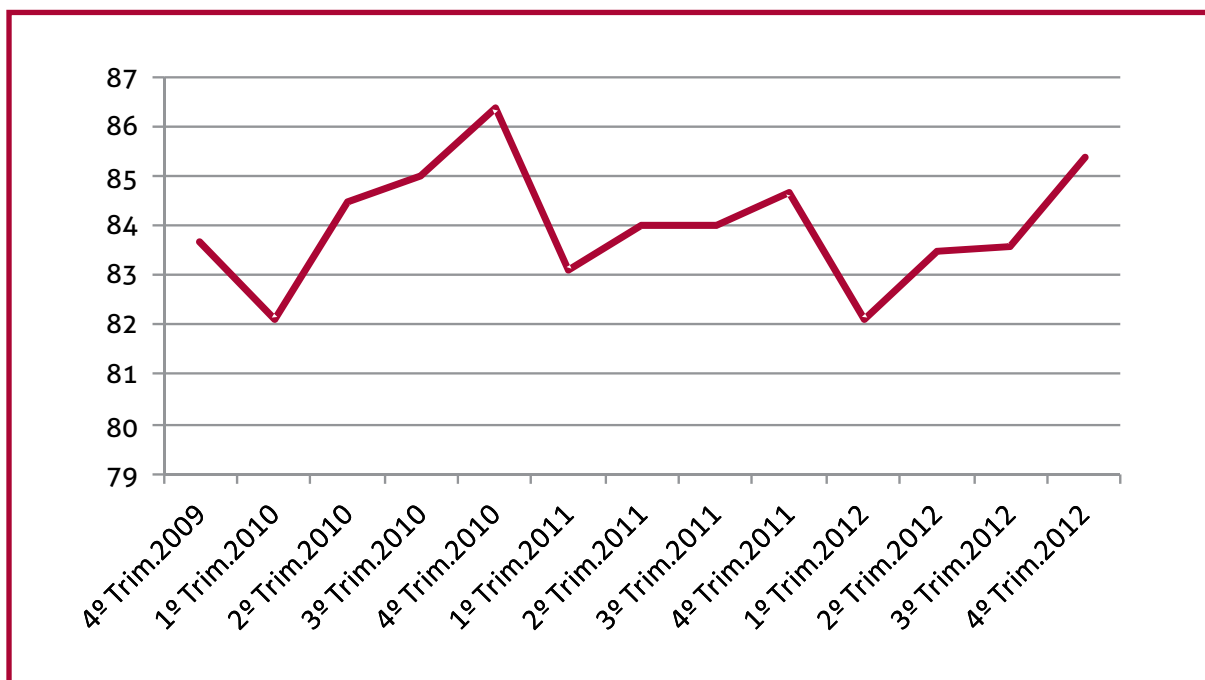


Gráfico 2 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria. 4º Trimestre de 2009 ao 4º Trimestre 2012

Fonte: Banco Central do Brasil (2013).

Com relação ao segmento de baixa tecnologia, o decréscimo foi de 2,3% em 2012, superior ao recuo observado em 2011 (1,1%). A “baixa tecnologia” foi fortemente afetada pelo decréscimo de 5,6% da produção da indústria têxtil e de couro e calçados. Esses ramos sofreram consideravelmente com a concorrência acirrada do sudeste asiático.

O baixo dinamismo da atividade industrial repercutiu negativamente no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Dados da Fundação Getúlio Vargas revelam uma menor ocupação da capacidade instalada da indústria em 2012 comparativamente ao ano anterior. Entretanto, percebe-se um aumento importante do Nuci da indústria no último trimestre no confronto com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo, sobretudo, a redução do grau de ociosidade do setor de bens de consumo. De fato, esse segmento foi o único a assinalar variação positiva nesse tipo de confronto. (Gráfico 2).

O recuo da produção industrial brasileira refletiu desfavoravelmente em termos

de emprego industrial. A variação negativa desse indicador foi de 1,4% em 2012, com ênfase para a expressiva queda nos ramos tradicionalmente empregadores: vestuário (-8,9%), calçados e couro (-6,2%) e têxtil (-5,9%). Apresentaram também recuo acima da média da indústria os ramos de produtos de metal (-3,2%), papel e gráfica (-3,5%), madeira (-8,0%) e metalurgia básica (-3,6%). Por outro lado, os maiores incrementos foram observados em alimentos e bebidas (3,9%) e máquinas e equipamentos (1,1%). (IBGE, 2012).

Embora o governo tenha adotado um conjunto de medidas visando à reativação da indústria, a atividade industrial teve um recuo de 2,7% em 2012. Esse cenário de forte retração foi, em grande parte, devido ao fraco desempenho da indústria de transformação. A recuperação da produção industrial no fim de 2012 e início de 2013 parece refletir as medidas adotadas pelo governo federal de estímulos fiscais e monetários.

3.3.1 – Produção Industrial do Nordeste

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, a atividade industrial nordestina cresceu 2,7% em dezembro de 2012 na comparação com o mês anterior, segundo resultado positivo nesse tipo de confronto, acumulando aumento de 7,2%. Nas comparações interanuais, constatou-se um incremento de 7,4% em relação a dezembro de 2011 e 1,7% no acumulado do ano.

O crescimento de 7,4% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior foi o maior registrado desde fevereiro de 2012 (10,8%). Sete dos onze ramos pesquisados assinalaram resultados positivos, com destaque para produtos químicos (26,5%) e refino de petróleo e produção de álcool (29,6%). Enquanto isso, o

segmento de alimentos e bebidas (-3,7%) e metalurgia básica (-5,6%) exerceram as principais influências negativas. (Gráfico 3).

No acumulado do ano, a indústria química (8,0%) foi a principal responsável pela variação positiva da indústria em 2012. Vale ressaltar também as contribuições positivas dos ramos de refino de petróleo e produção de álcool (3,6%), minerais não metálicos (4,6%), celulose, papel e produtos de papel (3,3%) e calçados e artigos de couro (4,1%). Por outro lado, as atividades de metalurgia básica (-3,4%), alimentos e bebidas (-0,8%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-8,8%) e têxtil (-2,0) apresentaram os maiores decréscimos.

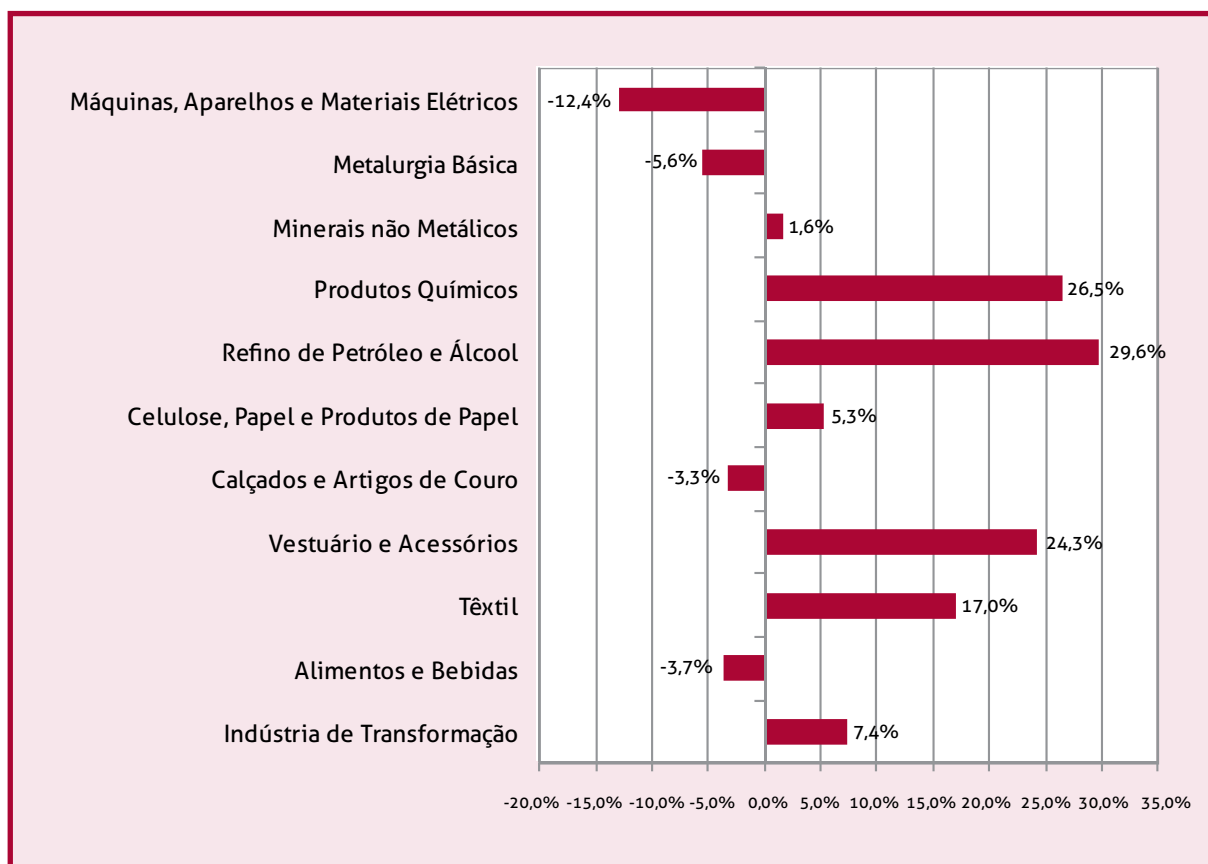


Gráfico 3 – Nordeste. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE (2013).

O bom desempenho da indústria química nordestina ocorre acima da média nacional, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física. A produção nacional de produtos químicos cresceu 3,4% em 2012. Esse desempenho é confirmado pelas informações da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) que mostra um crescimento de 2,4% da fabricação de produtos químicos no Brasil. Esse aumento foi insuficiente para atender à demanda interna que teve um acréscimo de 7,1%. O descompasso entre oferta e demanda abriu espaço para as importações que representam quase 30% da demanda. (ABIQUIM, 2013).

Dois fatores contribuíram para o crescimento da produção nacional e regional. O primeiro está associado à baixa base de com-

paração de 2011, em função do impacto negativo dos apagões de energia elétrica que afetou especialmente a indústria petroquímica nordestina. Ademais, a desvalorização da moeda nacional favoreceu a substituição de alguns produtos químicos importados.

Em contrapartida, o setor de alimentos e bebidas registrou resultados negativos no ano que passou. Entretanto, a expectativa para 2013 é de recuperação desse segmento, em função, dentre outros fatores, do anúncio recente feito pelo governo federal, de desoneração da cesta básica. O governo deixará de cobrar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e PIS/Confis sobre todos os produtos da cesta básica, que inclui itens associados à indústria de alimentos e bebidas e produtos de limpeza.

Nas principais economias da região pesquisadas pelo IBGE, o Estado do Ceará assinalou queda de 1,1% no confronto com o mês precedente, neutralizando parte da expansão observada em novembro (5,4%). Já nas bases interanuais, o cenário de recuo da atividade industrial se repete: -2,6% no indicador mensal e -1,3% no acumulado do ano.

Cinco das dez atividades analisadas assinalaram decréscimo no indicador mensal. As maiores retrações foram identificadas no setor de alimentos e bebidas (-11,6%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos

(-74,3%) e produtos químicos (-8,8%). Por outro lado, o destaque positivo fica por conta do forte acréscimo da industrial têxtil, com incremento de 29,0% nessa base de comparação. (Gráfico 4).

No acumulado do ano, cinco atividades apresentaram resultado negativo de um total de dez segmentos investigados. As principais contribuições negativas foram observadas em produtos químicos (-8,4%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-28,2%), vestuário e acessórios (-10,7%) e produtos têxteis (-3,1%).

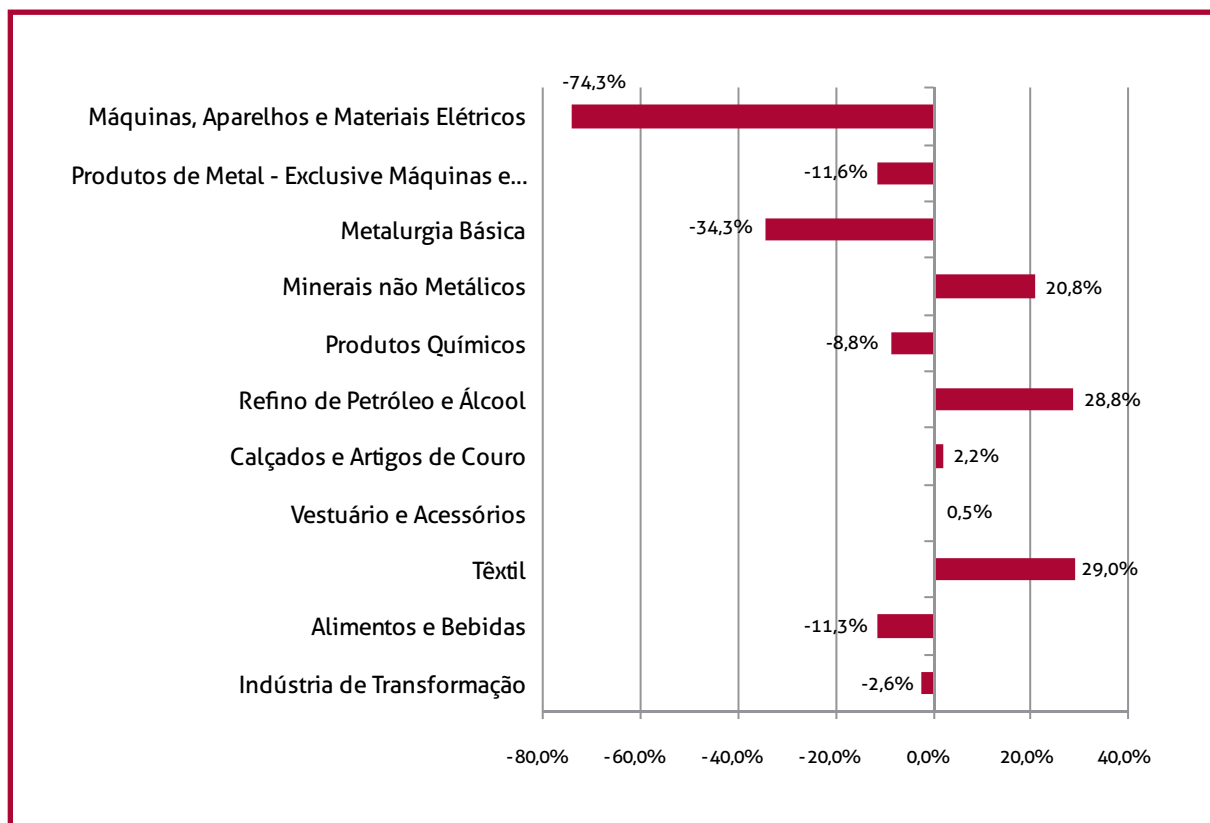


Gráfico 4 – Ceará. Classe e Gêneros da indústria de Transformação. Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE (2013).

Os bons resultados do setor têxtil cearense no segundo semestre de 2012 segue a tendência de recuperação gradativa desse segmento em nível nacional, já refletindo algumas medidas adotadas pelo governo como, por exemplo, a desoneração da folha

salarial e o aumento da margem de preferência de 8% para 20% da produção nacional de vestuários, calçados esportivos e alguns produtos têxteis, nas compras federais.

Para 2013, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções prevê um cres-

cimento de até 2% da indústria têxtil, após dois anos consecutivos de retração. A razão para o otimismo está associada à possibilidade do governo federal criar um regime tributário específico para o setor em 2013. Segundo o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o modelo desse novo regime seria semelhante ao Inovar-auto, ou seja, tem como objetivo assegurar conteúdo tecnológico e aumentar a competitividade da indústria nacional.

Em Pernambuco, observou-se uma elevação de 7,6% da produção industrial em dezembro de 2012, frente a novembro. Na

comparação com iguais períodos do ano anterior, a atividade industrial pernambucana assinalou aumentos de 0,6% em relação a dezembro de 2011 e de 1,3% no acumulado do ano.

O resultado positivo no indicador mensal deve-se à expansão de seis dos onze setores investigados, com ênfase para os bons resultados vindos de alimentos e bebidas (6,6%) e borracha e plástico (26,4%). Em sentido contrário, foram assinalados decréscimos nos segmentos de produtos químicos (-16,2%) e produtos de metal (-11,8%). (Gráfico 5).

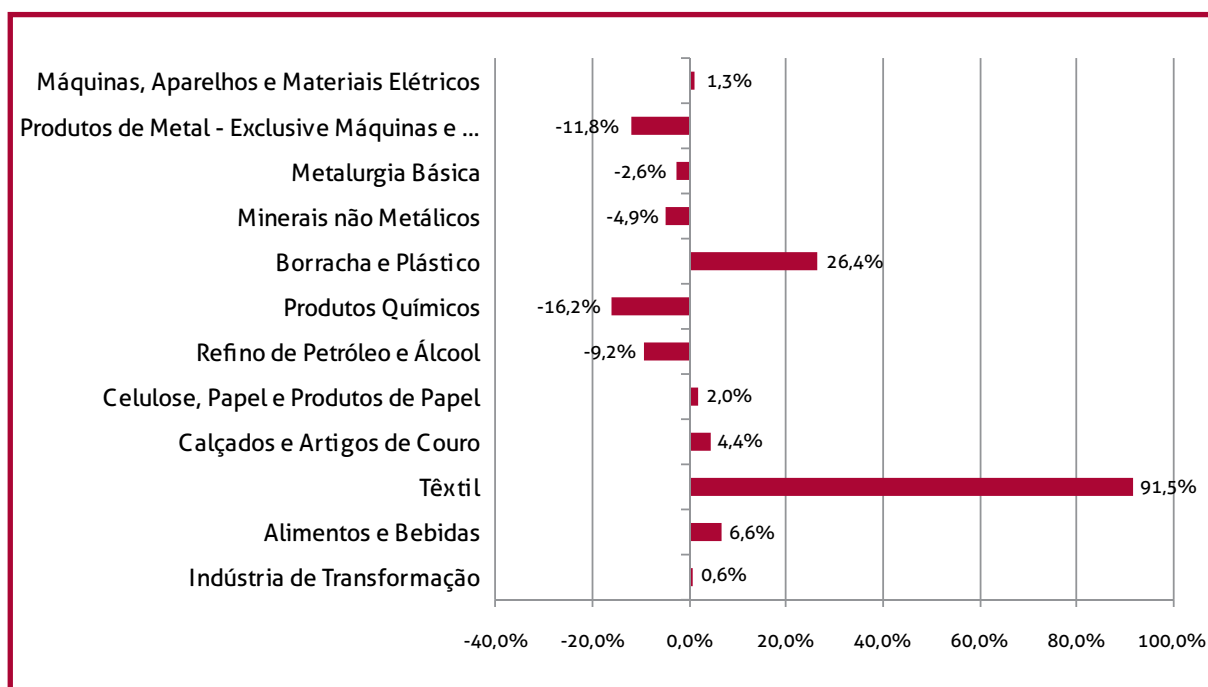


Gráfico 5 – Pernambuco. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE (2013).

No acumulado de 2012, registrou-se incremento de 1,3%, com seis das onze atividades investigadas assinalando resultado positivo. Os principais resultados positivos vieram de metalurgia básica (9,0%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (14,8%), e borracha e plástico (10,2%). Em contrapartida, os setores de produtos químicos (-4,8%),

alimentos e bebidas (-1,4%) e de produtos têxteis (-15,5%) registraram os maiores decréscimos.

A indústria baiana avançou 4,7% em dezembro de 2012 na comparação com o mês anterior, a segunda variação positiva nesse tipo de confronto. Nas comparações intera-

nuais, os resultados também são positivos: aumento de 20,7% no indicador mensal e de 4,2% no acumulado do ano.

Sete dos nove ramos analisados apresentaram taxas positivas de crescimento no indicador mês/mesmo mês do ano ante-

rior, com destaque para produtos químicos (41,3%) e refino de petróleo e produção de álcool (40,9%). Os maiores recuos couberam a alimentos e bebidas (-5,1%) e minerais não metálicos (-2,9%). (Gráfico 6).

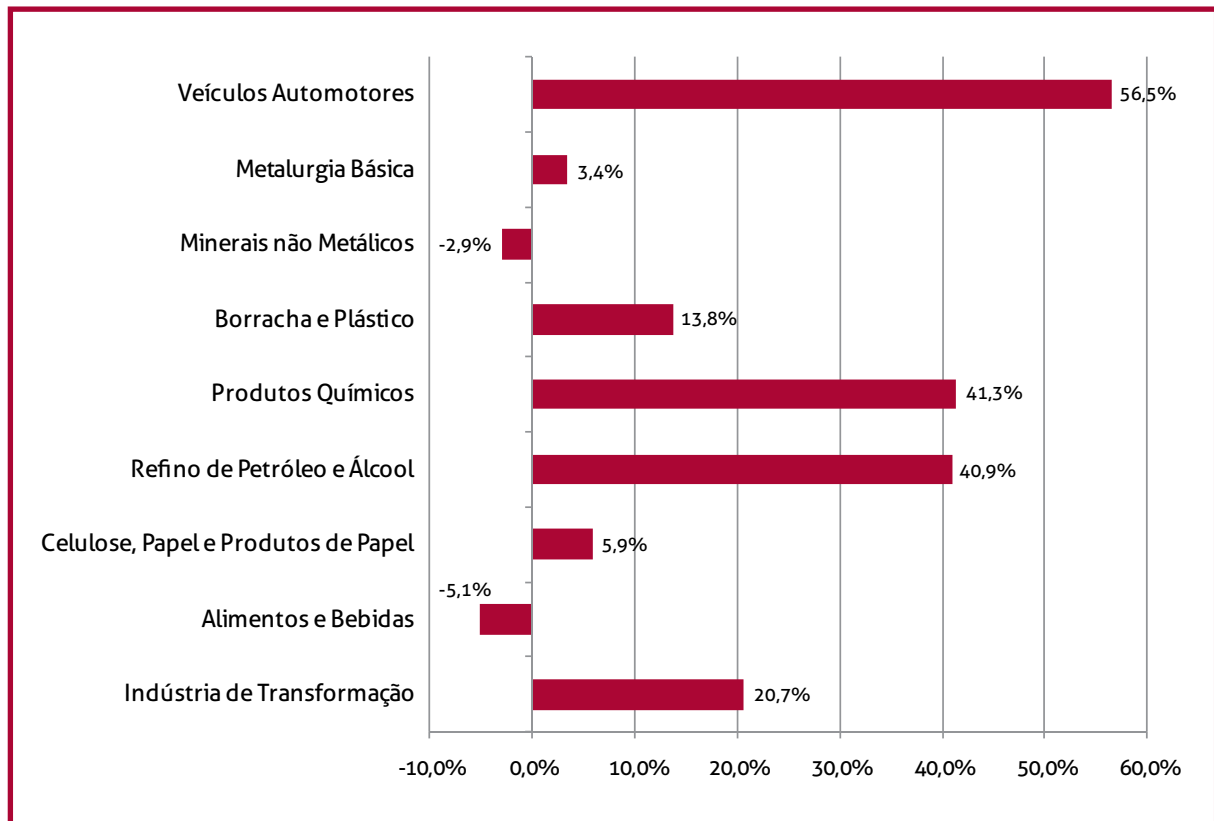


Gráfico 6 – Bahia. Classe e Gêneros da indústria de Transformação. Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior. Dezembro de 2011 a Dezembro de 2012

Fonte: IBGE (013).

A Indústria extrativa baiana, que cresceu 10,7% nessa base de comparação e representa 6,1% do Valor de Transformação Industrial (VTI) do Estado, terá um grande impulso com a implantação de uma mineradora de vanádio no município de Maracás, na Chapada Diamantina. O investimento previsto de US\$ 260 milhões vai gerar 1.200 empregos no período de implantação e outros 400 na fase de operação. O projeto, fruto da parceria entre a empresa canadense Largo Resources Ltda e a Companhia Baiana de Pesquisa Mi-

neral (CBPM), transformará o Estado no principal fornecedor de ferro-vanádio do País. O vanádio é um mineral utilizado no beneficiamento de aço e, sobretudo, na indústria aeroespacial, sendo igualmente usado como catalisador na indústria de petróleo e gás, na ferrovia, e na produção de ferramentas manuais e materiais cirúrgicos. (BAHIA, 2013).

No índice acumulado do ano, o incremento de 4,2% da atividade industrial foi influenciado pela expansão de oito das nove

atividades pesquisadas. As principais contribuições positivas ocorreram nos segmentos de produtos químicos (9,9%) e refino de petróleo e produção de álcool (5,2%). O ramo de metalurgia básica (-10,0%) foi o único a registrar variação negativa.

Em síntese, observa-se uma recuperação da indústria nordestina nos últimos meses, embalada pelas medidas de incentivos à

produção industrial do governo federal que atinge vários segmentos representativos da estrutura industrial da Região. Nesse conjunto, destaque para os ramos intensivos em mão de obra (calçados, vestuário e têxtil) assim como segmentos vinculados ao setor de bens intermediários com grande participação no Valor de Transformação Industrial (produtos químicos).

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. **Relatório de acompanhamento conjuntural**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.abiquim.org>. Acesso em: 5 mar. 2013.

BAHIA. Governo do Estado. Mineradora de Vanádio amplia geração de empregos na Bahia. Salvador, [20--]. Disponível em: <www.comunicacao.ba.gov.br>. Acesso em: 8 mar. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema gerenciador de séries temporais**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValores-Series.do?method=getPagina>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

GLOBAL 21. **Setores químico e têxtil também terão regime tributário especial**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.global21.com.br>. Acesso em: 6 mar. 2013.

IBGE. **Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários: Pimes**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2012.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal: produção física Brasil**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 mar. 2013.

IEDI. **Alta tecnologia puxa queda na indústria: análise IEDI**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 5 mar. 2013.

3.4 – Desempenho do Comércio no Brasil

Com um crescimento de 8,0% em volume de vendas em 2012, o desempenho do comércio varejista ampliado brasileiro superou expectativas otimistas, de acordo

com os resultados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), mostrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Desempenho do Comércio Varejista no Brasil em 2012, em Volume de Vendas

Grupos de Atividades/Fatores de Desempenho	Desempenho (%) ¹		
	A	B	C
Comércio Varejista Restrito	-0,5	5,0	8,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo Crescimento do poder de compra, massa salarial, renda e do emprego e disponibilidade de crédito para compras a prazo foram os principais fatores do desempenho do grupo, que representa a maior contribuição para a taxa global do varejo.	-0,3	6,6	8,4
Móveis e eletrodomésticos Crescimento do poder de compra, renda e do emprego e disponibilidade de crédito, bem como redução de preços dos eletrodomésticos com diminuição do IPI desde dezembro 2011 para a linha branca e, a partir de março, para os móveis, contribuíram para o desempenho positivo do grupo.	2,4	8,9	12,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico Crescimento do poder de compra e da massa de salários e disponibilidade de crédito representaram fatores relevantes de desempenho do grupo.	-4,1	10,0	9,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria Crescimento do poder de compra, emprego, da massa de salários e disponibilidade do crédito também foram responsáveis pelo desempenho positivo das atividades.	-2,9	3,6	10,2
Combustíveis e lubrificantes Redução dos preços dos combustíveis (-0,7%) e crescimento da frota de veículos foram os fatores mais explicativos do crescimento do grupo.	0,2	5,3	6,8
Tecidos, vestuário e calçados Aumento nos preços do vestuário de 5,8% nos últimos 12 meses vem inibindo as vendas desse grupo de atividades.	0,4	3,2	3,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação Embora menor que em anos anteriores, o desempenho positivo do grupo foi ajudado pela deflação do setor e pela incorporação de computadores pessoais e celulares nos hábitos de consumo das famílias.	-15,5	-23,3	6,9
Livros, jornais, revistas e papelaria Desempenho positivo deriva-se, sobretudo, do aumento de renda e da diversificação da linha de produtos, principalmente pelas grandes livrarias.	-3,6	4,9	5,4
Comércio Varejista Ampliado	1,3	5,0	8,0
Veículos, motocicletas, partes e peças Com resultado maior da série desde 2010, o grupo teve crescimento favorecido pela política de redução do IPI em vigor, de maio a dezembro de 2012.	8,3	6,8	7,3

continua

Tabela 1 – Índices de Desempenho (%) do Comércio Varejista no Brasil em 2012

Grupos de Atividades/Fatores de Desempenho	Desempenho (%) ¹		
	A	B	C
Material de construção			
Redução do IPI para uma cesta de produtos do setor, melhores condições de crédito habitacional (aumento da oferta em 37,6% em 2012) e evolução do Programa Minha Casa Minha Vida foram os principais fatores de desempenho positivo do grupo.	3,1	6,9	7,9

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013).

Nota: 1) Índices de desempenho: A) Índice Mês/Mês – dez./nov. 2012, série com ajuste sazonal; B) Índice Mensal – dez.2012/2011; C) Índice Acumulado em 2012.

A PMC reúne dados de 5.700 empresas sediadas no território nacional, com 20 ou mais empregados e receita bruta oriunda, predominantemente, da atividade comercial varejista. A presente análise do desempenho do comércio se baseia no conceito de “volume de vendas” da PMC, o qual representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação.

A Tabela 1 mostra os resultados do comércio varejista em 2012 e explicações sintéticas do desempenho dos grupos de atividades, dispostos em ordem decrescente de sua contribuição para a formação da taxa global do varejo. Em dezembro, o comércio varejista restrito apresentou variação de -0,5% em relação a novembro de 2012, primeiro resultado negativo após uma série de seis meses consecutivos de crescimento; mesmo assim, registrou uma variação positiva de 6,6% em relação ao mesmo mês de 2011.

O comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), registrou, em dezembro, índices de crescimento de 1,3% em relação a novembro de 2012 e de 5,0% em relação a dezembro de 2011.

Em geral, conforme expostos na Tabela 1, os resultados do comércio varejista foram

influenciados por crescimento do poder de compra da população, expansão da massa salarial e dos níveis de emprego; em caráter mais específico, destacam-se medidas governamentais de estímulo à demanda, tais como: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos, em novembro de 2011, para móveis, em março de 2012, e para automóveis, em maio de 2012; redução de taxas de juros e *spreads* bancários e expansão do crédito.

Cinco atividades apresentaram desempenho negativo em agosto de 2012, em relação ao mês anterior: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,3%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (-4,1%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-2,9%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-15,5%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-3,6%). Na comparação com dezembro de 2011, somente o grupo equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação apresentou resultado negativo (-23,3%).

No Gráfico 1, tem-se a participação percentual dos grupos de atividades na composição da taxa global do comércio varejista ampliado em 2012, para a qual os três primeiros grupos de atividades contribuíram com 76,2%.

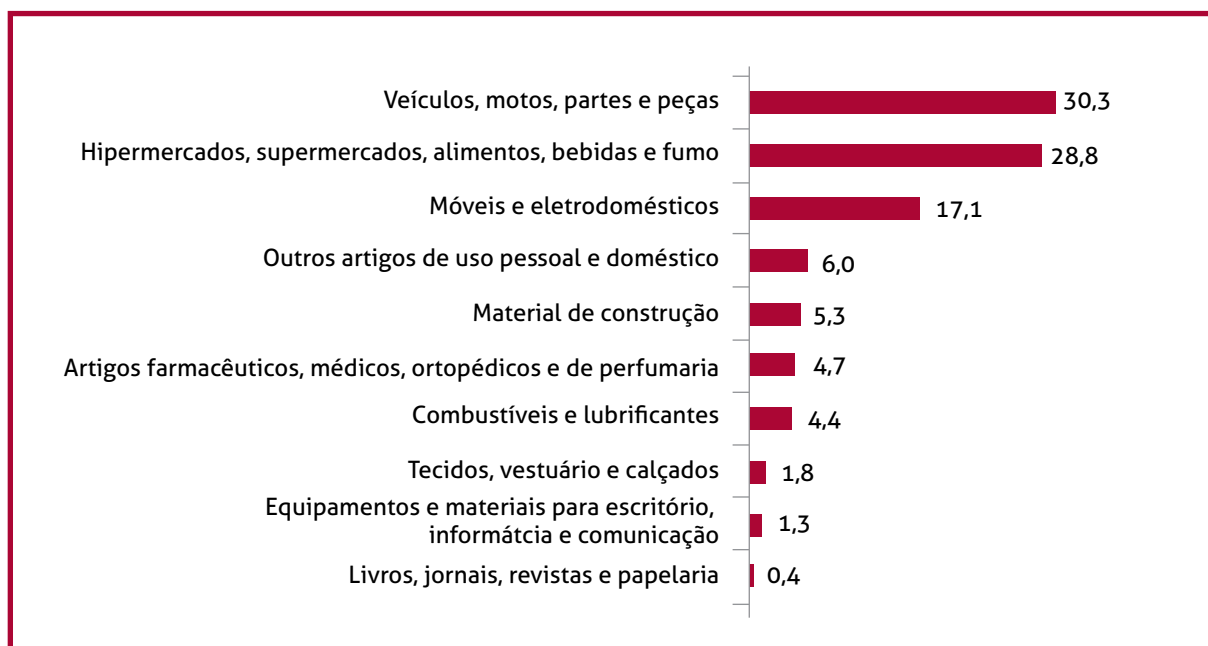


Gráfico 1 – Participação Percentual das Atividades na Composição da Taxa Global do Comércio Varejista Ampliado em 2012

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013).

3.4.1 – Desempenho do Comércio no Nordeste

A PMC não agrupa o desempenho do comércio varejista por região. Considerando o resultado acumulado em 2012 do comércio varejista ampliado, os Gráficos 2A e 2B mostram o crescimento do Brasil e dos estados nordestinos. No Gráfico 2A, observa-se que, em 2012, seis estados nordestinos tiveram desempenho superior ao do Brasil, de 8,0%, com destaque para Alagoas (12,9%), Maranhão (11,6%) e Bahia (11,0%). Sergipe apresentou o menor resultado entre os estados nordestinos, contudo próximo ao desempenho nacional.

O Gráfico 2B revela o crescimento acumulado do comércio varejista ampliado no período de 2003 a 2012 (2003 = 100), em que os estados do Nordeste, exceto o Ceará, alcançaram desempenho superior ao do Brasil (com crescimento de 32,4%), com destaque

para o Estado de Alagoas, cujo comércio cresceu 53,7% naquele período.

As previsões de crescimento do PIB superior à taxa de 2012, a persistência de juros baixos, a disponibilidade de crédito, a preservação do nível de emprego, os incentivos do governo e o otimismo, mesmo cauteloso, dos consumidores (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 2013b) e dos empresários do comércio (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 2013a) indicam boas perspectivas para o comércio varejista no Brasil e no Nordeste no biênio 2013-2014.

Assim, as projeções do BNB/Etene para os próximos dois anos sinalizam a continuidade de bons resultados para o comércio varejista brasileiro e resultados ligeiramente superiores para o comércio do Nordeste, conforme revela o Gráfico 3.

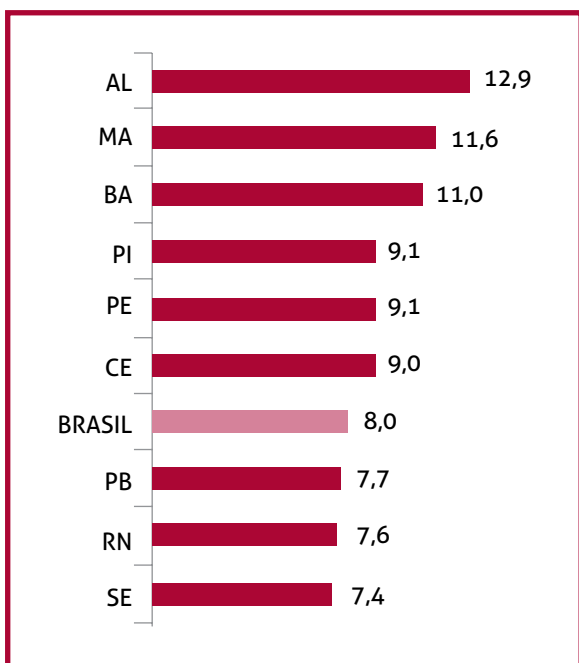


Gráfico 2A – Crescimento Percentual do Comércio Varejista em 2012 – Crescimento do Comércio Varejista Ampliado no Brasil e nos Estados do Nordeste

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013).

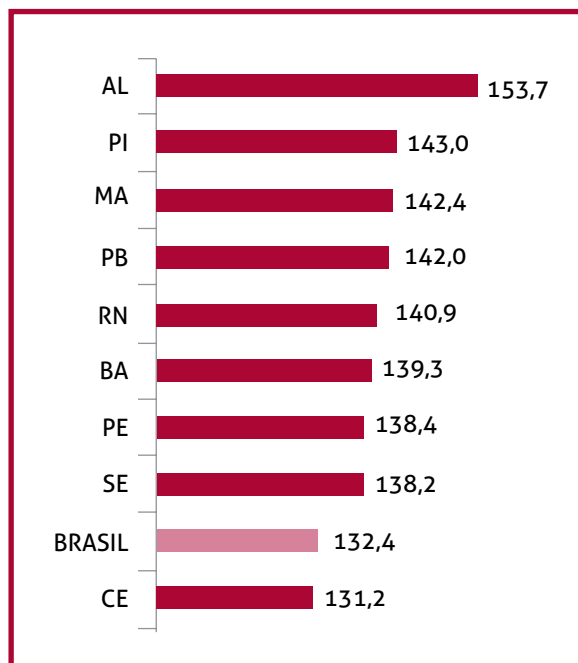


Gráfico 2B – Crescimento Acumulado do Comércio Varejista no Período 2003-2012 (2003 = 100) – Crescimento do Comércio Varejista Ampliado no Brasil e nos Estados do Nordeste

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, com base em IBGE (2013).

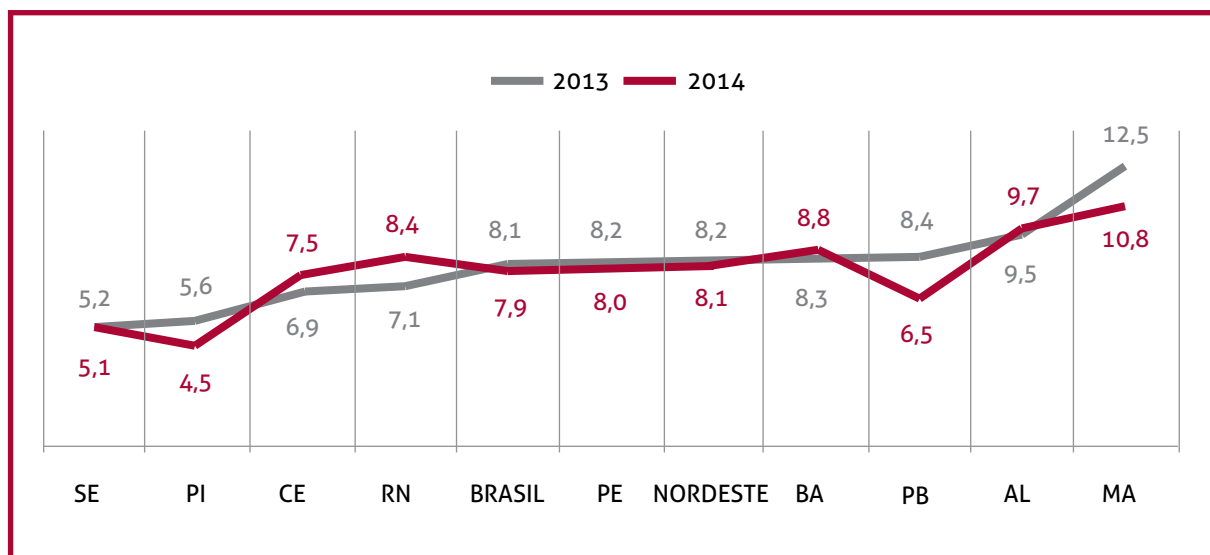


Gráfico 3 – Crescimento Percentual do Comércio Varejista Ampliado no Brasil e no Nordeste em 2013 e 2014

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE.

REFERÊNCIAS

IBGE. Pesquisa mensal de comércio: dezembro 2012. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Sondagem do comércio: índice de confiança do comércio: fevereiro de 2013. São Paulo,

2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2013a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Sondagem de expectativas do consumidor: índice de confiança do consumidor: fevereiro de 2013. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2013b.

4 – EMPREGO E RENDIMENTO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), disponibilizada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), captura informações do mercado de trabalho para seis regiões metropolitanas brasileiras (RMs). Para dezembro de 2012, a pesquisa destaca quedas na taxa de desocupação e no rendimento em comparação ao mês anterior.

Segundo dados de dezembro de 2012, para o agregado das regiões pesquisadas, houve uma redução de 0,3 pontos percentuais (p.p.) na taxa de desocupação, em relação ao mês de novembro, reforçando a tendência decrescente observada ao longo da série. Mas, quando se compara com o mesmo período de 2011, constata-se uma estabilidade no contingente de desocupados, estimado em 1,1 milhão de pessoas para o agregado das seis regiões.

As RMs pesquisadas no Nordeste mostram, por sua vez, um comportamento menos estável da taxa de desocupação, mas também seguem a tendência declinante observada para o País. Salienta-se que, embora, a RM de Recife (5,6%) e a de Salvador (5,7%) registrem taxas de desocupação acima da média nacional (4,6%), quando comparada com dezembro de 2011, a taxa de desocupação da RM de Salvador teve a maior queda (2,0 p.p.).

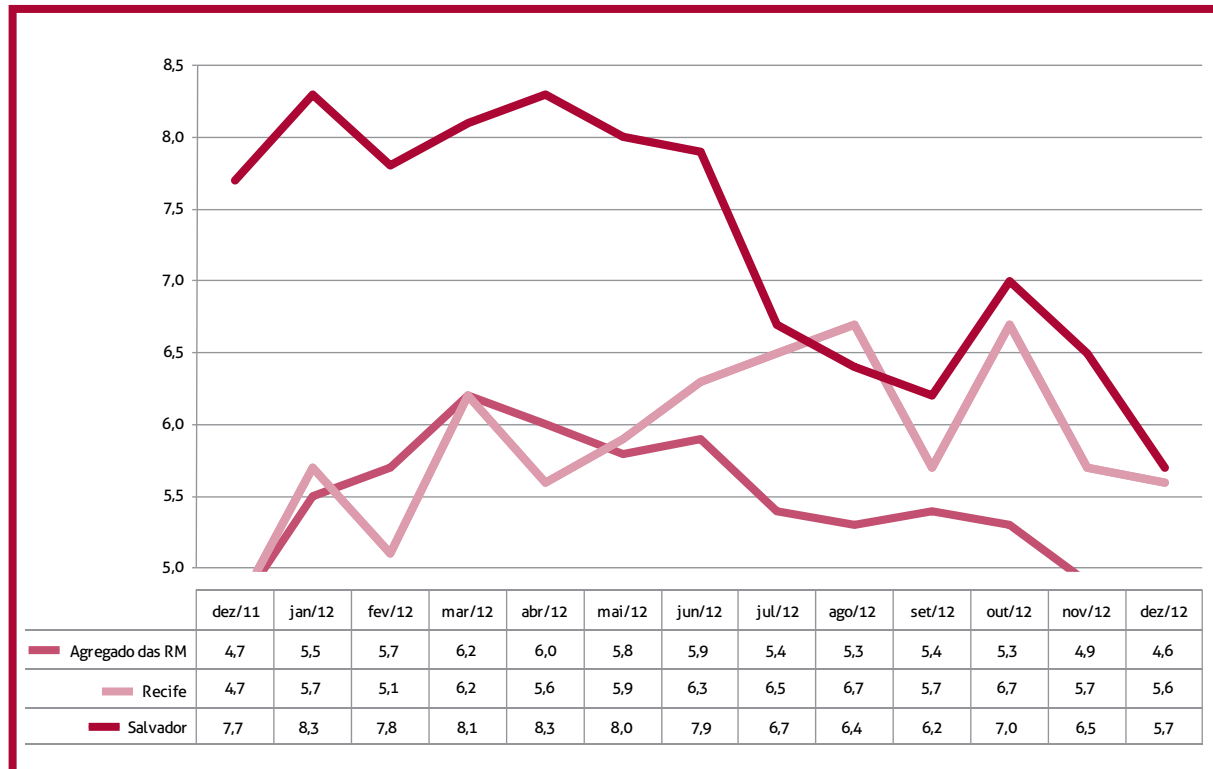


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (Dez. 12). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 18/02/2013.

1 Quais sejam: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A PME estima, para dezembro de 2012, em 23,4 milhões a população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. Na comparação com novembro, a variação percentual foi de -0,1%, enquanto que na comparação com o mesmo período do ano anterior, verifica-se um crescimento de 3,1%.

A Região Metropolitana de Recife teve o contingente ocupado estimado em 1,6 milhão de pessoas no mês de dezembro de 2012, representando 48,7% do total da população economicamente ativa. Desse total, 54,1% são do sexo masculino, 62,4%

estão na faixa etária entre 25 e 49 anos, possuem 11 ou mais anos de estudo, e 57% trabalham em empreendimentos com ao menos 11 pessoas.

Na Região Metropolitana de Salvador, 1,8 milhão de pessoas estavam ocupadas (51,7% da população economicamente ativa) no mês de dezembro de 2012. Essa população está ligeiramente mais concentrada no sexo masculino (51,7%), na faixa etária de 25 a 49 anos (66%), possui no mínimo 11 anos de estudo (65,7%) e 60,2% trabalham em empreendimentos de 11 ou mais pessoas.

Tabela 1 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%). Dezembro/2012

População Ocupada (%)	Total das 6 Áreas	Recife	Salvador
Sexo			
Masculino	53,5	54,1	51,7
Feminino	46,5	45,9	48,3
Faixa Etária			
10 a 14 anos	0,1	0,3	0,2
15 a 17 anos	1,5	1,2	0,9
18 a 24 anos	13,8	14	11,3
25 a 49 anos	61,5	62,4	66
50 anos ou mais	23,1	22,1	21,6
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,3	1,9	1,2
1 a 3 anos	2,9	3,5	2,8
4 a 7 anos	16	19,1	14,3
8 a 10 anos	17	14,8	15,9
11 anos ou mais	62,7	60,4	65,7
Tamanho do Empreendimento			
1 a 5 pessoas	31,7	37,3	33,9
6 a 10 pessoas	5,2	5,8	5,9
11 ou mais pessoas	63,1	57	60,2

Fonte: IBGE. PME (Dez./12). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18.02.13

A distribuição da população ocupada por grupamento de atividade revela pouca mudança no perfil da população investigada pela PME (Tabela 2). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, as atividades de comércio (6,19%), educação, saúde e administração pública (5,96%), outros serviços (4,61%), e construção (4,10%) registraram os maiores aumentos no percentual de ocupados para o agregado das regiões (Ta-

bela 2). Em relação a novembro/12, apenas as atividades de comércio (3,25%) e outros serviços (1,64%) registraram expansão no número de ocupados (Tabela 2).

Na Região Metropolitana de Recife, o crescimento da população ocupada no período dezembro/11 a dezembro/12, foi liderado pela expansão em outros serviços (8,50%), comércio (6,32%) e construção (3,10%). Na

comparação com novembro de 2012, destaca-se a redução de 1,4% na população ocupada na RM de Recife, que declinou de 1.639 mil para 1.616 mil, com destaque para as quedas na construção civil (-6,99%) e nos serviços domésticos (-5,98%).

Na Região Metropolitana de Salvador, teve destaque o crescimento nas ocupações de

serviços domésticos (18,42%), outros serviços (6,47%) e comércio (5,87%), em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação com novembro/12, a queda no número de ocupados foi pouco expressiva, destacando-se as reduções na construção civil (-7,18%), no serviço doméstico (-6,25%) e o incremento nos outros serviços (5,11%).

Tabela 2 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), segundo grupamento de atividades. Dezembro 2011/2012

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE	TODAS 6 RMs		RECIFE		SALVADOR	
	% População Ocupada		% População Ocupada		% População Ocupada	
	set/11	set/12	set/11	set/12	set/11	set/12
Indústria	16,1	15,6	10,8	10,8	9,3	8,8
Construção	7,7	7,8	8,2	8,2	10,1	9,3
Comércio	18,7	19,3	23,2	24	20,6	20,9
Serviços prestados às empresas	16,5	16,1	16,4	15,1	16,2	16,5
Educação, saúde e adm. Pública	15,9	16,4	18,2	17,9	19,1	18,1
Serviços domésticos	6,8	6,4	6,9	6,8	6,5	7,4
Outros Serviços	17,7	18	15,8	16,6	17,7	18,2

Fonte: IBGE. PME (Dez./12). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18.02.12

Na distribuição da população ocupada segundo a posição na ocupação, destaca-se o aumento da participação dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado como indicativo de melhora na qualidade do emprego durante o período. Em 2012, o contingente de trabalhadores com carteira no setor privado era de 11,6 milhões de trabalhadores, respondendo por 49,4% da população ocupada, enquanto, em dezembro de 2004, essa participação era de apenas 39,4% (Tabela 3). Na comparação com dezembro de 2011, foi observado um adicional de 463 mil trabalhadores no mercado de trabalho formal em um ano, o que representou um aumento de 4,14% no contingente ocupado com carteira no setor privado. De outra parte, o crescimento dos empregados sem carteira foi de apenas 2,13%, sugerindo que, em relação a dezembro de 2011, houve uma melhora na posição do trabalhador empregado no setor privado.

Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, o emprego com carteira cresceu 3,63% e 3,68%, respectivamente, na comparação dezembro 2012/dezembro 2011. Nesse período, destaca-se, ainda, a redução expressiva de 8,49% no contingente ocupado sem carteira na RM de Salvador.

As informações sobre rendimento levantadas pela PME mostram, para o agregado das seis RMs, um crescimento de 3,18% no rendimento real habitual médio recebido pelo trabalhador entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012. Ao longo do período, o rendimento médio manteve-se em torno de R\$ 1.800,00 para o agregado das regiões (Gráfico 2). O rendimento médio na RM de Salvador, por sua vez, apresentou grande oscilação ao longo do período, variando de R\$ 1.616,64, em fevereiro de 2012, a R\$ 1.445,06, em maio de 2012. Na Região Metropolitana do Recife, o rendimento mé-

dio foi mais estável, com ligeira tendência crescente ao longo do período, verificando-

-se um crescimento de 7,90% entre dezembro/11 e dezembro/12.

Tabela 3 – Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado (%). Dezembro 2004/2012

Mês/Ano	Todas 6 RM	RM Recife	RM Salvador
dez/04	39,4	32,7	35,2
dez/05	40,8	33,8	34,7
dez/06	41,5	34,6	36,4
dez/07	43,1	37,4	36,5
dez/08	44,7	39,4	40,0
dez/09	44,7	39,8	40
dez/10	47	42,3	43
dez/11	49,2	44	47,8
dez/12	49,4	44,3	46,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (Dez. /2012). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18/02/2012.

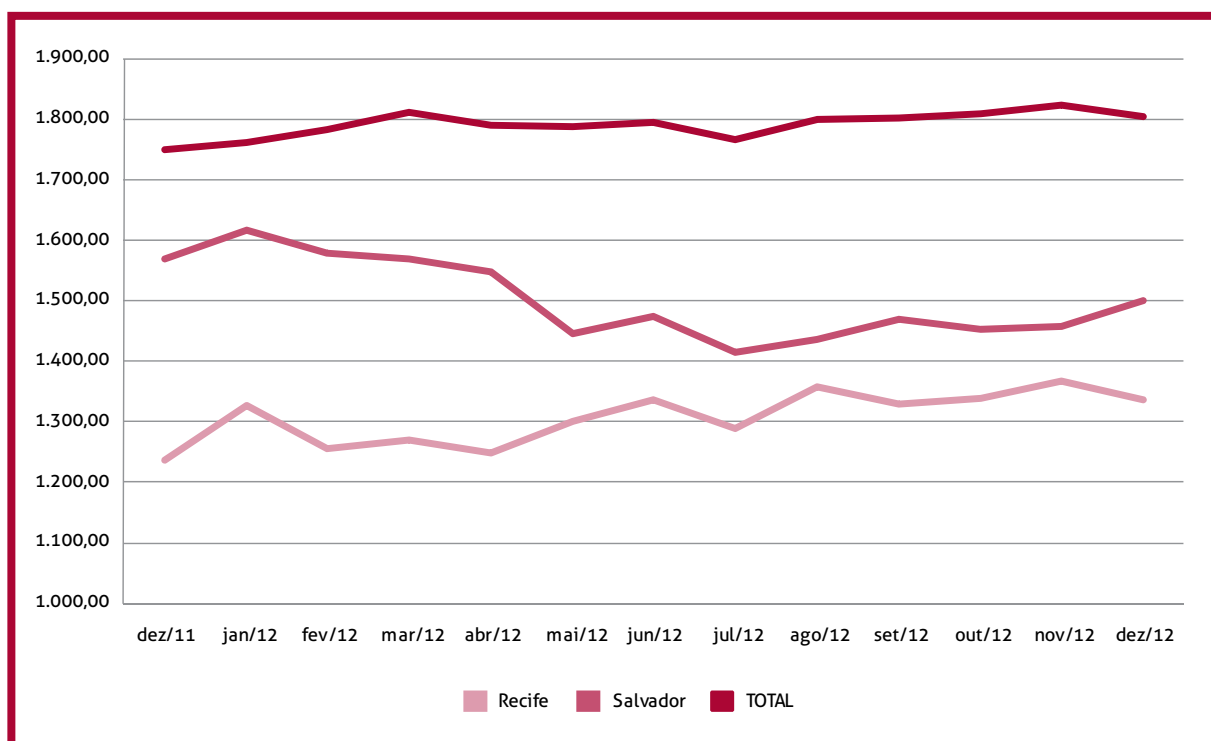


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$) – Dezembro de 2011 a dezembro de 2012

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (Dez. 12). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 18/02/2012.

REFERÊNCIA

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego (Dezembro 2012). Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 18. Fev.2013.

4.1 – Considerações Adicionais sobre Emprego Formal

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, é possível observar que, em 2010, ocorreu uma geração de empregos recorde no Brasil, resultado esse motivado pela forte recuperação econômica vivida naquele ano, depois de um ano de crise.

Em 2011, o Governo Federal criou políticas de incentivo ao consumo, como a redução de encargos sobre as vendas de veículos novos, redução do IPI para a linha branca e materiais de construção e, também, redução da taxa básica de juros da economia a partir de setembro daquele ano, resultando no segundo maior saldo de empregos gerados na história do País.

Todavia, no acumulado do ano de 2012 foi registrada uma nova queda no ritmo de geração de novas vagas de trabalho com carteira assinada no Brasil comparado a 2011, ou seja, foi gerado um total de 1.301.842 novos postos de trabalho celetistas, considerando a série que incorpora as informações declaradas fora do prazo.

Para o mês de dezembro, a destruição de postos de trabalho foi superior ao ano anterior: menos 496.944 postos, em 2012, contra 402.388 em 2011. Essa grande perda em fim de ano é um fenômeno sazonal esperado, já que nesse período há um número significativo de dispensa em alguns setores da economia, além do fraco desempenho da indústria.

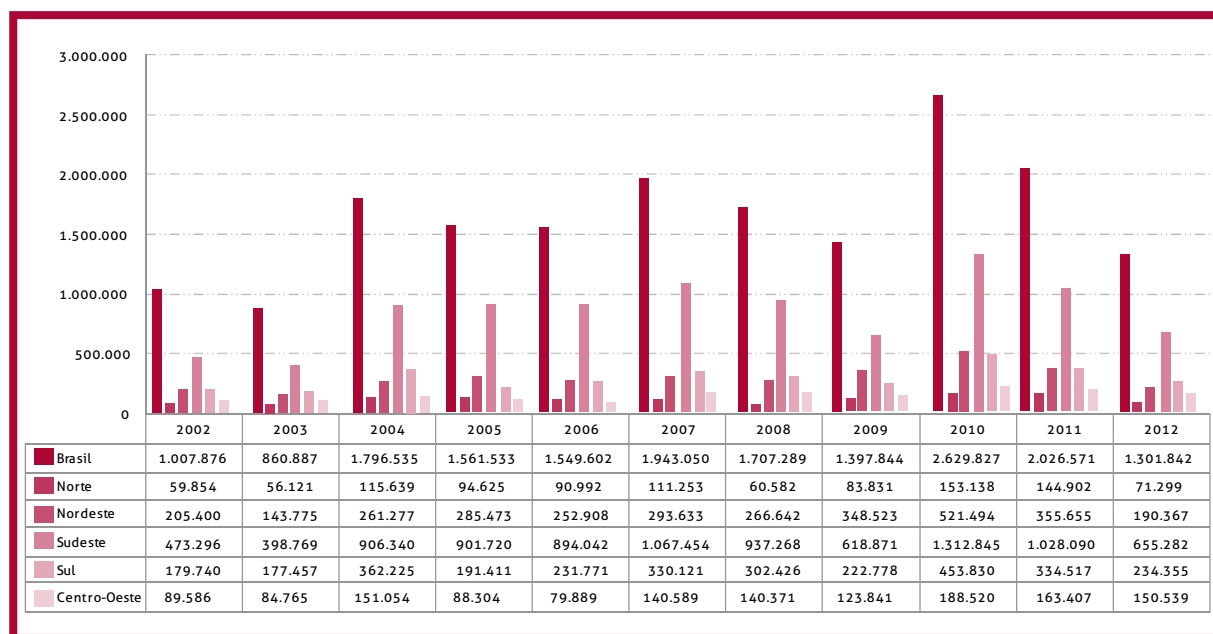


Gráfico 1 – Brasil e Regiões – Evolução do Saldo de Empregos 2002 – 2012

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED

* Série ajustada.

** Dados ajustados com as declarações fora do prazo que chegaram até setembro de 2012.

Elaboração: BNB/ETENE/CEIS.

A região Nordeste do País que também experimentou desaceleração no ritmo de crescimento econômico seguiu trajetória semelhante ao registrar nítida tendência de desaceleração na geração de novos postos de trabalho no período de 2010 a 2012. Em 2012, foram gerados apenas 190.367 novos postos de trabalho na Região, resultado de uma queda frente ao resultado alcançado em 2011. Foram geradas 165.288 vagas de trabalho a menos na comparação dos últimos dois anos. Vale destacar que a região Nordeste também vem registrando contínua perda de participação na geração de novas vagas de trabalho celetista no País desde 2010. O Gráfico 1 mostra a evolução do saldo do Caged regionalmente para o intervalo de 2002/2012. Por seu intermédio percebe-se que o Nordeste apresentou a sua segunda pior marca de geração de emprego nos anos apresentados. Sua participação relativa no total do Brasil, ao longo dos anos, passou de 20,38% em 2002, para 14,62% em 2012. Esse último resultado

coloca a região Nordeste à frente do Norte e Centro-Oeste, na comparação das regiões.

Historicamente, os efeitos sazonais são responsáveis pela queda do saldo no início do primeiro semestre do ano, retomando as contratações a partir de abril. O mês de setembro configura-se como o de melhor desempenho do ano, voltando a cair a partir de outubro. No mês de novembro ocorreu um leve crescimento, dado os incentivos do Governo Federal mantendo a redução do IPI, que, mesmo assim, não exerceu qualquer influência no mês de dezembro, terminando o ano em situação pior do que em dezembro de 2011. Entre os estados nordestinos, todos mostram desempenho negativo no mês de dezembro, devido a padrões sazonais, evidenciados pelas respectivas séries do Caged. Tais padrões são, regra geral, determinados por entressafra agrícola, férias escolares, período de chuvas, esgotamento da bolha de consumo no fim do ano.

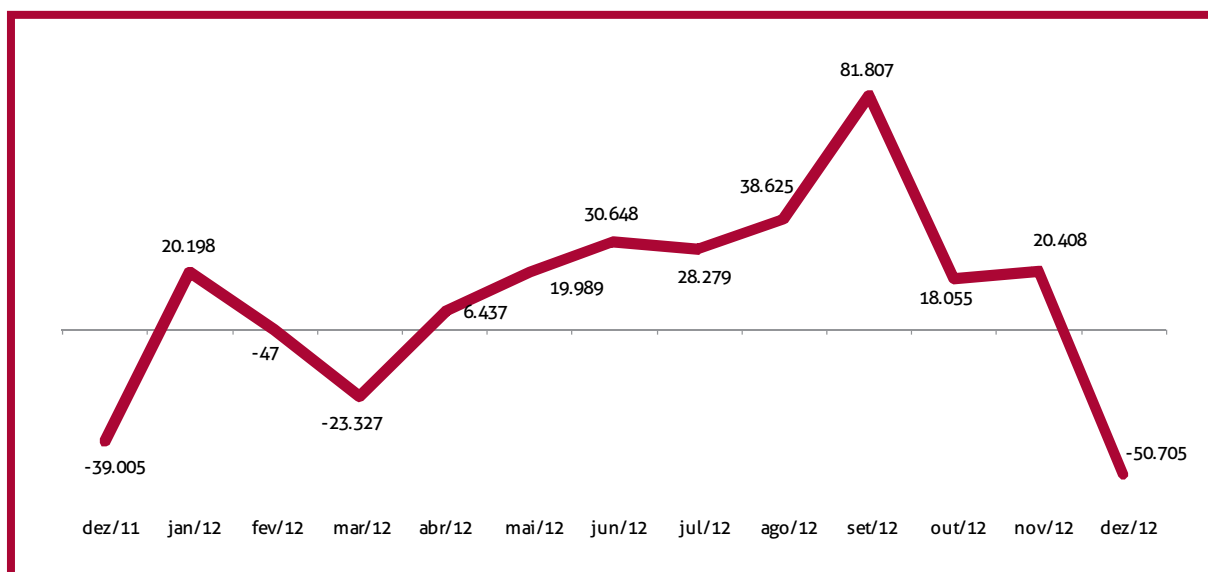


Gráfico 2 – Nordeste – Evolução do Saldo do Emprego Formal – Mensal – dez/11 a dez/12

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.

* Série ajustada. Elaboração: BNB/ETENE/CEIS.

Tabela 1 – Nordeste e Estados – Saldo do Emprego Formal – 2010 a 2012

Região e Estados	Resultado Mensal Dezembro			Acumulado no ano (Jan - Dez)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Nordeste	-37.741	-39.005	-50.705	521.494	355.655	190.367
Maranhão	-6.407	-2.751	-7.827	46.206	28.563	12.558
Piauí	-1.922	-3.807	-2.382	25.441	11.756	10.962
Ceará	-356	-6.194	-5.216	86.306	58.968	41.009
Rio Grande do Norte	-3.775	-2.966	-2.380	31.860	13.420	12.265
Paraíba	-1.555	-681	-927	30.393	21.882	18.680
Pernambuco	-4.599	-4.386	-9.637	121.792	95.627	46.561
Alagoas	-250	-1.964	-2.613	21.114	22.157	1.532
Sergipe	-1.574	-1.253	-3.450	25.252	20.121	9.953
Bahia	-17.303	-15.003	-16.273	133.130	83.161	36.847

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.

* Série ajustada. Elaboração: BNB/ETENE/CEIS.

Os estados da Bahia e Pernambuco apresentaram reduções bem significativas de postos de trabalhos, 16.273 e 9.637, respectivamente. Entretanto, no acumulado do ano, o saldo é positivo para todos os estados, com destaque para Pernambuco, Ceará e Bahia, que juntos geraram mais de 124 mil novos postos, representando 65,36% do emprego gerado na Região. Em comparação com os últimos dois anos, todos os estados ostentaram patamares inferiores (Tabela 1).

A discriminação geográfica e setorial do saldo de empregos acumulados no ano (Tabela 2) indica que, em âmbito nacional, o setor de serviços foi responsável por um pouco mais da metade (51,17%) do total, seguido pelo comércio (28,60%) e construção civil (11,47%). Entre as regiões, o Sudeste participa com 50,33% do saldo nacional. O Nordeste, como dito anteriormente, apresentou queda na participação relativa no âmbito nacional em relação ao ano passado, apresentando 14,62% em 2012. Em âmbi-

to setorial, a tendência nacional repetiu-se regionalmente quando o setor de serviços (57,13%), comércio (37,76%) e construção civil (8,25%), detiveram as maiores participações, com destaque especial para os setores de comércio e serviços que apresentaram expressivo dinamismo, obtendo 19,31% e 16,33% do saldo desses setores nacionalmente (Tabela 2).

No acumulado do ano de 2012, os setores da economia regional apresentaram desempenho não muito satisfatório, apenas os setores serviços, comércio, construção civil e extrativa mineral, tiveram saldo positivo. No entanto, na análise por Estado, mostra que em alguns segmentos os resultados foram aquém do esperado. Por conta do mau desempenho da produção em 2012 e da concorrência de produtos importados, a indústria de transformação fechou o ano com retração de 11.057 postos de trabalho, principalmente, os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia.

Tabela 2 – Brasil, Regiões e Estados do Nordeste – Evolução do Saldo do Emprego Formal – Janeiro a Dezembro 2012

Brasil, Regiões e Estados	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	SIUP	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
Brasil	10.928	86.406	10.223	149.290	372.368	666.160	1.491	4.976
Sudeste	5607	28162	7458	82996	181837	349574	2823	-3175
Sul	908	33475	906	17525	67072	112657	213	1599
Centro-Oeste	1411	28120	3246	16743	27001	64746	490	8782
Norte	1.870	-1.926	-3	16.326	24.567	30.427	-2.030	2.068
Nordeste	1.132	-1.425	-1.384	15.700	71.891	108.756	-5	-4.298
Maranhão	198	490	-331	-5.302	7.720	9.845	414	-476
Piauí	66	252	176	2.902	3.011	4.136	40	379
Ceará	110	5.846	-40	-3.204	14.411	23.414	-292	764
Rio Grande do Norte	124	-2.230	145	2.529	6.168	5.453	-173	249
Paraíba	32	2.024	55	4.894	3.426	10.230	203	-2.184
Pernambuco	91	-1.226	-9	8.739	16.247	23.241	-19	-503
Alagoas	-47	-4.321	-69	-2.198	3.654	4.379	76	58
Sergipe	83	1.020	-343	2.053	2.346	5.041	164	-411
Bahia	475	-3.280	-968	5.287	14.908	23.017	-418	-2.174

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET – CAGED.

* Série ajustada. Elaboração: BNB/ETENE/CEIS.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução de emprego do CAGED - EEC. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>. Acesso em: 24 out. 2012.

5 – SETOR EXTERNO

As estimativas do crescimento do comércio mundial em 2012 são entre 2,5% (WTO, 2012) e 2,8% (IMF, 2013). Esta taxa reflete os efeitos do baixo crescimento do PIB global em 2012, estimado entre 3,0% (Key changes..., 2013) e 3,2% (IMF, 2013).

As ações de políticas econômicas adotadas, tanto na União Europeia como nos Estados Unidos, reduziram a chance de crise aguda imediata, entretanto a recuperação econômica parece ainda tardar. As condições de consolidação do déficit fiscal norte-americano bem como as negociações das dívidas soberanas dos países da zona do Euro são elementos de risco de aprofundamento da crise econômica mundial. (IMF cuts... 2013). A Zona do Euro já se apresenta com quinze meses consecutivos em recessão (Valor Econômico, 2013).

Desta maneira, o comportamento da balança comercial brasileira em 2012 reflete este quadro de declínio da atividade global, acompanhado de incerteza quanto ao futuro. As exportações brasileiras decresceram, em valor, para praticamente todos os blocos econômicos de destino (União Europeia, Aladi, Aelc, Europa Oriental, Oriente Médio, Ásia, África e Oceania). Apenas as vendas para o Nafta registraram taxa de variação positiva de 2,7%.

Neste contexto, as exportações brasileiras somaram US\$ 242,5 bilhões, montante 5,3% inferior ao registrado em 2011. Este decréscimo decorre tanto da redução do índice de preço das exportações brasileiras (-4,9%) quanto das quantidades exportadas (-0,3%). No que toca às importações (US\$ 223,1 bilhões), observa-se queda (-1,4%), com menores quantidades importadas (-2,3%), ainda que tenha havido aumento dos preços

(0,9%). Desta maneira, os termos de troca reduziram-se em 5,8% ao longo de 2012 e o saldo da balança comercial foi superavitário em US\$ 19,4 bilhões.

Ressalte-se que o impacto sobre o comércio exterior brasileiro só não foi ainda maior em virtude da desvalorização efetiva de 11,9% da moeda nacional ao longo do ano de 2012. Esta desvalorização efetiva foi calculada considerando-se as médias das participações nas exportações do período 2009/2011 dos quinze maiores compradores de produtos brasileiros: China (24,6%); EUA (15,5%); Argentina (13,8%); Países Baixos (8,2%); Alemanha (6%); Japão (5,3%); Reino Unido (3,5%); Itália (3,2%); Chile (3,2%); Rússia (2,9%); Espanha (2,9%); Coreia do Sul (2,8%); França (2,8%); Bélgica (2,7%) e México (2,6%).

Um corte regional na análise do comércio internacional revela que a região Nordeste apresentou exportações no valor de US\$ 18.773,2 milhões e importações de US\$ 26.000,6 milhões. Estes montantes foram representativos de queda nos valores exportados de 0,4% e incremento das compras do estrangeiro em 7,7%, comparativamente a 2011.

Os principais países de destino das exportações nordestinas foram: Estados Unidos (13,04%), China (10,97%), Países Baixos (10,84%), Argentina (7,15%), Antilhas Holandesas (6,49%), Alemanha (3,56%), Espa-

nha (2,94%), Canadá (2,65%), Itália (2,29%) e França (2,01%).

Em relação a 2011, três países registraram as quedas mais expressivas em suas compras do Nordeste: Rússia (-57%), Japão (-41%) e Itália (-34%).

Uma reflexão sobre a composição das exportações leva à constatação de que se mantiveram como principais produtos exportados pelo Nordeste os mesmos de 2011, com exceção do produto plataformas de perfuração/exploração flutuantes. O Nordeste teve como principal produto de exportação, *fuel oil* (US\$ 2.015,3 milhões); seguido por soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (US\$ 1.868,5 milhões), pasta química de madeira não conífera (US\$ 1.219,3 milhões), outros açúcares de cana (US\$ 1.048,2 milhões), plataformas de perfuração/explo-

ração flutuantes (US\$ 785,6 milhões), algodão simplesmente debulhado (US\$ 758,3 milhões), alumina calcinada (US\$ 725,6 milhões), minérios de ferro aglomerados (US\$ 533,3 milhões), ferro fundido bruto não ligado (US\$ 498,2 milhões) e bagaços e outros resíduos sólidos da extração de óleo de soja (US\$ 491,1 milhões). O Gráfico 1 apresenta os principais capítulos da pauta de exportação nordestina.

O exame das importações nordestinas, por sua vez, revela como principais países de origem: Estados Unidos (18,03%), China (11,25%), Argentina (8,69%), Países Baixos (6,54%), Índia (6,34%), México (4,34%), Argélia (3,13%), Chile (2,99%), Alemanha (2,33%) e Kuwait (2,32%). Não houve grandes alterações dentre os principais países de origem das importações da Região, compara-

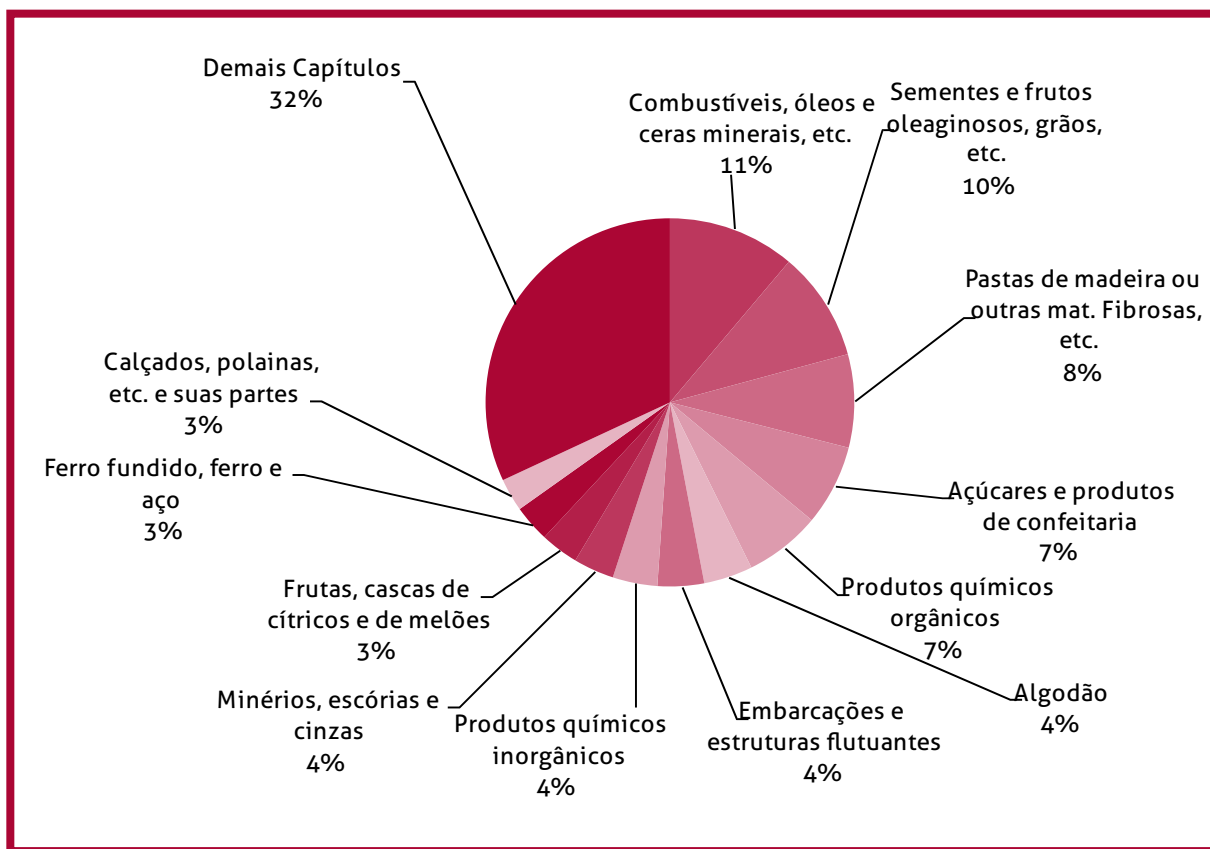


Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013

tivamente a 2011. Saliente-se o declínio de valores importados do Chile (-28%) e da Alemanha (-23%).

Os principais produtos importados pelo Nordeste foram destinados à indústria petroquímica, à automobilística e à de alimentos. Foram eles: Gasóleo (US\$ 4.482,2 milhões), outras gasolinas, exceto para aviação (US\$ 2.705,4 milhões), naftas para petro-

química (US\$ 1.261,8 milhões), automóveis (US\$ 1.011,7 milhões), querosenes de aviação (US\$ 789,6 milhões) e outros trigos e misturas de trigo com centeio (US\$ 718,4 milhões).

A análise do comportamento do fluxo comercial de cada estado esclarece, com mais detalhes, o desempenho da balança comercial da região Nordeste. (Tabela 1)

Tabela 1 – Exportações e Importações do Nordeste por Estado em 2012 e Taxas de Crescimento 2012/2011

UF	Jan-Dez 2012		Taxas de Variação 2012/2011 (%)	
	EXP (US\$ FOB)	IMP (US\$ FOB)	Exportação	Importação
AL	1.014.421.485	433.850.294	-26,0	-3,9
BA	11.267.769.476	7.759.064.029	2,3	0,2
CE	1.266.967.291	2.864.188.382	-9,7	19,3
MA	3.024.687.701	7.060.362.500	-0,7	12,4
PB	243.369.072	619.553.881	8,1	-39,1
PE	1.319.976.345	6.595.597.010	10,1	19,2
PI	225.729.176	170.621.432	37,3	7,8
RN	261.223.815	222.318.158	-7,1	-8,4
SE	149.073.162	275.079.027	8,4	-8,9
TOTAL NE	18.773.217.523	26.000.634.713	-0,4	7,7

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013

Alagoas

Em 2012, o Estado de Alagoas exportou US\$ 1.014,4 milhões e importou US\$ 433,8 milhões. Foi o estado nordestino que registrou maior taxa de decremento nos valores exportados (-26%). Do total exportado em 2012, US\$ 927,7 milhões foram provenientes de açúcar de cana e US\$ 75,8 milhões de álcool etílico, ambos os produtos tiveram redução no *quantum* e nos preços de exportação. Para 2013, as perspectivas que se apresentam em janeiro são desfavoráveis. A safra 2012/2013 inicia-se com preços reduzidos comparativamente a 2011/2012. (Safra..., 2013). Some-se a isto que as estimativas para a safra 2012/2013 registram reduções nas quantidades exportadas de

açúcar e álcool pelo Estado de Alagoas em virtude dos baixos volumes pluviométricos que ocorreram no Estado. Ademais, Rússia (18,6%), Canadá (11,5%), Egito (7,1%) e Venezuela (6,9%) foram os principais destinos das exportações alagoanas.

As importações alagoanas (US\$ 433,8 milhões) reduziram-se 3,9% em relação a 2011. Sob a ótica das contas nacionais, estiveram assim distribuídas: bens intermediários (58,4%), bens de capital (22,58%), bens de consumo (18,97%) e combustíveis e lubrificantes (0,05%). China (30,1%), Estados Unidos (14,6%) e Argentina (7,1%) foram os países que tiveram maior participação na origem das importações do Estado de Alagoas.

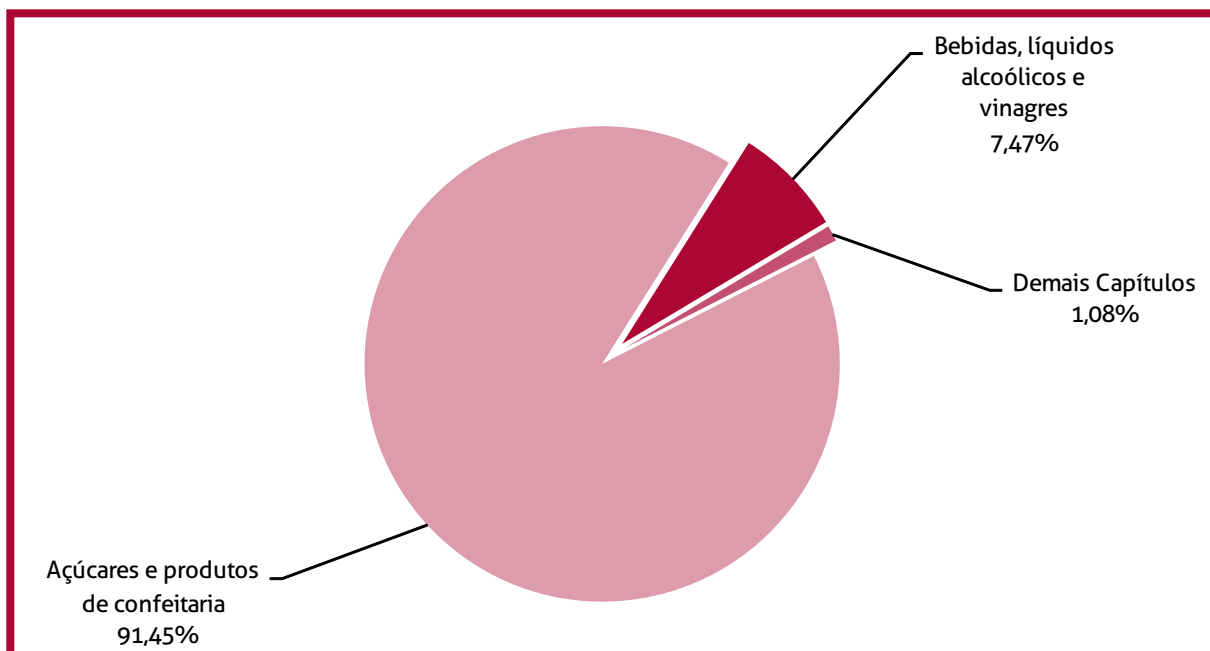


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013

Bahia

As exportações baianas compreendem 60% do valor exportado pelo Nordeste. Em 2012, somaram US\$ 11.267,7 milhões, apresentando aumento (2,3%) em relação a 2011. No período em análise, as importações (US\$ 7.759,0 milhões) permaneceram praticamente estáveis (expansão de 0,2%). Desta maneira, a Bahia teve superávit de US\$ 3.508,7 milhões.

Do total exportado, 74% foram produtos industrializados e 26% de produtos básicos. Combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 2.134,7 milhões) foi o capítulo que registrou maior valor exportado, com expansão de 9% relativamente a 2011. Dentro deste capítulo, está o principal produto exportado pelo Nordeste em 2012: *fuel oil* (US\$ 2.016,3 milhões). A expressividade das vendas deste produto conferiu à Petrobras o posto de maior empresa exportadora na Bahia com vendas de US\$ 2.171,3 milhões.

Pastas de madeira ou outras matérias fibrosas (US\$ 1.592,9 milhões) foi o segundo capítulo que gerou maiores receitas de exportação para a economia baiana. Houve declínio de 5% nas vendas no período em análise em virtude da queda dos preços médios anuais dos produtos de pasta química de madeira no mercado mundial.

O Brasil é o terceiro maior exportador mundial de pasta de madeira e outras fibras celulósicas, atrás apenas dos Estados Unidos e do Canadá. Do total exportado pelo Brasil, a Bahia responde por cerca de 28%, sendo a maior parte destinada à China.

No contexto atual, consoante a Federação de Indústrias do Estado da Bahia, a expansão da fábrica de Mucuri, da empresa Suzano, foi adiada para 2014 e a *joint-venture* da Veracel com a empresa sueca-finlandesa Stora-Enso somente terá a ampliação prevista concluída em 2015-2016. (FIEB, 2012)

Produtos químicos orgânicos (US\$ 1.275,2 milhões) foi capítulo que também apresentou declínio nas divisas auferidas (-2%) a despeito do aumento das quantidades exportadas. A queda dos preços foi mais intensa para os produtos propeno não saturado e butadieno não saturado.

O propeno é utilizado na fabricação do polímero plástico polipropileno e o butadieno na produção de borracha sintética, sendo insumos para diversos segmentos industriais.

Sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 940,8 milhões) apresentou queda de 28% nos valores comercializados a despeito do incremento do preço de soja no mercado mundial.

Os preços de soja continuam em alta em 2013, sendo sustentados pela forte deman-

da de soja nos Estados Unidos, que apresenta estoques da *commodity* em baixa.

Algodão (US\$ 712,6 milhões), capítulo cujo principal produto foi algodão simplesmente debulhado (US\$ 707,4 milhões) apresentou crescimento de 8% nas receitas decorrentes de incremento nas quantidades exportadas. As exportações brasileiras de algodão declinaram no primeiro mês de 2013 em virtude do crescimento dos estoques chineses, o que antecipa um ano menos favorável à exportação do produto.

Resíduos e desperdícios das indústrias alimentícias (US\$ 491,1 milhões) foi o capítulo que teve apenas um produto de exportação: bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja. Na comparação 2012/2011, o produto expandiu suas vendas em 53%.

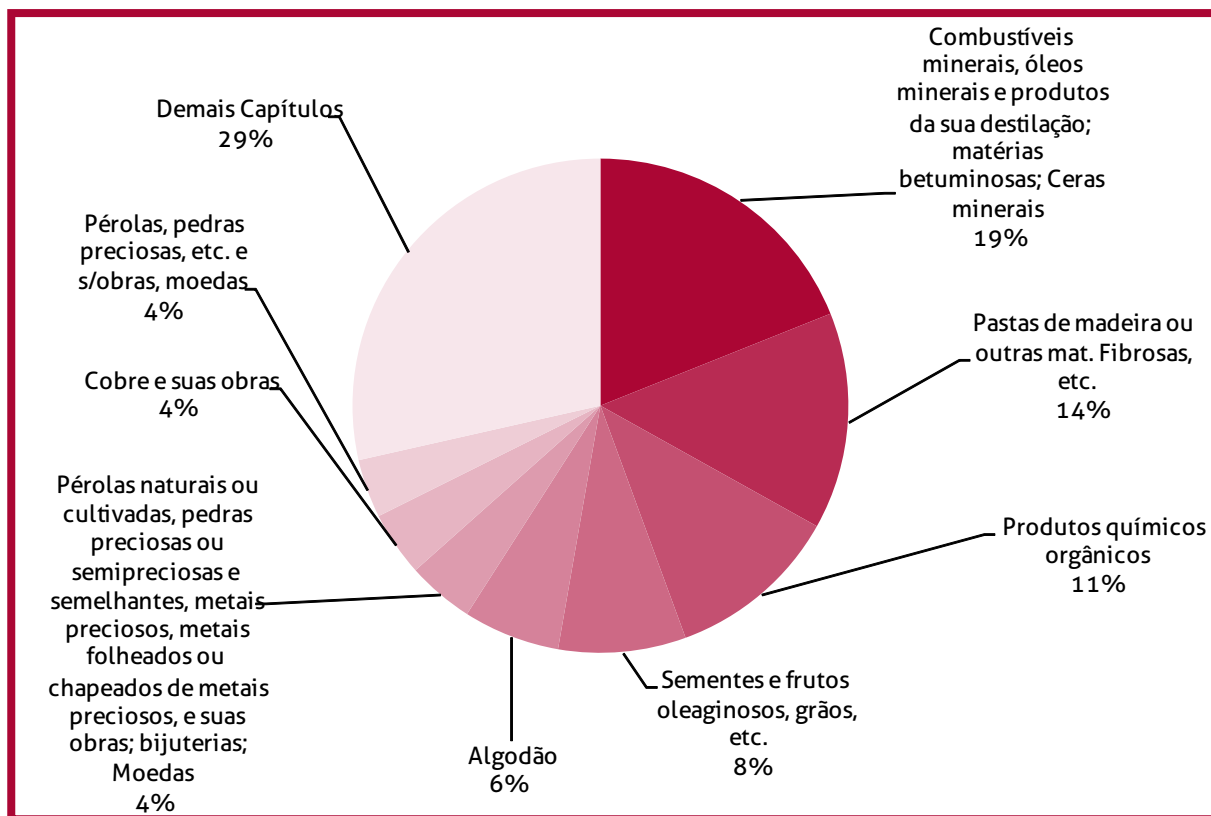


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013

As exportações de Cobre e suas obras (US\$ 475,5 milhões) reduziram-se em 37%. Analistas têm expectativas de não mais ocorrerem grandes valorizações nos preços dos metais em 2013, inclusive no preço do cobre. Estas previsões se alicerçam na declaração do governo da China (maior consumidora de metais do globo) onde afirma que tomará medidas para desacelerar o mercado imobiliário do país. (Valor Econômico, 01.03.2013)

As exportações baianas apresentaram como principais países de destino: China (13,56%), Estados Unidos (12,26%), Países Baixos (11,05%) Antilhas Holandesas (10,80%), Argentina (9,23%) e Alemanha (4,76%).

No que concerne às importações do Estado (US\$ 7.759,0 milhões), observa-se que os cinco principais produtos importados estão vinculados às principais empresas expor-

tadoras da Bahia: naftas para petroquímica (US\$ 1.261,8 milhões), automóveis (US\$ 996,6 milhões), sulfetos de minérios de cobre (US\$ 564,6 milhões), catodos de cobre refinado (US\$ 328,4 milhões) e outros veículos automóveis com motor diesel (US\$ 184,5 milhões).

Vários dos principais países de origem das importações, entretanto, são distintos daqueles do destino das exportações. Destacaram-se: Argentina (15,43%), Chile (9,55%), China (9,00%), Estados Unidos (8,77%), Argélia (8,03%) e México (7,52%).

Ceará

Em 2012, o Estado do Ceará exportou US\$ 1.266,9 milhões, representativos de queda de 9,7%, comparativamente a 2011. Por outro lado, as importações cearenses (US\$ 2.864,1 milhões) expandiram-se 19,3%, o

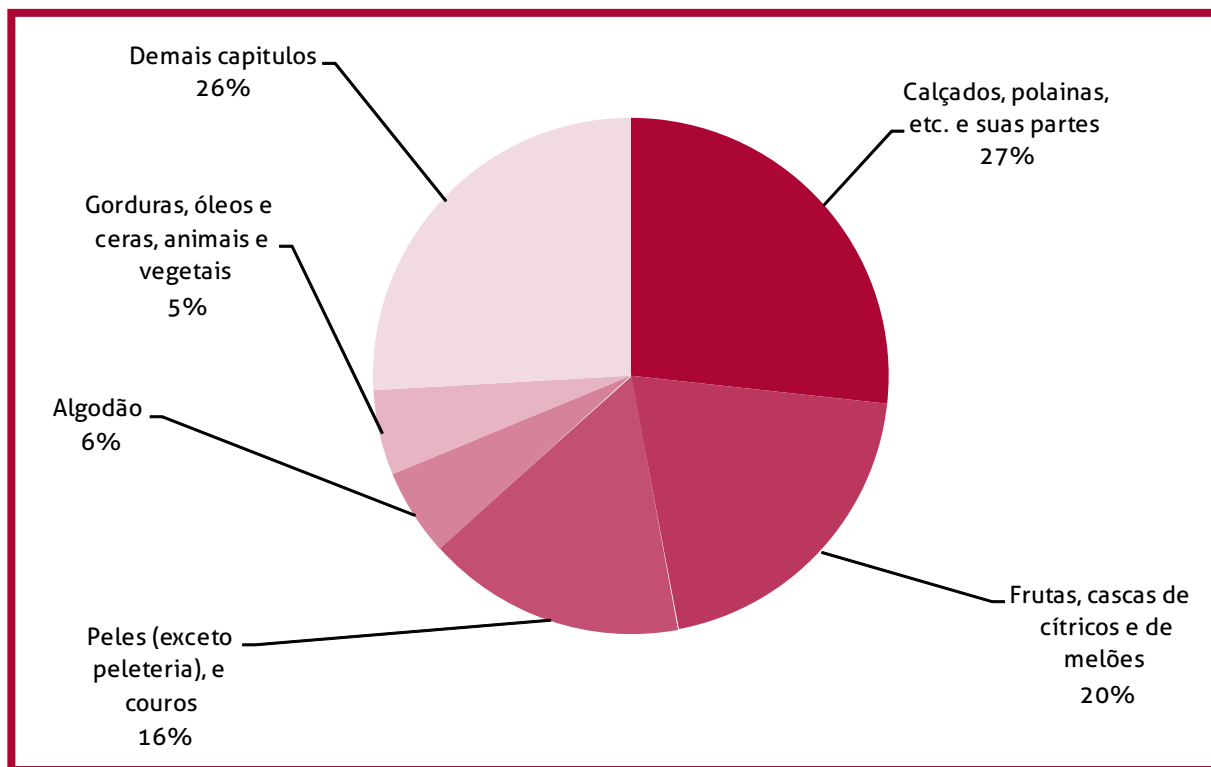


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013.

que resultou em déficit da balança comercial de US\$ 1.597,2 milhões.

Dos cinco principais capítulos exportados, três registraram queda nas vendas internacionais: calçados, polainas etc. e suas partes (-7%), frutas, cascas de cítricos e melões (-8%) e algodão (-17%).

Calçados, polainas etc. e suas partes (US\$ 338,6 milhões) é o principal capítulo exportado pelo Estado. Desde 2008, o Estado do Ceará é o maior exportador (em número de pares de calçados) do País, sendo seguido pela Paraíba, a partir de 2011.

Em 2012, o Ceará chegou ao patamar de 42% do total dos pares de calçados exportados, e 29% das vendas. O Rio Grande do Sul detém 35% das vendas, sendo o maior estado exportador quando se toma como parâmetro as receitas de vendas, muito embora tenha exportado cerca de 14% do total de pares. Estas diferenças decorrem do fato da produção cearense concentrar-se em sapatos de borracha injetada e couro sintético (com preço médio em torno de seis dólares), enquanto os produtores em solo gaúcho especializaram-se em calçados de couro, cujo valor médio alcançou US\$ 24,97 em 2012.

Ressalte-se que o Ceará reduziu o número de pares de calçados exportados de 57 milhões, em 2008, para 48 milhões em 2012. No que toca ao preço médio do calçado, este oscilou de US\$ 6,04 a US\$ 6,60 nos últimos quatro anos.

O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 256,9 milhões) teve castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (US\$ 148,5 milhões) e melões frescos (US\$ 78,5 milhões) como os produtos de maior expressividade nas vendas ao exterior.

A castanha de caju, fresca ou seca apresentou queda de vendas (-16%), face os nú-

meros de 2011. Dentre os principais países de destino, as exportações para os Estados Unidos caíram 39,8%, mas o referido país ainda deteve 44,8% do total do fruto exportado pelo Ceará; Holanda (22,2%) e Canadá (7,2%) estiveram entre os principais compradores do produto em 2012.

O produto melões frescos teve incremento das vendas em 3%, no período em análise. As exportações de melões cearenses apresentaram expressivo crescimento entre 2007 e 2008, quando passaram de US\$ 41 milhões para US\$ 85 milhões. A partir daí, após o impacto da crise financeira mundial, os valores exportados situaram-se entre US\$ 74 milhões, em 2009, a US\$ 78,5 milhões, em 2012.

Os países europeus foram o grande mercado comprador do melão cearense em 2012, destacando-se: a Holanda (US\$ 34,7 milhões), o Reino Unido (US\$ 24,7 milhões) e Espanha (US\$ 11,4 milhões) (IPECE, 2013).

O capítulo algodão na pauta de exportação cearense engloba os produtos tecidos de algodão (com diversas especificações). De fato, dentre os capítulos considerados como participantes do setor têxtil (capítulos 50 a 60 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM), o capítulo 52 (algodão) abrange a maior parte das exportações do setor têxtil cearense. Além dele, apenas é registrado o capítulo 56 (redes de malhas com nós).

Cumprе salientar que o setor têxtil vem perdendo espaço na pauta do Estado. Em 2003, representava 16% da pauta exportadora. Já em 2012, não alcançou sequer 6%. Considerando-se o setor têxtil brasileiro como um todo, a participação do Ceará nas exportações do segmento caiu de 12,1%, em 2003, para 2,1%, em 2012. Ademais, a balança comercial do setor têxtil cearense passou de superavitária em torno de US\$ 34 milhões,

em 2003, para deficitária em cerca de US\$ 85 milhões. (FIEC, Dezembro de 2012).

Peles (exceto peleteria) teve aumento nos valores exportados (US\$ 205,9 milhões) de 12%, em relação a 2011, enquanto gorduras, óleos e ceras animais e vegetais (US\$ 67,5 milhões) apresentou crescimento de 15%.

As exportações cearenses tiveram como principais países de destino: Estados Unidos (23,61%), Argentina (9,19%), Holanda (8,34%), China (5,32%) e Reino Unido (4,51%).

No que concerne às importações cearenses (US\$ 2.864,1 milhões), constata-se que estas se concentraram em bens intermediários (48,9%) sendo seguidas por bens de capital (32,1%), combustíveis e lubrificantes (12,1%) e bens de consumo (6,8%).

Os principais produtos importados pela economia cearense foram: outras turbinas a vapor (11,6%), gás natural liquefeito (8,8%), outros trigos e misturas de trigo com centeio (7,8%), outros grupos eletrogeradores de energia elétrica (3,6%), laminados de ferro, aço a frio (2,4%), partes de outros motores/geradores (2,4%) e geradores de corrente alternada (2,2%).

Os principais países de origem das importações do Ceará foram China (27,6%), Estados Unidos (9,5%), Argentina (8,8%), Itália (5,2%), Colômbia (3,5%), Alemanha (3,2%) e Turquia (3,1%).

Maranhão

As exportações maranhenses (US\$ 3.024,6 milhões) contraíram-se 0,7% ao mesmo tempo em que as importações (US\$ 7.060,3 milhões) cresceram 12,4%, no período em análise.

A pauta de vendas ao exterior do Estado é concentrada em *commodities* agrícolas e

minerais. Os capítulos associados às *commodities* minerais foram desfavorecidos em virtude da queda de preços no mercado internacional. Desta forma, produtos químicos orgânicos (US\$ 725,6 milhões) que registra apenas o produto alumina calcinada teve queda de receitas de 7%. Minérios, escórias e cinzas (US\$ 530,5 milhões) apresentou decréscimo de receitas de 36%. Já sementes e frutos oleaginosos, grãos etc. (US\$ 784,3 milhões), principal capítulo exportado pelo Maranhão, teve, graças ao desempenho do produto soja, mesmo triturado, exceto para semeadura, aumento de vendas internacionais da ordem de 31%.

Além disso, Estados Unidos (15,4%), China (13,0%), Islândia (7,9%), Espanha (7,7%), Canadá (5,4%) e Noruega (4,8%) foram os principais destinos das exportações do Estado em 2012.

No que se refere às importações, o Maranhão foi o maior importador nordestino, com 27,1% do total das importações regionais. A maior parte delas (US\$ 5.746,9 milhões ou 81,4% do total) foram importações de combustíveis e lubrificantes, sendo seguidas por bens intermediários (10,6%), bens de capital (7,0%) e bens de consumo (1,0%). Estados Unidos (32,7%), Índia (17,31%), Holanda (12,52%), Kuwait (5,84%), Antilhas Holandesas (5,37%), China (5,26%) e Coreia do Sul (3,92%) foram as principais origens das importações do Estado.

Paraíba

Durante o ano de 2012, a Paraíba exportou US\$ 243,3 milhões, 8,1% a mais que no ano anterior. Neste mesmo intervalo de tempo, as importações foram de US\$ 629,5 milhões, 39,1% inferiores às de 2011.

As vendas do estado foram concentradas no setor de calçados e de derivados da cana-

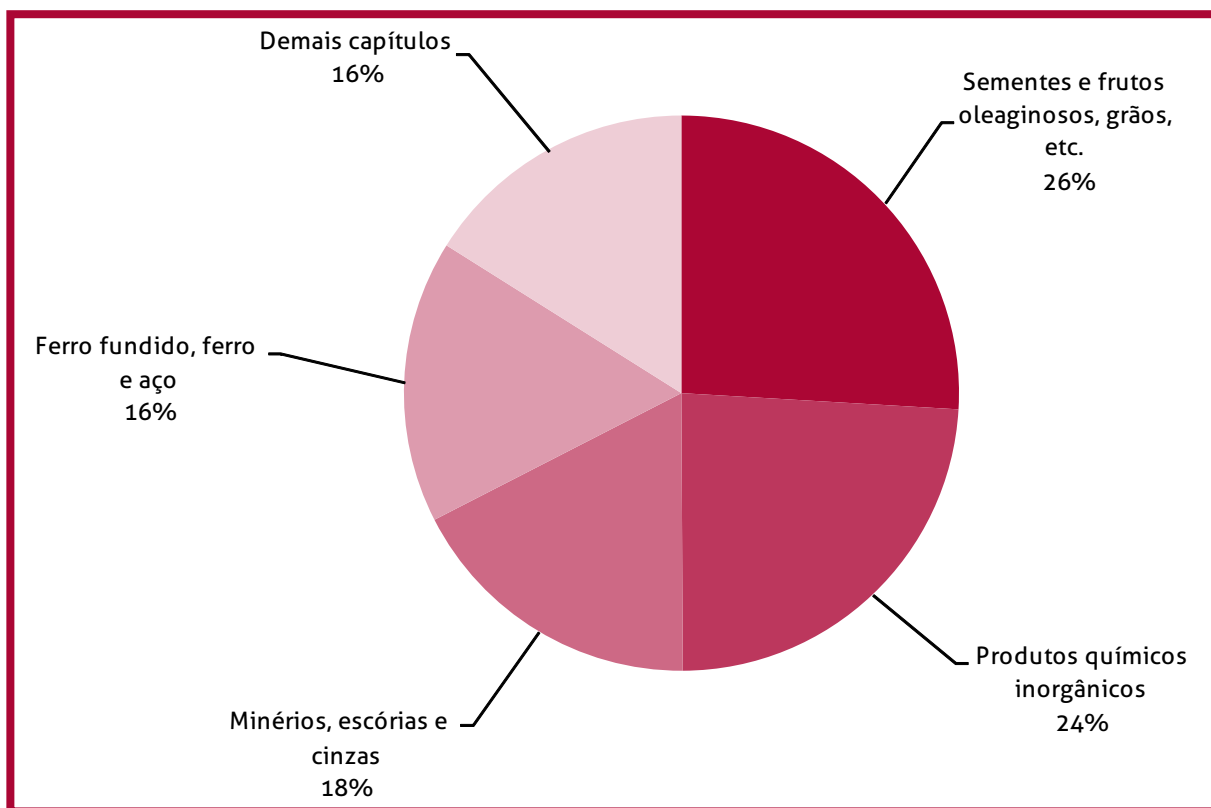


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013.

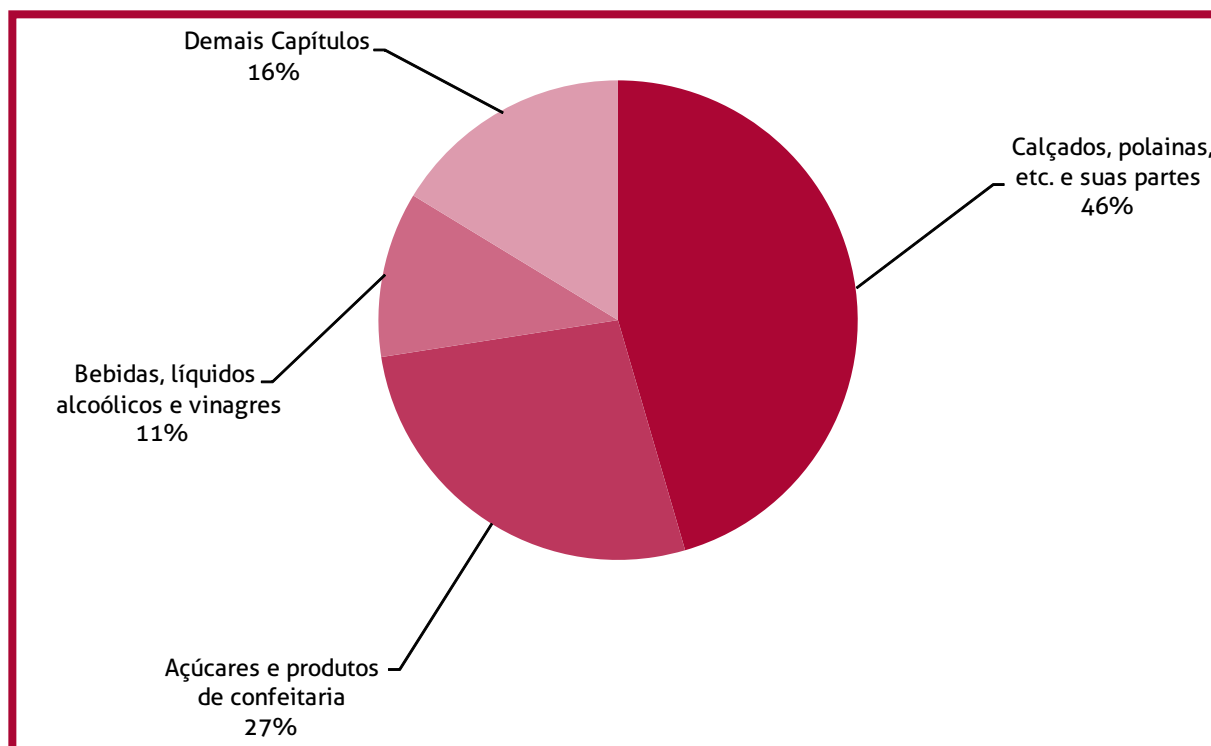


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013.

-de-açúcar. Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 65,8 milhões) e bebidas, líquidos alcóolicos e vinagres (US\$ 27,1 milhões) tiveram variações de receitas respectivas de -21% e 181%.

Calçados, polainas etc. e suas partes (US\$ 110,6 milhões) foi o principal capítulo exportado pelo Estado e apresentou incremento no valor de 28% no período em análise. Quase a totalidade deste capítulo (US\$ 100,8 milhões) foi decorrente das vendas de calçados de borracha com parte superior em tiras, sendo as operações realizadas pela empresa Alpargatas S.A. Estados Unidos (9,2%), Argentina (9,1%), França (8,9%), Angola (6,5%) e Austrália (5,7%) foram os principais países compradores dos produtos paraibanos.

Uma vista sobre as importações paraibanas (US\$ 629,5 milhões) revela que o Estado registra intensa atividade comercial com a China (27,6%) e Vietnã (15,2%). Destes dois países é proveniente o principal produto im-

portado pela Paraíba: calçados para esportes, de material têxtil, com sola de borracha (US\$ 97,4 milhões). A maior parte das importações do Estado (59,5%) é de bens intermediários, sendo seguido por bens de consumo (26,5%), bens de capital (13,9%) e combustíveis e lubrificantes (0,1%).

Pernambuco

Entre 2011 e 2012, as exportações de Pernambuco (US\$ 1.319,9 milhões) aumentaram 10,1% enquanto as importações (US\$ 6.595,5 milhões) expandiram-se 19,2%.

Dentre os quatro principais capítulos que representaram os maiores valores exportados, três tiveram decrementos no período em análise.

Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 340,7 milhões) teve queda nos preços e nas quantidades exportadas, o que acarretou declínio de receita da ordem de 30%.

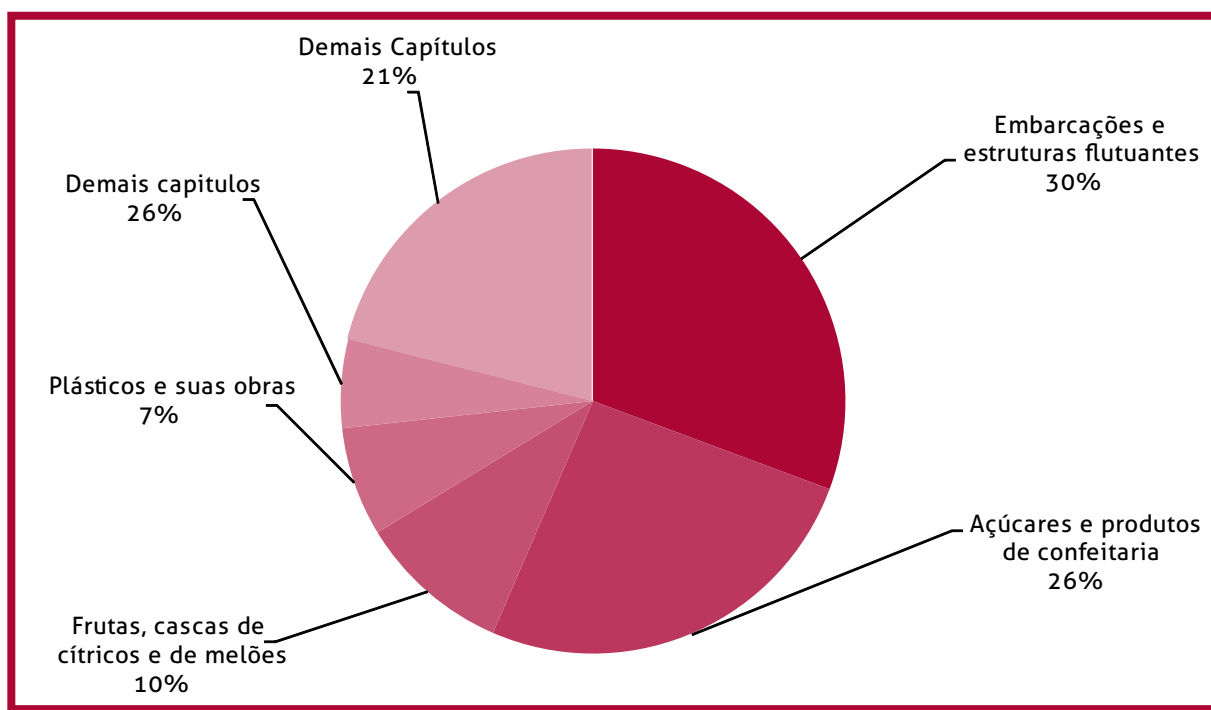


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013.

Frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 129,3 milhões) registrou declínio de 13% nas vendas. Este capítulo teve como produtos principais exportados uvas frescas (US\$ 82,8 milhões) e mangas frescas (US\$ 41,3 milhões). A maior parte das mangas (60%) foi destinada à Holanda e as uvas frescas de Pernambuco seguiram para, principalmente, os Estados Unidos (US\$ 12,5 milhões), Holanda (US\$ 16,7 milhões) e Reino Unido (US\$ 7,7 milhões). Os três países tiveram sua demanda reduzida em virtude dos respectivos declínios da taxa de emprego e do nível da atividade econômica. No caso específico da Holanda, o país funciona como distribuidor de frutas para toda a zona do Euro, região que apresentou queda do PIB de 0,6% em 2012.

Plásticos e suas obras (US\$ 92,2 milhões) foi capítulo com decréscimo de 23% no período em análise.

Embarcações e estruturas flutuantes (US\$ 404,8 milhões) foi o capítulo das exportações pernambucanas com maior valor de vendas, com produto integralmente destinado à Holanda e que colocou o estaleiro Atlântico Sul S.A. como detentor de 30,7% das exportações pernambucanas. No ano de 2011, este capítulo apenas registrava a venda de uma embarcação, para os Estados Unidos, no valor de US\$ 70 mil.

Ademais, a Holanda (36,4%), os Estados Unidos (10%) e a Argentina (7,3%) foram os principais destinos das exportações do Estado.

No que toca às importações de Pernambuco, estas se distribuíram na compra de combustíveis (46,0%), bens intermediários (30,2%), bens de capital (14,2%) e bens de consumo (10,6%).

Os destaques nas importações foram os combustíveis minerais, óleos minerais etc.

(gasolinas, exceto para aviação, óleo diesel, propanos, butanos liquefeitos, querosenes de aviação) que representaram 45,4% do total, seguidos por ácido tereftálico e seus sais (8,2%) e trigos e misturas de trigo com centeio (2,1%).

Além disso, Estados Unidos (18,1%), Holanda (11,5%), China (9,5%) e Argentina (8,8%) foram os principais países de origem das importações pernambucanas.

Piauí

No período 2011/2012, dentre os estados nordestinos, o Piauí foi o que obteve maior taxa de crescimento das exportações (37,3%), alcançando um total de US\$ 225,7 milhões. Todos os principais capítulos tiveram incrementos de vendas: sementes e frutos oleaginosos (US\$ 145,7 milhões; 60%), gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais (US\$ 47 milhões; 7%) e algodão (US\$ 10,6 milhões; 34%).

As exportações piauienses destinaram-se predominantemente para a China (18,4%), Espanha (11%), Arábia Saudita (9,6%), Estados Unidos (9,5%), Vietnã (8,3%), Tailândia (8,3%) e Alemanha (7,6%).

As importações piauienses (US\$ 170,6 milhões) também tiveram elevação (7,8%) no período em análise. A maior parcela (88,5%) destinou-se a bens intermediários, especialmente insumos industriais como laminados de ferro. Bens de capital representaram 8,7% do total importado, bens de consumo foram 2,8% e combustíveis e lubrificantes 0,01%. China (28,8%), Rússia (14,1%) e Ucrânia (7,1%) se constituíram na origem da maior parte das importações do Piauí.

Rio Grande do Norte

Durante o ano passado, o Estado do Rio Grande do Norte, exportou US\$ 261,2 mi-

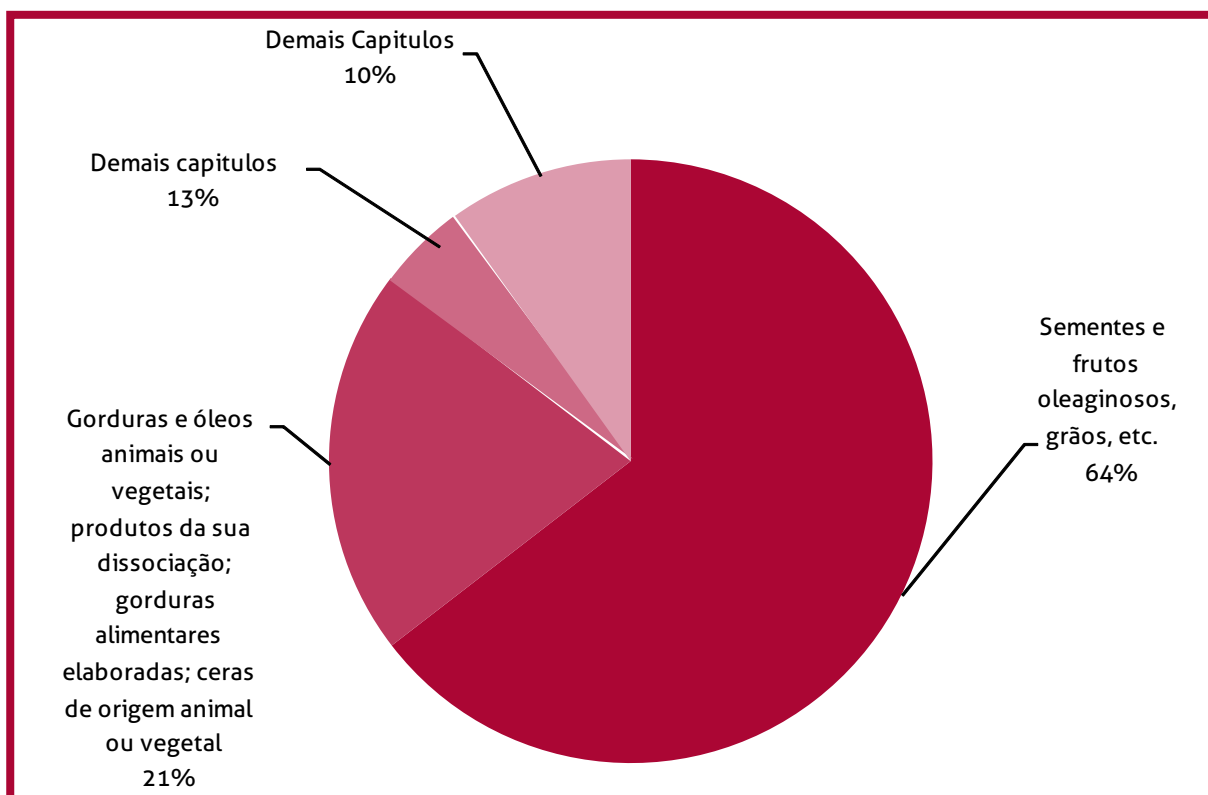


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013.

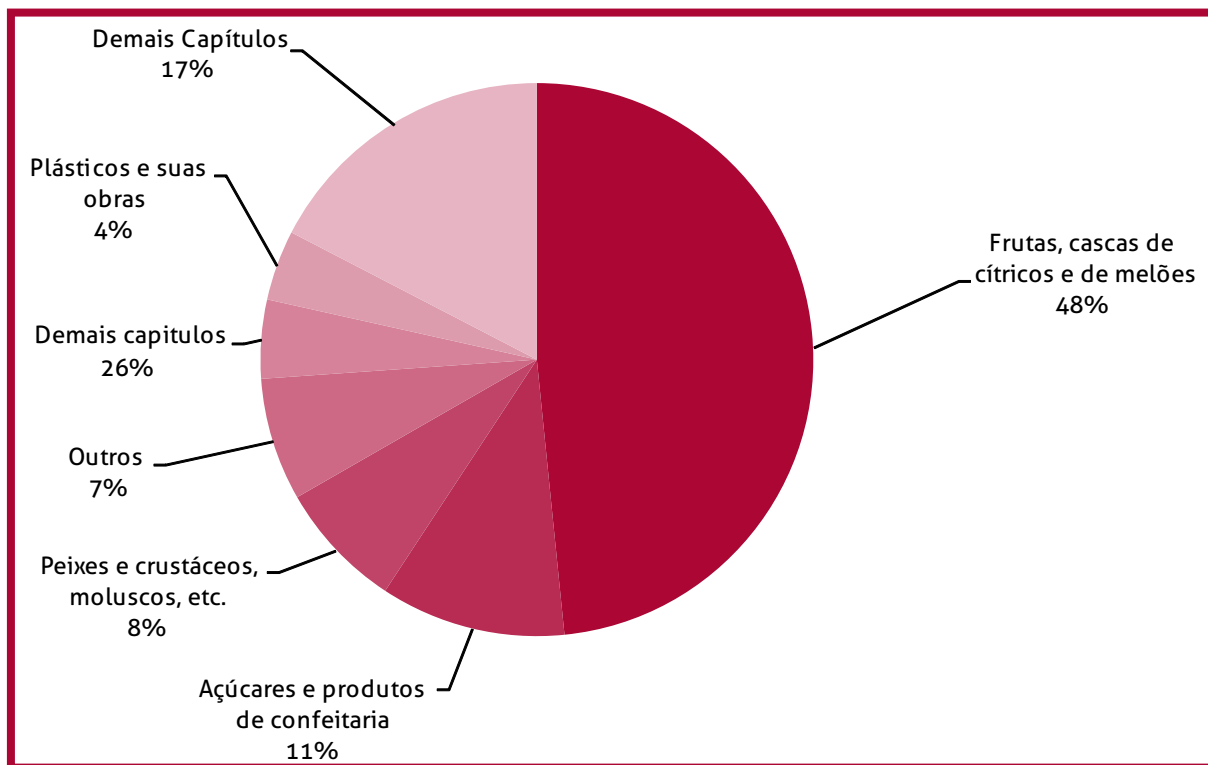


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013.

lhões e importou US\$ 222,3 milhões. As exportações reduziram-se 7,1% em relação a 2011 ao mesmo tempo em que as importações caíram 8,4%.

Frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 126,4 milhões) teve decremento (-7%) das receitas, impactado pela queda nas rendas dos países compradores, a exemplo do que ocorreu com o mesmo capítulo em Pernambuco.

Açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 28,3 milhões) incrementaram suas vendas (39%) mesmo com a queda dos preços no mercado internacional. O valor exportado pelo capítulo peixes, crustáceos, moluscos etc. (US\$ 19,5 milhões) declinou 18% em virtude da queda nas quantidades exportadas.

Os principais países de destino das exportações potiguares foram Estados Unidos (25,6%), Holanda (15%), Espanha (9,6%) e Reino Unido (8,7%).

No que se refere às importações do Estado, observa-se que esta foi 65% de bens intermediários, 31% de bens de capital e 4% de bens de consumo, sendo trigo e misturas de trigo com centeio (US\$ 26,8 milhões) o produto com maior valor importado e a Argentina (18,25%) a maior origem das importações. China (16,9%), Estados Unidos (14,2%) e Espanha (11,5%) também foram grandes vendedores para o Rio Grande do Norte.

Sergipe

Em 2012, Sergipe exportou US\$ 149,0 milhões, 8,4% a mais que em 2011, mas ainda assim, permaneceu com o menor valor exportado por estado nordestino. Neste mesmo intervalo de tempo, suas importações atingiram US\$ 275,0 milhões, declinando 8,9%.

As exportações sergipanas concentraram-se em dois capítulos que apresentaram, respectivamente, crescimentos das vendas de 36% e 8%: preparações de produtos hortícolas, frutas

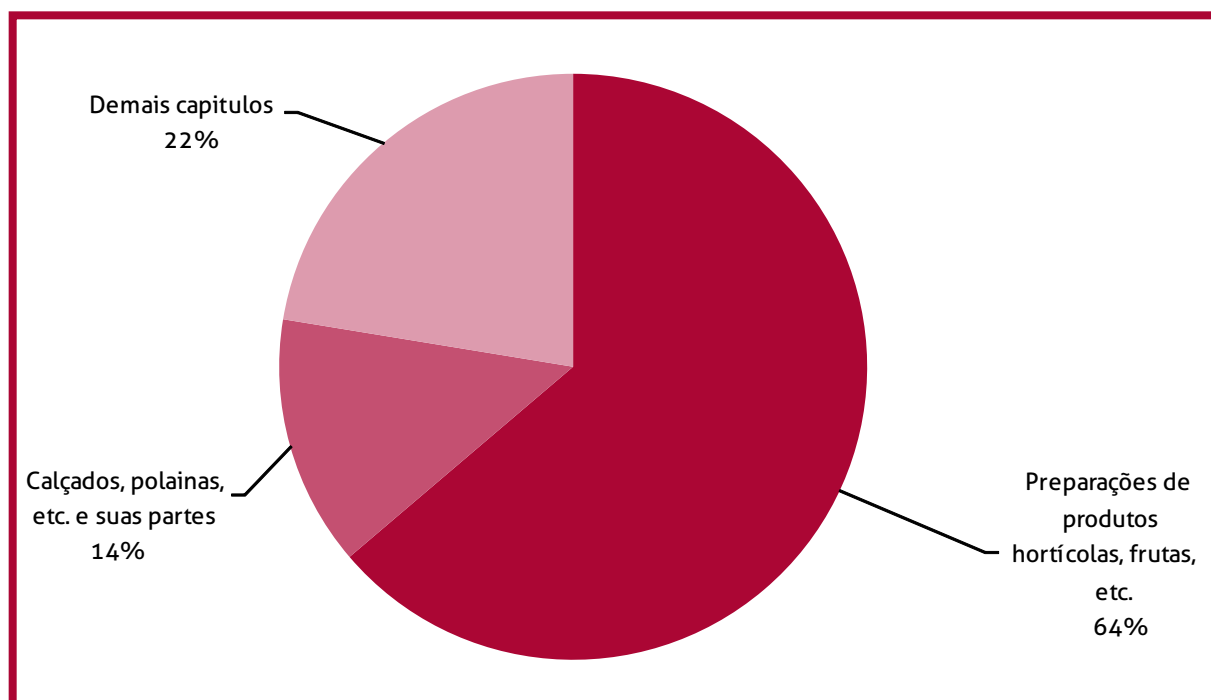


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe – Janeiro/Dezembro de 2012

Fonte: MDIC-Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso: 19/02/2013.

etc. (US\$ 95,0 milhões) e calçados polainas e suas partes (US\$ 20,5 milhões).

O principal produto de exportação do Estado foi suco de laranja congelado não fermentado (US\$ 82,9 milhões) exportado pela Tropicfruit Nordeste S.A. e Marata Sucos do Nordeste Ltda.

As vendas sergipanas foram enviadas predominantemente para a Holanda (34,9%), Suíça (9,6%), Colômbia (6%), Bélgica (6%) e Bahrein (6%).

No que concerne às importações de Sergipe, 65% são de bens intermediários, 30% de bens de capital e 5% de bens de consumo. Trigos e misturas de trigo com centeio também se constitui no principal produto importado (16%), como ocorre com o Estado do Piauí. Estados Unidos (19%), China (18,6%), Uruguai (10,9%) e Argentina (7,1%) são as fontes de origem primordiais das importações do Estado.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Aliceweb. Disponível em: <alicesweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em Fevereiro e Março de 2013.

Exportações de algodão têm queda de 41,4% em janeiro de 2013 frente a dezembro do ano passado. Disponível em: <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2013/02/exportacoes-de-algodao-tem-queda-de-41-4-em-janeiro-de-2013-frente-a-dezembro-do-ano-passado-4045518.html>. Acesso em 06.03.2013.

FIEB – Relatório de Análise Setorial da Indústria Baiana. Disponível em: <http://www.sli-deshare.net/SistemaFIEB/relatorio-de-analise-setorial-da-industria-baiana-edio-05-2012>. Acesso em 06.03.2013.

FIEC. Estudo Setorial Têxtil. Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.fiec.org.br/cin/principal/estatisticas/documents/textil2012.pdf>. Acesso em 06.03.2013.

IMF cuts world economic growth forecast for 2013. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/business/2013/jan/23/imf-cuts-world-economic-growth-forecasts-2013>. Acesso em 01.03.2013.

IPECE. Enfoque Econômico. Janeiro de 2013. Evolução das Exportações Cearenses de Melão. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/enfoque-economico/EnfoqueEconomicoN58_22_01_2013.pdf. Acesso em 06.03.2013.

International Monetary Fund (IMF). World Economic Outlook Update. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/update/01/index.htm>. Acesso em: 01.03.2013.

Key changes since January 14th 2013. Disponível em: <http://gfs.eiu.com/Article.aspx?articleType=gef&articleId=570154041>. Acesso em 01.03.2013.

Ministério da Agricultura define cota de exportação de açúcar de 162 mil toneladas para os EUA. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-10-10/ministerio-da-agricultura-define-cota-de-exportacao-de-acucar-de-162-mil-toneladas-para-os-eua>. Acesso em: 01.03.2013

Safra inicia com preços abaixo dos praticados no ciclo 11/12. Disponível em: <http://www.sindicucar-al.com.br/2012/10/safra-inicia-com-precos-abaixo-dos-praticados-no-ciclo-1112/>. Acesso em 01.03.2013.

Valor Econômico, 01.03.2013. Metais despencam com dúvida sobre demanda chinesa. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3027616/metais-despencam-com-duvida-sobre-demanda-chinesa>. Acesso em 01.03.2013.

Valor Econômico, 06.03.2013. Queda do PIB da zona do euro foi ainda pior em 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/3033408/queda-do-pib-da-zona-do-euro-foi-ainda-pior-em-2012>. Acesso em 06.03.2013.

WTO.Reports on G-20 – Trade and Investments Measures. World Trade Organization (WTO). Disponível em: http://www.wto.org/english/news_e/news12_e/igo_31oct12_e.htm. Acesso em 01.03.2013.

6 – FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 – Arrecadação de ICMS

O Nordeste tem uma participação média de 13% na riqueza gerada pelo País. Os dados oficiais do IBGE mostram que o PIB nordestino representava 13,01% do PIB brasileiro em 2000, e passou a representar 13,46% em 2010. A relação entre as arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Nordeste e Brasil apresenta-se mais favorável para a Região, conforme visualizado no Gráfico 1, indicando possíveis sinais de melhor gestão da arrecadação nos estados.

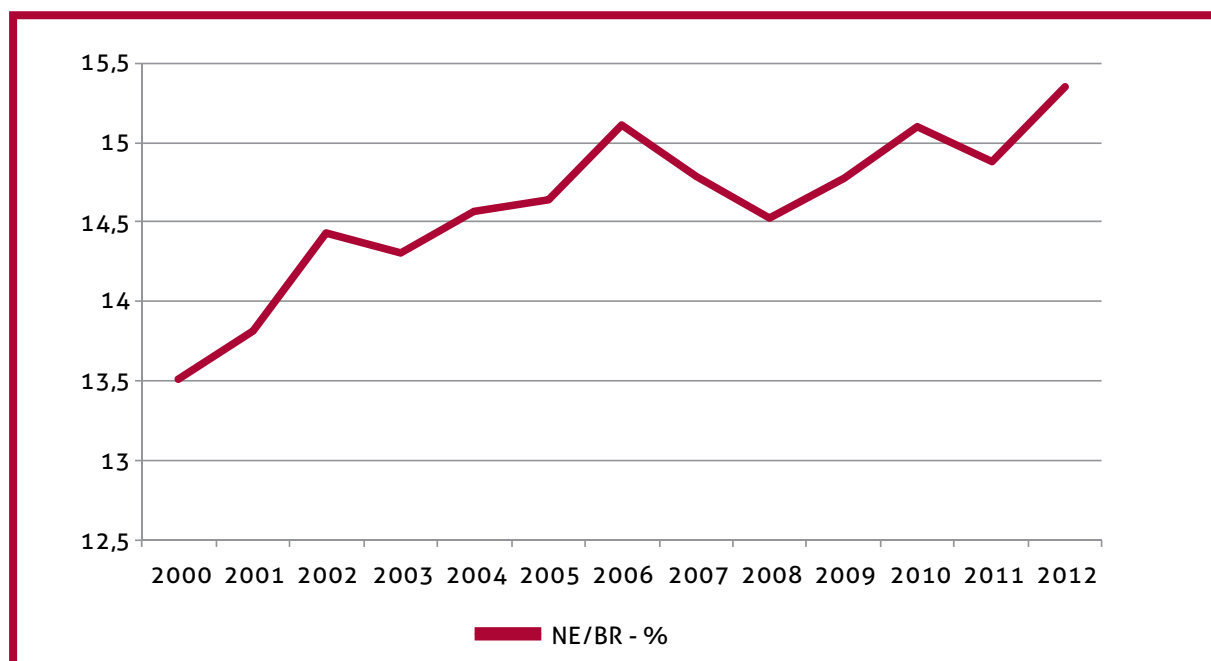


Gráfico 1 – ICMS – Relação Nordeste/Brasil

Fonte: Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação. Elaboração Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Dado a baixa participação no PIB brasileiro e na arrecadação total do ICMS, considerando que a população do Nordeste representa 28% da população total do país, infere-se que ainda existe um alto grau de desigualdade entre as regiões. A lógica atual dos fundos constitucionais, que tenta diminuir este grau de desigualdade, deve continuar a ser privilegiada na repartição dos mesmos, no sentido de promover o equilíbrio socioeconômico entre as regiões. O Congresso trata

atualmente da revisão da repartição do Fundo de Participação dos Estados – FPE, e tramitam projetos de revisão da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, sendo necessário ter cuidado com as regiões mais desfavorecidas. Este fato fica mais claro, quando se analisam as fontes de recursos dos estados e municípios e observa-se o alto grau de dependência das transferências constitucionais nas regiões mais pobres. Ver como evidência a Tabela 1. Cabe destacar a

enorme diferença das participações das regiões Norte e Nordeste com as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 7,2%, em 2012, quando comparado com o ano anterior, conforme apresentado na Tabela 2. A variação real¹ ficou em 1,7%. No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu 5,0% em termos reais ou 10,7% nominais, no mesmo período. Se a relação entre a arrecadação do ICMS do Nordeste e do Brasil é uma aproximação aceitável da relação entre o PIB do Nordeste e do Brasil, espera-se que a Região continue a apresentar um crescimento em seu PIB um pouco maior que o crescimento do PIB brasileiro. As estimativas de BNB Conjuntura Econômica apontam para esse caminho. O ICMS do Nordeste também cresceu acima do montante do Brasil, em

2011, em função do volume de recursos em investimentos em infraestrutura, principalmente, em Pernambuco e Ceará, que continuaram em 2012. Os fatores conjunturais, em 2011, associados à indústria, que induziram a uma expressiva queda observada na produção física industrial nordestina (-4,7%) quando comparada com a redução da produção física industrial do Brasil (-0,3%) foram de certa forma compensados, agora, em 2012, quando a produção física industrial nordestina cresceu 1,43% e a do Brasil sofreu queda de 2,81%. Se é plausível associar o ICMS à parte do PIB consumo (comércio e serviços), dado que a compra de bens de capital e bens intermediários se torna crédito das empresas na composição da arrecadação do imposto, observa-se que o arrefecimento do crescimento do PIB do País está diretamente atrelado a agricultura e indústria.

Tabela 1: Principais Fontes de Recursos dos estados e municípios

Regiões	Participação relativa no total de recursos – Jan.-nov./2012	
	ICMS	Transferências da União
Norte	46,9	53,1
Nordeste	47,4	52,6
Alagoas	37,0	63,0
Bahia	54,8	45,2
Ceará	48,9	51,1
Maranhão	34,7	65,3
Paraíba	39,0	61,0
Pernambuco	58,3	41,7
Piauí	34,8	65,2
Rio Grande do Norte	48,9	51,1
Sergipe	39,3	60,7
Sudeste	85,3	14,7
Sul	75,2	24,8
Centro-Oeste	74,3	25,7

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Os crescimentos significativos das arrecadações do ICMS, acima da média da Região e do País, ocorreram nos estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Piauí, Maranhão e

Ceará, cabendo destacar o crescimento da arrecadação do Rio Grande do Norte (16,1%), Sergipe (15,2%) e Paraíba (15,0%). O crescimento da arrecadação nos estados de Per-

1 O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IPCA no período em análise (índices médios de 2012 e 2011), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

nambuco, Alagoas e Bahia foram os menores da Região, mas Alagoas e Bahia, ainda assim, ficaram acima da média nacional, cabendo ressaltar o baixo crescimento real do estado de Pernambuco, apenas 1,3%, apresentado na Tabela 2.

No crescimento diferenciado de 16,1% na arrecadação do Rio Grande do Norte, no período analisado, cabe destaque o aumento de 45,7% da arrecadação do setor primário,

o qual passou de uma arrecadação de R\$ 508,6 milhões para R\$ 741,3 milhões; e do setor de energia, com 38,2%, cuja arrecadação de 2011 passou de R\$ 243,5 milhões para R\$ 336,5 milhões em 2012.

O crescimento da arrecadação do estado de Sergipe centra-se nas arrecadações do setor secundário, setor de petróleo e dívida ativa com evoluções de 26,7%, 24,9% e 162,3%, respectivamente.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS – R\$ milhões

Estados/ Região	2011	Part. %	2012	Part. %	Var. %	Var. Real % ¹
Alagoas	2.273	0,7	2.454	0,7	8,0	2,4
Bahia	13.231	4,3	14.402	4,4	8,8	3,3
Ceará	6.795	2,2	7.646	2,3	12,5	6,8
Maranhão	3.412	1,1	3.859	1,2	13,1	7,3
Paraíba	2.825	0,9	3.249	1,0	15,0	9,1
Pernambuco	9.926	3,2	10.602	3,2	6,8	1,3
Piauí	2.088	0,7	2.395	0,7	14,7	8,8
Rio Grande do Norte	3.178	1,0	3.691	1,1	16,1	10,2
Sergipe	1.998	0,7	2.301	0,7	15,2	9,3
Nordeste ²	45.727	14,9	50.599	15,4	10,7	5,0
Brasil ²	307.397	100,0	329.550	100,0	7,2	1,7

Fonte: Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação, dados atualizados em 20/02/13. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. 1. Índice de inflação utilizado, IPCA médio de 2011 e 2012. 2. Alguns valores foram estimados para os Estados da Bahia, Acre, Pará, Rondônia, Roraima, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

O aumento da arrecadação no Estado da Paraíba deve-se, principalmente, à evolução da arrecadação das áreas de petróleo (17,3%), dívida ativa (90,6%) e outras fontes. A dívida ativa do ICMS teve um crescimento surpreendente, dado que em 2011 o valor foi zero de arrecadação e, em 2012, a arrecadação nesta fonte foi de R\$ 44, 3 milhões.

Os destaques da arrecadação no Piauí são Petróleo (aumento de R\$ 98,7 milhões, variação de 17,2%) e Energia (aumento de R\$ 49,8 milhões, variação de 22,8%).

Destaques no Maranhão são energia (aumento de R\$ 75,1 milhões, variação de 27,4%) e outras fontes (aumento de R\$ 65,3

milhões e variação de 55,8%); do Ceará são setor terciário (aumento de R\$ 388,6 milhões, variação de 12,8%) e petróleo (aumento R\$ 247,6 milhões, variação de 19,2%).

A menor evolução da arrecadação, no Estado de Pernambuco, 6,8%, se deveu, principalmente, ao baixo crescimento da arrecadação do setor terciário, 6,2%, e representa 59,2% do total do Estado e, também, à queda de arrecadação da dívida ativa, -36,1% (-R\$ 14,8 milhões) e outras fontes, -36,1% (-R\$ 32,4 milhões).

A segunda menor arrecadação na Região, Alagoas, com um crescimento de 8,0%, se deve à baixa arrecadação do setor terciário,

6,1% e que representa 53,4% da arrecadação do Estado e do setor de petróleo, 3,9% e que detém 13,0% do total.

O problema da baixa arrecadação da Bahia, comparada aos outros estados, se deu em função dos setores de petróleo, aumento na arrecadação de apenas 3,6%, que representa 19,6% do total da arrecadação, e outras fontes de receita, com uma queda de R\$ 385 milhões (-30,7%).

Os estados abrem novas frentes de disputa do ICMS, uma delas é causada pelo crescimento nas vendas por meio eletrônico. Em 2001, o comércio *on-line* faturava R\$ 540 milhões. No ano passado, essa cifra subiu para R\$ 18,7 bilhões. Hoje, o estado de origem da mercadoria fica com a totalidade do ICMS devido. No entanto, a partir de 2011, alguns es-

tados passaram a cobrar o ICMS nas compras pela internet e por *telemarketing*, conforme o Protocolo ICMS nº 21, assinado por todos os estados nordestinos. Eles alegam que a maioria dos centros de produção e distribuição de mercadorias industrializadas está localizada nas regiões Sul e Sudeste e, portanto, perdem arrecadação. O procurador-geral da República ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Protocolo ICMS nº 21. Tramita no Congresso projeto de emenda constitucional que autoriza a cobrança de ICMS sobre o comércio eletrônico, já aprovado no Senado, que divide o ICMS entre os estados de origem e de destino quando o comprador for consumidor final e não empresa. A aprovação da emenda arrefeceria os ânimos estaduais.

6.2 – Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação². A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os critérios para a distribuição do FPE entre os estados foram definidos por uma lei complementar (LC nº 62) de 1989, em que 85% do total foram para as regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Os coeficientes estaduais foram determinados através de combinações de critérios, que utilizam o território de cada

estado, sua população e o inverso da renda *per capita*. Ocorreram mudanças expressivas na distribuição da renda *per capita* entre os estados, entre 1989 e 2011, especialmente para a região Centro-Oeste.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a manutenção dos coeficientes de distribuição fixos para o FPE, dado que seis governos estaduais (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) moveram ações questionando os critérios de distribuição, e exigiu a sanção de uma nova fórmula de distribuição dinâmica no início de 2013. Houve uma prorrogação do prazo para mais 150 dias; quer dizer, o novo prazo máximo para votação expira em maio de 2013. A reforma terá que cumprir dois critérios especificados na decisão do STF, ou seja, deve ser equali-

² Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

zadora e capaz de adaptar-se dinamicamente às condições dos estados. Cabe salientar que qualquer mudança da fórmula de distribuição horizontal do FPE será de tal maneira que os ganhos por parte de alguns estados terão que ser compensados por perdas de outros. Com isso, a reforma deve prever tempo suficiente para que os estados prejudicados possam ajustar suas finanças às perdas. Atualmente, existem oito propostas sobre o tema que tramitam em conjunto. A presidência do Senado afirma que se pode votar ainda em março do corrente ano.

A Tabela 3 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 3,1%, no período analisa-

do, janeiro – dezembro de 2012, com relação ao mesmo período de 2011. Em termos reais, observa-se uma queda de -2,2%³, desempenho totalmente destoante do crescimento observado no ICMS Nordeste. Como os fundos constitucionais têm como base o Imposto de Renda e o IPI, impostos que são mais impactados pelas atividades da agricultura e da indústria, que tiveram queda de produção em 2012, o resultado está mais associado ao crescimento do PIB brasileiro de 0,9%. A previsão do Tesouro Nacional, para 2013, sinaliza um crescimento de 11,1% do total da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Brasil, com relação a 2012, no valor de R\$ 55,1 bilhões.

Tabela 3 – FPE – Fundos de Participação dos Estados – R\$ Milhões¹

Estados /Região	2011	2012	Participação (%)	Progamação 2013 ²
Alagoas	2.000	2.062	4,2	2.291
Bahia	4.517	4.657	9,4	5.174
Ceará	3.527	3.636	7,3	4.040
Maranhão	3.470	3.578	7,2	3.975
Paraíba	2.302	2.374	4,8	2.637
Pernambuco	3.317	3.420	6,9	3.799
Piauí	2.077	2.142	4,3	2.379
Rio Grande do Norte	2.008	2.071	4,2	2.300
Sergipe	1.997	2.060	4,2	2.288
Nordeste	25.215	25.999	52,5	28.883
Brasil	48.070	49.564	100,0	55.062

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração : Equipe BNB/ETENE/CEIS Conjuntura Econômica. Notas: 1. Valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB. 2. Valores estimados pelo Tesouro para 2013.

Sobre as transferências do FPM, há de se observar que o seu crescimento nominal, para a região Nordeste, é praticamente igual ao do FPE, 3,2% para 3,1%, respectivamente, conforme indicado na Tabela 4. Alguns estados têm variações distintas, como a Bahia com 2,2%, Piauí, 6,0% e Sergipe, 5,8%. Dentre os fatores que prejudicam a uniformidade das variações do FPM destacam-se as mudanças nos coeficientes de distribuição do FPM de um ano para

o outro, bem como, eventuais bloqueios de repasses decorrentes da maior vulnerabilidade dos municípios a não observância das contrapartidas das transferências. Quanto à programação para 2013, a expectativa é de crescimento de 11,1%, com relação a 2012, para o Brasil, e 10,3% para a região Nordeste. Vale destacar o crescimento diferenciado em alguns estados: Ceará, 5,9%; Pernambuco, 9,2% e todos os outros estados, em torno dos 11,3%.

³ Como deflator foi utilizado o IPCA, índice médio de 2011 e 2012.

Tabela 4 – FPM – Fundos de Participação dos Municípios – R\$ Milhões¹

Estados/ Regiões	2011	2012	Participação (%)		Variação % 2012/2011	Progamação 2013 ²
			2011	2012		
Alagoas	1.263	1.303	2,4	2,4	3,2	1.451
Bahia	4.871	4.979	9,2	9,1	2,2	5.557
Ceará	2.769	2.856	5,2	5,2	3,1	3.025
Maranhão	2.209	2.277	4,2	4,2	3,1	2.532
Paraíba	1.715	1.769	3,2	3,2	3,1	1.968
Pernambuco	2.663	2.746	5,0	5,0	3,1	3.000
Piauí	1.370	1.451	2,6	2,7	6,0	1.616
Rio Grande do Norte	1.337	1.379	2,5	2,5	3,1	1.534
Sergipe	772	817	1,5	1,5	5,8	909
Nordeste	18.969	19.576	35,7	35,8	3,2	21.591
Brasil	53.097	54.747	100,0	100,0	3,1	60.825

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Equipe BNB/ETENE/CEIS Conjuntura Econômica. Notas: 1. Valores já estão descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB. 2. Valores estimados pelo Tesouro para 2013.

A Tabela 5 ilustra que as atualizações dos parâmetros do cálculo do FPM do exercício 2011 para 2012 foram favoráveis para algumas capitais do Nordeste, à exceção de Salvador, com variação negativa de 7,0%. A variação média, para as capitais do Nordeste, foi da ordem de 3,8%, um pouco acima da variação do FPM e do FPE, mais ainda mui-

to distante da variação observada no ICMS. Vale atentar para o crescimento no FPM para os estados do Piauí e Sergipe e suas capitais, com as maiores elevações: Piauí, 6,0% e 19,4%, respectivamente; e Sergipe, 5,8 e 16,3%, respectivamente. O Estado da Bahia e sua capital apresentaram as menores variações, 2,2% e -7,0%, respectivamente.

Tabela 5 – FPM – Fundos de Participação dos Municípios – Capitais do Nordeste – R\$ Milhões

Estados/ Regiões	2011	2012	Participação (%)		Variação % 2012/2011	Progamação 2013 ²
			2011	2012		
Alagoas	278	288	5,2	5,3	3,4	323
Bahia	445	414	8,4	7,6	-7,0	465
Ceará	556	575	10,5	10,5	3,4	517
Maranhão	278	288	5,2	5,3	3,4	323
Paraíba	223	230	4,2	4,2	3,4	258
Pernambuco	312	322	5,9	5,9	3,4	325
Piauí	241	288	4,5	5,3	19,4	323
Rio Grande do Norte	178	184	3,4	3,4	3,4	207
Sergipe	142	166	2,7	3,0	16,3	186
Nordeste	2.653	2.753	50,0	50,3	3,8	2.926
Brasil	5.310	5.475	100,0	100,0	3,1	6.082

Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: Equipe BNB/ETENE/CEIS Conjuntura Econômica. Notas: 1. Valores em milhões e já descontados da parcela de 20% destinada ao FUNDEB. 2. Valores estimados pelo Tesouro para 2013.

6.3 – Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias da União para os entes federados, no ano de 2012, foram de R\$ 11,9 bilhões, conforme mostra a Tabela 6. Os estados nordestinos captaram 38,7% dessas transferências, no valor de R\$ 4,6 bilhões. As transferências para a Região cresceram 22,8%, comparando com o ano de 2011. Foi a terceira região em crescimento, ficando atrás do Centro-Oeste que evoluiu 44,8% no período em análise, e da região Norte, que cresceu 41,7%. Detalhando esta variação para o Nordeste, observa-se que as

transferências para os municípios, comparadas com as transferências para os estados, foram as que mais cresceram, 29,9% e 9,8%, respectivamente. É interessante observar que as transferências para os estados em 2012, comparadas a 2011, exibem um intervalo muito grande. Enquanto que as transferências para Sergipe e Alagoas tiveram um crescimento de 105,3% e 74,2%, respectivamente, as transferências para o Ceará e Pernambuco caíram 45,1% e 26,7%, respectivamente.

Tabela 6 – Transferências Voluntárias da União – R\$ Milhões

Regiões	Municípios		UF's		Total das Transferências				Varição
	2011 (A)	2012 (A)	2011 (B)	2012 (B)	2011 (A+B)	Part %	2012(A+B)	Part%	2012/2011 (%)
Nordeste	2.421	3.145	1.328	1.459	3.749	37,9	4.604	38,7	22,8
Alagoas	133	177	75	131	208	2,1	309	2,6	48,1
Bahia	614	774	351	349	965	9,8	1.123	9,4	16,4
Ceará	429	561	219	120	648	6,6	681	5,7	5,1
Maranhão	340	462	82	111	422	4,3	573	4,8	35,8
Paraíba	191	241	108	180	298	3,0	420	3,5	41,0
Pernambuco	345	427	300	220	644	6,5	647	5,4	0,4
Piauí	150	206	90	162	241	2,4	368	3,1	53,1
Rio Grande do Norte	144	193	70	116	214	2,2	309	2,6	44,5
Sergipe	75	104	34	70	109	1,1	174	1,5	59,3
Norte	659	829	400	671	1.059	10,7	1.500	12,6	41,7
Sul	841	897	510	706	1.350	13,7	1.603	13,5	18,7
Sudeste	1.848	2.079	1.149	1.064	2.997	30,3	3.143	26,4	4,9
Centro - Oeste	413	451	315	603	728	7,4	1.054	8,9	44,8
Brasil	6.182	7.401	3.701	4.503	9.883	100,0	11.904	100,0	20,5

Fonte: BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste, no ano de 2012, estão nos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eles realizaram 89,5% do total das transferências, conforme os dados apresentados na Tabela 7.

Os principais programas utilizados pelos ministérios para efetivar as transferências voluntárias são: Educação Básica; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas); Desenvolvimento Produtivo; Bolsa Família; Resposta aos Desastres e Reconstrução; e Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Tabela 7 – Fluxos de Transferências Voluntárias dos Principais Ministérios – 2012 – R\$ Milhões

Região/ Estados	Educação		Des. Social e Combate a Fome		Outros Ministérios		Total das Transferências
	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	Valor	Part. Relativa	
Nordeste	2.951	64,1	1.169	25,4	279	10,5	4.604
Alagoas	148	47,8	80	25,9	22	26,3	309
Bahia	759	67,6	253	22,5	72	9,8	1.123
Ceará	451	66,2	164	24,1	30	9,7	681
Maranhão	368	64,2	157	27,3	34	8,5	573
Paraíba	261	62,2	110	26,2	30	11,6	420
Pernambuco	403	62,2	194	30,0	37	7,8	647
Piauí	248	67,5	85	23,0	24	9,6	368
Rio Grande do Norte	200	64,7	85	27,6	17	7,7	309
Sergipe	114	65,3	42	23,9	14	10,8	174

Fonte: BRASIL, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica. A participação é na Região ou Estado.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. Boletim do ICMS. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: fev. 2012a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso: fev. 2012b.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp>. Acesso: fev. 2012c.

7 – INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹, no fim de dezembro do ano passado, alcançou R\$ 2.359,6 bilhões, registrando-se um crescimento de 16,2% sobre igual posição de 2011, segundo informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (2013c), valendo lembrar que, em 2010 e 2011, essas taxas foram de 20,6% e 19,0%, respectivamente. Segundo a referida fonte, o menor ritmo de crescimento do crédito no ano passado, a despeito da trajetória declinante das taxas de juros e dos *spreads* bancários e da estabilização dos índices de inadimplência, mostrou-se consistente com o arrefecimento da atividade econômica e seus impactos sobre as expectativas de empresários e consumidores.

Não obstante, a participação do estoque de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) continua apresentando uma trajetória ascendente, passando de 49,0%, em dezembro de 2011, para 53,5%, em dezembro último. Vale lembrar que, numa perspectiva temporal mais ampla, o referido índice, em dezembro de 2005, era de 28,1%. Ressalte-se que no período de apenas sete anos, essa participação quase que dobrou, refletindo o vigoroso crescimento da intermediação financeira do País.

A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada pelo crescimento das operações realizadas com recursos direcionados (lastreados em recursos compulsórios ou governamentais), que apresentou cres-

cimento da ordem de 48,2% nos últimos vinte e quatro meses, enquanto que os saldos dos recursos livres registrou aumento de 33,1% no mesmo período, influenciado pelos incrementos registrados pelas operações realizadas com pessoas físicas (29,3%) e pessoas jurídicas (36,9%).

Assim, o saldo das operações de crédito realizadas com recursos direcionados atingiu R\$ 873,7 bilhões, no fim de dezembro, representando 37,0% do estoque total. Nesse grupo, vale destacar os financiamentos habitacionais, que cresceram 38,2% no ano de 2012, impulsionados pelos desembolsos do Programa Minha Casa Minha Vida, aliás, a linha de crédito que mais tem crescido nos últimos dois anos.

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. No fim de novembro de 2012, o estoque das operações de crédito do Sistema Bancário representava 86,6% do total do Sistema Financeiro Nacional.

Tabela 1 – BRASIL – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – Dezembro de 2011 e 2012 – R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Dezembro		Variação	Participação	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2011	2012	Nominal	Dez/12, %	dez/11	dez/12
1. Usos dos Recursos	2.029.844	2.359.633	16,2	100,0	49,0	53,5
1.1. Setor Público	81.667	118.833	45,5	5,0	2,0	2,7
Gov. Federal	41.383	63.270	52,9	2,7	1,0	1,4
Gov. Est. e Mun.	40.284	55.563	37,9	2,4	1,0	1,3
1.2. Setor Privado	1.948.177	2.240.800	15,0	100,0	47,0	50,8
Indústria	418.072	461.997	10,5	20,6	10,1	10,5
Habituação	200.494	277.047	38,2	12,4	4,8	6,3
Rural	141.134	171.301	21,4	7,6	3,4	3,9
Comércio	208.440	227.212	9,0	10,1	5,0	5,2
Pessoas Físicas	632.820	698.504	10,4	31,2	15,3	15,8
Outros Serviços	347.217	404.739	16,6	18,1	8,4	9,2
2. Fontes dos Recursos	2.029.844	2.359.633	16,2	100,0	49,0	53,5
2.1. Livres	1.304.607	1.485.866	13,9	63,0	31,5	33,7
2.2. Direcionados ⁽²⁾	725.237	873.767	20,5	37,0	17,5	19,8
BNDES ⁽³⁾	419.823	471.757	12,4	20,0	10,1	10,7
Outros	305.414	402.010	31,6	17,0	7,4	9,1
3. Controle de Capital	2.029.844	2.359.633	16,2	100,0	49,0	53,5
3.1. Inst. Públicas Nacionais	883.564	1.124.023	27,2	47,6	21,3	25,5
3.2. Inst. Privadas Nacionais	794.957	850.564	7,0	36,0	19,2	19,3
3.3 Instituições Estrangeiras	351.323	385.046	9,6	16,3	8,5	8,7

Fonte: Banco Central do Brasil - Economia e Finanças, 2013c.

⁽¹⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

⁽²⁾ Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

⁽³⁾ Inclui operações diretas e os repasses da FINAME para outras instituições financeiras.

De outra parte, o estoque das operações de crédito realizadas com recursos livres alcançou R\$ 1.485,8 bilhões, registrando-se no período analisado um incremento de 13,9%. Embora ainda representando a maior parcela do estoque de crédito (63,0%), as operações com recursos livres vêm apresentando uma nítida tendência decrescente de participação, em virtude de sua menor taxa de crescimento, observada nos últimos anos.

Ainda de acordo com o Banco Central, a taxa média anual de juros das modalidades

que compõem o crédito referencial atingiu 28,1% em dezembro, com reduções de 0,8% no mês e de 9,0% em doze meses. As taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas alcançaram, nessa ordem, 34,6% e 20,6%, assinalando recuos respectivos de 0,2% e 1,1% em relação a novembro, e de 9,2% e 7,6% na comparação com dezembro de 2011.

Sob o aspecto do controle de capital, as instituições financeiras públicas, que já possuem a maior parcela do crédito (47,6%),

também apresentaram o maior incremento de suas operações (27,2%), superando a expansão registrada pelas instituições estrangeiras (9,6%) e pela banca privada nacional (7,0%).

Embora tenha ocorrido expansão do crédito nos 12 meses terminados em dezembro último, a taxa de inadimplência (proporção das operações com atraso superior a 90 dias sobre o total do crédito) das operações de crédito do sistema financeiro (recursos livres e direcionados) permaneceu constante, no patamar de 3,1%. Contudo, esse resultado deveu-se exclusivamente à ligeira redução da taxa de inadimplência apresentada pelos bancos oficiais (de 2,0%, para 1,9%), frente ao aumento da taxa de inadimplência dos bancos estrangeiros (de 5,1%, para 5,8%) e dos bancos privados (de 4,8% para 5,0%).

A taxa de inadimplência das operações de crédito com recursos livres recuou levemente, registrando 5,8% em dezembro, porém

ainda se mantém elevada em níveis históricos, com destaque para a inadimplência do segmento de pessoa física (7,9%), enquanto que a inadimplência do segmento de pessoa jurídica, por sua vez, se manteve em 4,0% em dezembro, registrando o mesmo patamar do início do ano.

Dessa forma, o crédito total cresceu em ritmo moderado, refletindo o nível de endividamento e de comprometimento de renda das famílias, a expansão moderada da atividade econômica no ano passado e os critérios mais restritivos adotados pelos bancos na concessão de novos empréstimos.

Em resumo, há uma expectativa que a demanda por crédito continue aquecida, tendo em vista as projeções da retomada da atividade econômica em 2013, aliada ao mercado de trabalho ainda aquecido e uma relativa estabilidade das taxas de juros e *spreads*, resultando na manutenção da capacidade de pagamento das famílias e das empresas.

7.2 – Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

No fim de novembro do ano passado, o saldo das operações de crédito realizadas pelo Sistema Financeiro Nordestino² alcançou R\$ 292,6 bilhões, ocorrendo um aumento de 16,6% sobre igual posição em 2011, segundo informações fornecidas pelo Banco Central (2013b). Depois de mais de dois anos, esse é o primeiro mês onde esse crescimento no Nordeste foi superado, perdendo a primeira colocação para o incremento observado no Centro-Oeste (20,3%).

Na verdade, até outubro do ano passado, a expansão das operações de crédito do Nordeste vinha superando a de todas as demais regiões do País. Em novembro, houve um arrefecimento, provocado por um menor aumento das operações de crédito realizadas pelas pessoas físicas (18,3%), comparativamente à média dessa categoria (30,0%), registrada nos meses anteriores. O incremento ocorrido para as operações com pessoas jurídicas foi de 14,8%, mantendo-se

2 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

no entorno da média para essa modalidade. Como informação adicional, na passagem de outubro para novembro do ano passado, o crescimento do saldo das operações de crédito das empresas (3,1%) foi quase o dobro da expansão verificada para pessoas físicas

(1,9%). Em termos de participação, o estoque de crédito no Nordeste apresentou, em novembro último, uma leve predominância para o consumo (52,1%), sobre a produção (47,9%), estrutura que vem se repetindo há mais de dois anos.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro¹ e Qualidade do Crédito Posições no Fim de Novembro de 2011 e 2012

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Varia. Nomi. (b) / (a) em %	Partic. % nov/12	Índice de Inadimplência ² - Nov/12 (%)		
	Novembro	Novembro			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
	2011 (a)	2012 (b)					
Maranhão	21.106	25.793	22,2	8,8	6,3	2,5	4,8
Piauí	10.388	11.845	14,0	4,0	5,4	2,3	4,3
Ceará	37.705	42.147	11,8	14,4	5,7	2,9	4,3
R.G. Norte	15.824	19.586	23,8	6,7	5,1	2,9	4,2
Paraíba	14.553	17.175	18,0	5,9	5,5	3,5	4,8
Pernambuco	57.470	65.465	13,9	22,4	5,5	1,3	3,0
Alagoas	13.038	14.812	13,6	5,1	5,9	3,0	4,9
Sergipe	10.841	12.896	19,0	4,4	4,4	2,1	3,5
Bahia	70.007	82.907	18,4	28,3	5,5	2,7	4,1
NORDESTE	250.932	292.626	16,6	13,2	5,5	2,4	4,0
NORTE	74.515	86.867	16,6	3,9	5,3	3,2	4,4
CENTRO-OESTE	173.239	208.354	20,3	9,4	4,1	2,3	3,4
SUDESTE	1.064.546	1.223.829	15,0	55,1	4,8	2,0	3,1
SUL	348.253	409.100	17,5	18,4	3,7	2,8	3,2
TOTAL REGIÕES³	1.911.485	2.220.776	16,2	100,0	4,6	2,3	3,3

Fonte: BACEN - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - 2013b.

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias, sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no fim de novembro/2012, a 96,4% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

A taxa de inadimplência (proporção das operações de crédito com atraso superior a 90 dias em relação ao total dos créditos) apresentou uma leve subida, passando de 3,9%, em novembro de 2011, para 4,0%, em novembro último. A propósito, a taxa de inadimplência das operações com pessoas físicas na Região (5,5%) foi mais que o dobro do índice obtido nas operações com as empresas (2,4%), reproduzindo assim a proporção exibida em nível nacional.

Entre os estados, o maior incremento no saldo das operações de crédito ocorreu no Rio Grande do Norte (23,8%), seguido pelo Maranhão (22,2%), por Sergipe (19,0%) e pela Bahia (18,4%). A menor expansão foi verificada no Ceará (11,8%). Em termos de taxa de inadimplência, o maior índice foi registrado em Alagoas (4,9%), enquanto o menor verificou-se em Pernambuco (3,0%).

7.2.1 – Empréstimos/Financiamentos Realizados pelo BNDES/FINAME

No ano passado, os empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES no Nordeste alcançaram R\$ 19,2 bilhões, ocorrendo uma redução de 8,6%, comparativamente aos números observados em 2011, havendo também diminuições no Sul (- 17,3%) e no Norte (- 12,6%). Em nível nacional, contudo, registrou-se uma ampliação de 12,1%, de acordo com informações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2013a).

Do referido montante, a maior parcela (70,1%) foi representada por operações realizadas diretamente pelo BNDES, ficando a parcela restante (29,9%) repassada a

outras instituições financeiras, via operações Finame, com ambas as modalidades registrando reduções. Entre os estados, as maiores reduções ocorreram em Alagoas (-47,8%), Pernambuco (-39,1%), Paraíba (-27,4%) e Ceará (-13,2%). Entretanto, houve aumentos no Rio Grande do Norte (69,5%), Maranhão (58,2%) e Piauí (29,6%).

Na Região, o declínio nas aplicações diretas do BNDES foi bastante influenciado pelas reduções ocorridas nas operações realizadas junto aos setores rural (-86,5%) e industrial (-40,6%). Em termos de porte do tomador, houve declínios para as médias (-24,8%), grandes (-4,5%) e microempresas (-1,2%).

Tabela 3 – BNDES + FINAME – Empréstimos/Financiamentos Efetivamente Concedidos – Estados do Nordeste e Regiões do Brasil – Janeiro a Dezembro de 2012

Estados/Regiões	R\$ milhões Programado 2012 (a)	Realizado (b)	Realizado/ Programado b/a, em %	Varição % (c)	Participação % Realizado (d)
Maranhão	1.731,7	3.080,8	177,9	58,2	16,1
Piauí	459,6	655,8	142,7	29,6	3,4
Ceará	4.187,0	2.722,5	65,0	-13,2	14,2
Rio Grande do Norte	998,4	2.594,9	259,9	69,5	13,5
Paraíba	470,7	543,3	115,4	-27,4	2,8
Pernambuco	5.781,9	3.370,2	58,3	-39,1	17,6
Alagoas	944,1	584,0	61,9	-47,8	3,0
Sergipe	675,2	554,3	82,1	-12,5	2,9
Bahia	5.204,9	5.071,8	97,4	-12,9	26,4
NORDESTE	20.453,5	19.177,5	93,8	-8,6	8,1
NORTE	14.536,3	12.719,3	87,5	-12,6	5,4
SUDESTE	149.992,0	159.789,5	106,5	26,6	67,3
SUL	31.938,7	30.894,1	96,7	-17,3	13,0
CENTO-OESTE	12.027,7	14.908,6	124,0	16,8	6,3
BRASIL	228.948,2	237.489,1	103,7	12,1	100,0

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - 2013a.

(c) Variação observada no período jan-dez/12, em relação ao mesmo período de 2011.

(d) Participação do realizado no período jan-dez/12.

Somente as pequenas empresas foram contempladas com aumentos nas operações diretas do BNDES (2,9%).

Vale registrar, ainda, que o Nordeste continua numa posição desvantajosa. No ano

passado, os desembolsos realizados na Região alcançaram 8,1% do total, índice abaixo da meta estabelecida pelo BNDES (13,0%), correspondente à participação média do Nordeste no PIB brasileiro, entre 1985 a 2007.

7.3 – Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No fim de novembro, o saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino³ atingiu R\$ 165,5 bilhões, representando um incremento de 8,4% sobre

igual posição de 2011, um pouco abaixo da expansão registrada em nível nacional (9,1%), de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central (2013e).

Tabela 4 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) – Novembro de 2012 e 2011 – R\$ Milhões

Discriminação/ Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Novembro de 2011	46.414	40.633	7.827	8.607	2.161	97.815	54.800	152.615
Novembro de 2012	52.453	46.399	8.514	9.475	2.180	110.507	54.964	165.471
Varição nominal, em %	13,0	14,2	8,8	10,1	0,9	13,0	0,3	8,4
Participação nov/12, em %	31,7	28,0	5,1	5,7	1,3	66,8	33,2	100,0
Operações de Crédito								
Novembro de 2011	36.077	35.714	8.304	10.404	1.633	83.828	37.492	121.320
Novembro de 2012	44.475	51.406	8.325	11.208	1.852	108.941	37.817	146.758
Varição nominal, em %	23,3	43,9	0,3	7,7	13,4	30,0	0,9	21,0
Participação julho/12, em %	30,3	35,0	5,7	7,6	1,3	74,2	25,8	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil/SISBACEN, 2013e.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

3 O Sistema Bancário Nordestino aqui considerado é constituído pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal e representa um subconjunto do Sistema Financeiro Nordestino, comentado no tópico anterior.

Na Região, o aumento na captação de depósitos entre os bancos públicos (13,0%) superou com larga margem a expansão registrada pelos bancos privados (0,3%), resultado que vem se repetindo há mais de dois anos. Em termos de participação, os bancos oficiais respondem por dois terços da captação de depósitos no Nordeste, ficando o terço restante com a banca privada. Em nível nacional essa distribuição é exatamente oposta.

No âmbito dos bancos públicos, o maior aumento na captação de depósitos ocorreu na Caixa Econômica Federal (14,2%), seguida pelo Banco do Brasil (13,0%) e pelo Banco do Nordeste (8,8%). Entre os estados, os maiores incrementos dessa modalidade ocorreram no Piauí (17,3%), no Maranhão (13,1%), na Paraíba (12,6%) e na Bahia (12,4%). A menor expansão foi verificada no Ceará (4,6%).

Tabela 5 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição no Fim de Novembro de 2012 – Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	Nov-12/Nov-11	Est/NE, Nov/12	Nov-12/Nov-11	Est/NE,Nov/12
Maranhão	13,1	5,8	27,8	7,2
Piauí	17,3	3,5	19,9	4,7
Ceará	4,6	21,5	23,7	14,7
Rio Grande do Norte	11,8	5,1	23,4	6,6
Paraíba	12,6	5,7	26,5	6,4
Pernambuco	3,5	23,5	19,3	23,2
Alagoas	10,6	4,2	30,9	5,0
Sergipe	9,4	4,6	25,3	5,0
Bahia	12,4	26,1	15,5	27,2
NORDESTE ¹	8,4	100,0	21,0	100,0
BRASIL	9,1	...	17,0	...

Fonte: Banco Central do Brasil/SISBACEN, 2013e.

¹ No Nordeste, no fim de novembro de 2012, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 165,5 bilhões e as operações de crédito R\$ 146,8 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

De outra parte, o estoque das operações de crédito realizadas no Nordeste, no fim de novembro do ano passado, alcançou R\$ 146,8 bilhões⁴, registrando-se um aumento de 21,0% sobre igual posição de 2011. Do referido montante, um pouco mais da metade (51,1%) era representada por operações

de curto prazo, na forma de empréstimos e títulos descontados. No grupo das operações de médio e longo prazos, cabe destacar a participação dos financiamentos imobiliários (23,6%), dos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (7,6%) e à agropecuária (4,7%).

⁴ Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 50,2% do total do Sistema Financeiro Regional, enquanto em nível nacional essa mesma proporção era de 88,7%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito da Região e que, por definição, não estão agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do Sistema Bancário Nordestino dentro do Sistema Financeiro do Nordeste passaria para 80,1%.

Da mesma forma como ocorreu com a captação de depósitos, a expansão das operações de crédito do sistema bancário nordestino foi também liderada pelo incremento dos negócios dos bancos públicos (30,0%), ao tempo em que as operações de crédito da banca privada ficaram praticamente estagnadas no período considerado (0,9%). Entre os bancos oficiais, o maior aumento nas operações de crédito foi registrado pela Caixa Econômica Federal (43,9%), bastante influenciado pelos financiamentos imobiliários, seguido

pelo Banco do Brasil (23,3%) e pelos bancos estaduais (13,4%). Em termos de participação, os bancos públicos foram responsáveis por quase três quartos do estoque das operações de crédito da Região, ficando o quarto restante com os bancos privados.

Em nível de estado, os maiores aumentos no saldo das operações de crédito ocorreram em Alagoas (30,9%), Maranhão (27,8%), Paraíba (26,5%) e Sergipe (25,3%). A menor expansão foi registrada na Bahia (15,5%).

7.4 – BNB: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito

Há mais de um ano, as taxas de juros das principais operações de crédito, para pessoas físicas e jurídicas, continuam a registrar uma tendência de continuado declínio. Em perspectiva, esse processo foi resultante das seguidas reduções da taxa básica de juro promovidas pelo Copom, a partir do segundo semestre de 2011, e da diminuição dos juros cobrados em um conjunto representativo de operações de crédito, iniciada pelos bancos públicos em abril do ano passado e depois incorporada pelos bancos privados.

Para acompanhar de perto a evolução dos encargos financeiros cobrados no País, o Banco Central realiza um acompanhamento sistemático sobre o comportamento das taxas de juros cobradas nas principais operações de crédito, junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operam no mercado de crédito nacional.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste tem se destacado por praticar juros competitivos nas principais operações de crédito de curto e médio prazos. Na última pesquisa do Banco Central (2013f), cobrindo o período de 28 de janeiro a 01 de fevereiro do corrente ano, no grupo de operações para pessoas físicas, a taxa de juro cobrada pelo BNB nas operações de crédito pessoal foi a quinta mais baixa entre os bancos pesquisados no País, ficando à frente de todos os bancos oficiais, mantendo-se ainda na décima segunda colocação nos juros cobrados no cheque especial.

Nas operações com as empresas, o BNB ficou com o 12º lugar nos juros cobrados nas operações de conta garantida⁵, na 17ª posição nos encargos praticados nas operações de capital de giro prefixado e no 25º lugar nos juros cobrados no desconto de duplicata.

5 Modalidade de crédito rotativo, separado da conta corrente, a ser utilizado de acordo com a necessidade da empresa, oferecendo a possibilidade de amortização do capital em qualquer dia útil do mês.

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito

Data da Pesquisa/ Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Posição do BNB	No. Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado		
a) De 28/01 a 01/02/2013						
Pessoa Física						
Cheque especial	5,95	6,56	1,87	10,14	12°	26
Crédito pessoal	1,03	4,21	0,83	16,55	5°	89
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,40	2,41	0,84	4,81	25°	39
Capital de giro prefixado	1,17	1,17	0,49	4,47	17°	73
Conta garantida	2,13	3,44	0,63	8,72	12°	42
b) De 02 a 06/01/2012						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,69	6,79	1,80	10,53	14°	31
Crédito pessoal	2,41	5,50	1,06	18,37	23°	87
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,67	2,82	1,16	4,39	24°	47
Capital de giro prefixado	1,66	2,38	0,85	6,96	16°	61
Conta garantida	2,45	3,92	1,30	9,15	12°	44

Fonte: Bacen, 2013f.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

No fim de dezembro do ano passado, o saldo dos depósitos captados pelo BNB na Região alcançou R\$ 8,6 bilhões, registrando-se um crescimento de 11,3% sobre igual posição de 2011. Do referido valor, a maior parcela (61,3%) era formada por depósitos a prazo, vindo em seguida os depósitos de poupança (17,3%) e os depósitos especiais (12,2%), para citar os mais representativos. Em termos de participação, o Estado do Ceará concentrou a maior fatia dos depósitos regionais (56,6%), sequenciado pela Bahia (13,2%) e por Pernambuco (11,7%).

De outra parte, o estoque das operações de crédito do BNB realizadas no Nordeste atingiu, no fim de dezembro de 2012, a cifra de R\$ 8,6 bilhões, significando uma expansão

de apenas 1,5%, no período em foco. Esse resultado conservador foi explicado pelas reduções no saldo das operações de crédito observadas na Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. Do referido montante, a maior parcela (51,0%) foi representada por operações de curto prazo, sob a forma de empréstimos e títulos descontados, acompanhada pelos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (22,5%), à infraestrutura e desenvolvimento (19,6%) e aos segmentos rural e agroindustrial (16,1%), para citar os mais relevantes. Essas parcelas excedem os 100% tendo em vista a inclusão das provisões para devedores duvidosos, que representaram 9,3% do saldo das operações de crédito, entrando no seu cálculo com sinal negativo.

Tabela 7 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição no Fim de Dezembro de 2012 – Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação	Participação	Variação	Participação
	Dez-12/Dez-11	Est/NE, Dez/12	Dez-12/Dez-11	Est/NE, Dez/12
Maranhão	-2,7	3,6	26,5	9,8
Piauí	33,6	2,7	18,8	9,1
Ceará	14,5	56,6	-0,2	16,7
Rio Grande do Norte	6,3	4,7	-13,5	5,0
Paraíba	-15,9	3,1	6,5	7,5
Pernambuco	26,3	11,7	7,9	16,2
Alagoas	7,2	1,8	4,7	3,8
Sergipe	-13,3	2,6	6,2	5,3
Bahia	4,4	13,2	-11,1	26,6
NORDESTE (a)	11,3	100,0	1,5	100,0

Fonte: BNB/Área de Controle Financeiro - 2013a. (a) No fim de dezembro/2012, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 8,6 bilhões e das operações de crédito atingiu R\$ 8,6 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 4, cuja posição é fim de novembro/2012, enquanto a da Tabela 7 é fim de dezembro/2012. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 9,8 bilhões, e o das operações de crédito R\$ 10,5 bilhões.

Adicionando-se ao saldo das operações de crédito do BNB os estoques das operações realizadas com recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) chega-se a um saldo de R\$ 42,8 bilhões de aplicações na Região, no fim do ano passado, registrando-se uma expansão de 7,6% no período analisado. Do referido valor, o FNE participou com cerca de três quartos, representando a principal fonte de recursos, de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento nordestino.

Por outro lado, ao longo do ano passado, foram contratadas no Nordeste 462,2 mil operações de longo prazo com recursos do FNE, injetando na economia nordestina investimentos da ordem de R\$ 11,2 bilhões, significando uma ampliação de 16,7% no número e de 7,0% nos valores contratados, comparativamente aos números registrados em 2011. O desempenho dos valores contratados foi de certo modo comprometido pelas reduções ocorridas no Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. De qualquer modo, considerando-se

toda a área de atuação do BNB, que inclui as agências extrarregionais, as contratações do FNE, em 2012, atingiram R\$ 12,0 bilhões, correspondente a 107,4% da meta estabelecida para o programa.

Dos R\$ 11,2 bilhões do FNE aplicados no Nordeste, o setor primário foi contemplado com a maior fatia (39,2%), distribuída para os segmentos da pecuária (20,5%) e agricultura (18,7%). Em seguida, aparecem os investimentos destinados à indústria (35,4%), ao comércio (12,3%), aos serviços (10,3%) e à infraestrutura (2,7%). Em termos de porte do tomador, as mini, micro e pequenas empresas do Nordeste absorveram a maior parcela das contratações do FNE (46,1%), vindo em seguida as grandes empresas (40,9%) e as médias empresas (13,0%). Esse perfil de aplicação de recursos do FNE traduz uma forte orientação voltada às atividades rurais e aos empreendimentos de menor porte, que representam os setores mais carentes da Região, orientação que distingue a ação do BNB como principal agente de fomento do desenvolvimento nordestino.

Tabela 8 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do FNE, do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Dezembro de 2012 – Em %

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação	Participação	Variação	Participação	Variação	Participação
	Nominal ¹	Estado/NE ²	Nominal ¹	Estado/NE ²	Nominal ¹	Estado/NE ²
Maranhão	-28,0	9,7	50,3	12,7	6,1	10,0
Paiuí	20,8	9,0	45,7	11,7	85,4	11,3
Ceará	-11,9	14,1	44,9	31,6	61,1	17,9
R. G. do Norte	-29,9	5,7	45,4	5,8	59,7	6,4
Paraíba	40,4	5,6	57,5	8,3	51,1	6,8
Pernambuco	102,8	25,3	22,0	6,8	56,3	16,1
Alagoas	20,9	4,6	43,7	5,5	42,8	5,3
Sergipe	25,1	4,2	42,0	4,7	60,5	4,7
Bahia	-12,1	21,8	45,4	12,9	56,3	21,5
NORDESTE	7,0	100,0	44,7	100,0	51,9	100,0

Fonte: BNB/Área de Controle Financeiro - 2013a e 2013b.

¹ Variação nominal do valor das contratação no período de jan/dez-12, em relação a jan/dez-11.

² Participação dos estados no período de jan/dez-12.

Obs.: No período de jan-dez/12, o valor das contratações do FNE, no Nordeste, alcançou R\$ 11.205,6 milhões, do CREDIAMIGO R\$ 4.120,7 milhões, e do PRONAF R\$ 1.844,4 milhões.

No elenco dos programas geridos pelo BNB também merecem destaques duas linhas de crédito. A primeira, o CrediAmigo, Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, proporcionando o desenvolvimento de atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, movimentando a economia e melhorando a qualidade de vida de milhares de famílias. Em 2012, foram contratadas no Nordeste 2.713,7 mil operações, injetando na economia regional R\$ 4,1 bilhões, registrando-se um aumento de 26,1% no número e de 44,7% nos valores contratados, comparativamente aos valores de 2011. O programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (66,0%), possuir um baixo valor médio por operação (R\$ 1.519,04), proporcionando uma grande capilaridade do crédito e, ainda, exibir um baixo índice de inadimplência (0,7%), bem abaixo do índice registrado para operações de crédito com pessoas físicas no Nordeste (5,5%).

O segundo destaque cabe ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que através do BNB contratou na Região, no período analisado, 423,0 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, registrando-se uma expansão de 15,9% no número e de 51,9% nos valores contratados. A propósito, as contratações do Pronaf, no ano passado, representaram 130,8% da meta estabelecida para o programa.

Por fim, cabem alguns destaques sobre a atuação do BNB, contidos no Relatório da Administração-2012:

a) Definição de 20 ações prioritárias, com foco na expansão da base de clientes, ampliação da carteira comercial, mobilização para contratações, reduções de custos, melhoria da produtividade, além de outras estratégias, que fizeram com que o Banco obtivesse um resultado recorde em valores de operações de crédito e, conseqüentemente, elevação de seus resultados financeiros;

- b) Aporte de R\$ 4,0 bilhões, oriundos do FNDE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste), até 2014, mediante a aprovação da Lei de Conversão da MP 564, estabelecendo ao BNB seu preferencial operador;
- c) O BNB atuou fortemente em municípios com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública, afetados pela forte estiagem que atingiu o semiárido nordestino, por meio do Programa Emergencial para a Seca (FNE Seca), criado pelo governo federal. O programa tem por objetivo promover a recuperação ou preservação das atividades de produtores e empreendedores rurais afetados pela seca. O Banco aplicou o montante de R\$ 1,8 bilhão em 231.817 operações com recursos do FNE;
- d) A companhia Planet Rating concedeu ao CrediAmigo a maior nota já concedida no *rating* social entre as instituições de microfinanças do mundo. No *rating* financeiro, teve notas comparáveis com os melhores órgãos de microcrédito. O relatório considerou que o CrediAmigo está em estágio avançado e mantém forte compromisso com as metas sociais;
- e) O AgroAmigo conquistou o primeiro lugar na categoria "Excelência – Melhor em Produtos e Serviços para Inclusão Financeira", concedido pelo VIII Prêmio Bancário. Maior programa de microfinanças rural da América do Sul, o AgroAmigo foi responsável pela inclusão financeira de mais de 270 mil agricultores familiares, assegurando-lhes conta corrente, poupança e cartão de débito;
- f) A carteira de crédito rural do BNB apresentou, no fim de dezembro de 2012, um saldo de R\$ 18 bilhões, representando a segunda maior carteira de crédito rural do País, ficando atrás somente do Banco do Brasil, que tem atuação nacional. O Banco, com um saldo de R\$ 46 bilhões em operações de crédito, incluindo o FNE, situou-se em 9º lugar no *ranking* dos saldos de operações de crédito dos maiores bancos do País. Foi responsável ainda por 65,1% dos créditos de longo prazo do Sistema Financeiro da Região, respondendo também por 69,0% de todo o crédito rural do Nordeste.

7.5 – Conclusão

Há mais de quatro anos, na verdade desde a eclosão da crise financeira internacional de 2008, que a expansão do crédito no País vem sendo liderada pelas instituições oficiais, representando uma estratégia anticíclica de governo. Com taxas de expansão das operações de crédito sempre superiores às apresentadas pela banca privada, os bancos públicos ampliaram sua participação no mercado de crédito nacional, passando de 39,3%, em dezembro de 2008, para 47,6%, em dezembro de 2012.

Como consequência, o peso relativo das operações de crédito em relação ao PIB tam-

bém cresceu. Recuando mais no tempo, em dezembro de 2005 essa participação era de 28,1%, passando para 53,5% em dezembro último. Ou seja, num período de apenas sete anos essa representatividade quase que dobrou, refletindo o vigoroso crescimento da intermediação financeira do País.

Embora tenha ocorrido expansão do crédito de 16,2% nos 12 meses terminados em dezembro último, a taxa de inadimplência do sistema financeiro (recursos livres e direcionados) permaneceu constante, no patamar de 3,1%. Contudo, esse resultado deveu-se exclusivamente à redução da taxa de inadim-

plênia apresentada pelos bancos oficiais (de 2,0%, para 1,9%), em confronto ao aumento da taxa de inadimplência dos bancos estrangeiros (de 5,1% para 5,8%) e dos bancos privados (de 4,8% para 5,0%).

Depois de mais de dois anos, a expansão do crédito do Nordeste (16,6%) foi superada, perdendo a primeira posição para o crescimento verificado no Centro-Oeste (20,3%). Esse arrefecimento foi provocado por um menor aumento das operações de crédito realizadas pelas pessoas físicas, enquanto as operações com as empresas manteve sua expansão em torno da média dos últimos meses.

No Nordeste, a expansão dos depósitos bancários e das operações de crédito, no ano

passado, foi liderada pelo desempenho dos bancos públicos, valendo registrar que para os bancos privados praticamente não houve crescimento para essas duas variáveis. Assim, os bancos oficiais respondem pela maior parcela dos depósitos (66,8%) e das operações de crédito (74,2%), cabendo à banca privada as parcelas restantes.

A carteira de crédito rural do BNB é a segunda maior do país, ficando atrás somente do Banco do Brasil, que tem atuação nacional e o seu estoque total de crédito, incluindo o FNE, situou-se em 9º lugar no *ranking* dos maiores bancos do País. O BNB foi responsável ainda por 65,1% dos créditos de longo prazo do Sistema Financeiro da Região, respondendo também por 69,0% de todo o crédito rural do Nordeste.

REFERÊNCIAS:

BANCO CENTRAL DO BRASIL.COPOM: ata da 172ª reunião. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOM172>>. Acesso em: 22 fev. 2013a.

_____. Economia e finanças: indicadores de conjuntura: gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>>. Acesso em: 22 fev. 2013b.

_____. Economia e finanças: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Brasília, DF, 2013. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 22 fev. 2013c.

_____. Nota para a Imprensa 25.01.2013: política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. Brasília, DF, 2013. Disponível

em: <<http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPOM>>. Acesso em: 22 fev. 2013d.

_____. SISBACEN. Brasília, DF, [20--]. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2013e.

_____. Sistema financeiro nacional: informações sobre operações bancárias: taxas de juros de operações de crédito. Brasília, DF, [20--]. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/?TXJUROS>>. Acesso em: 22 fev. 2013f.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Informações da área de controle financeiro. Fortaleza, 2013a.

_____. Informações gerenciais do Programa CrediAmigo: cadernos mensais de dezembro de 2011 e dezembro de 2012. Fortaleza, 2013b.

BNB CONJUNTURA MENSAL. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, n. 25, jan. 2013. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/conjuntura_mensal_janeiro_2013.pdf>. Acesso em 22 fev. 2013c

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Empresas estatais: dados estatísticos: orçamento de investimento: dados anuais 2012: execução orçamentária: alínea "i" empréstimos e financiamentos. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Portarias/2012/120927_port_21_alinea_i.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013a.

